

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA

A CHINA,
A ESQUERDA E
O IMPERIALISMO



DÍVIDA EXTERNA E DEPENDÊNCIA

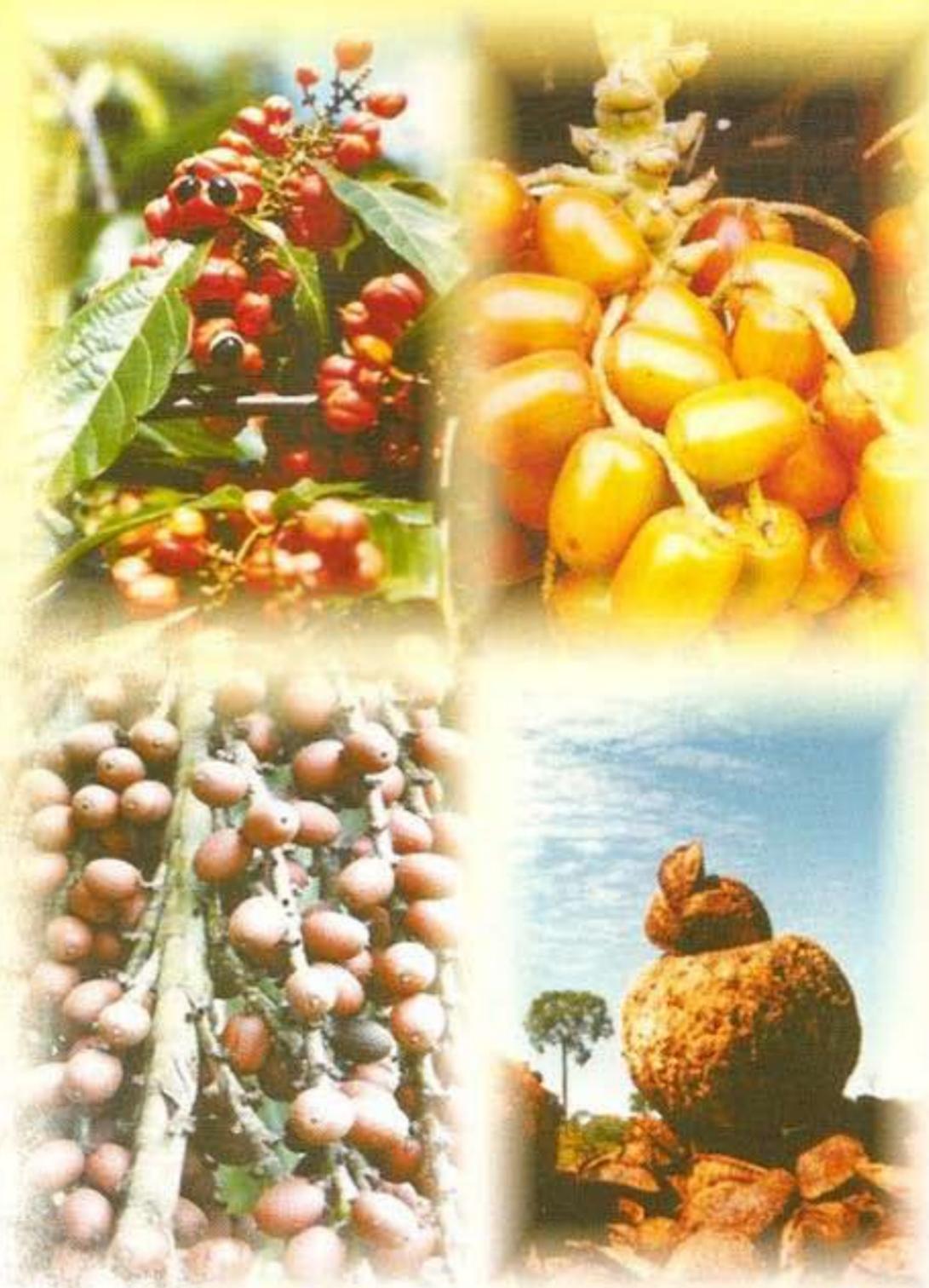
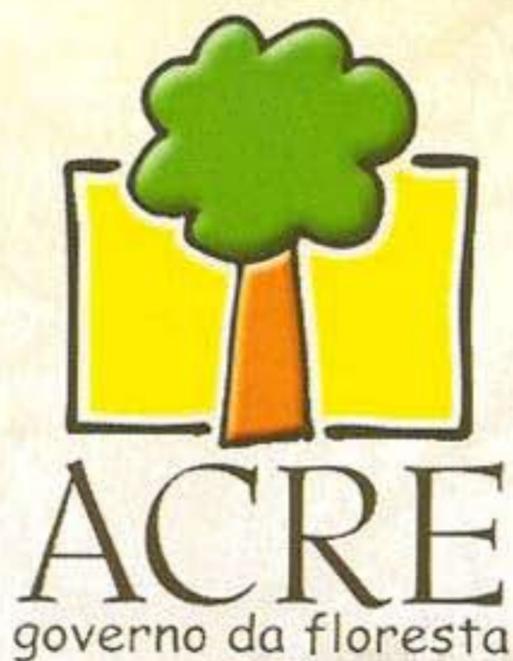
O desenvolvimento e a soberania do país estão ameaçados pela dívida, que vai a julgamento popular em plebiscito nacional



Sabor Acreano

Castanha do Brasil,
Açaí, Farinha do Juruá,
Guaraná, Cupuaçu,
Buriti, Pupunha e
outros.

Venha conhecer a
Florestania e as
propostas de incentivos
aos investimentos
sustentáveis.



www.ac.gov.br

Em defesa da educação, da ciência e da tecnologia

A ONDA de greves que se espalhou pelas universidades e escolas públicas brasileiras reflete o descontentamento acumulado com o rumo das políticas públicas nacionais para a educação, e também para a ciência e a tecnologia. Especialmente no caso das universidades federais conclui-se uma década de verdadeira asfixia como consequência da contenção e dos sistemáticos cortes de verbas, ao lado da ausência de uma política nacional para essas instituições. Não é exagero afirmar que se as condições políticas e sociais tivessem permitido, a dupla FHC-Paulo Renato teria se desfeito dessas universidades transformando-as em 'organizações sociais', como queria o então ministro Bresser Pereira. Os sucessivos orçamentos para a pesquisa científica e tecnológica viveram neste decênio destino semelhante. Significativo exemplo quantitativo dessa asfixia foi o edital para auxílios à pesquisa lançado no primeiro semestre desse ano pelo CNPq. Ele prevê financiamento para cerca de 300 projetos, mas os pesquisadores brasileiros inscreveram cerca de 9000 projetos.

O Brasil vive então uma situação paradoxal no mundo contemporâneo.

Acumulou, a duras penas, recursos e competências na ciência e na tecnologia. Expressões deste acúmulo remontam ao início do século, com os trabalhos do médico Carlos Chagas – pesquisas históricas revelaram recentemente que por duas vezes foi indicado ao Prêmio Nobel, e o prêmio escapou-lhe das mãos inclusive pela oposição que sofria no país –, passam pelos meados do século com o físico César Lattes inscrevendo o nome do Brasil na história da física das partículas subatômicas, e chegam ao final do século com os geneticistas brasileiros tendo mapeado em prazo recorde o material genético da bactéria que assola os laranjais e com este trabalho foi grangeado destacado reconhecimento à respeitada revista inglesa *Nature*. Listar exemplos como esses extrapolam os limites deste texto, mas para lembrar que aquele acúmulo não foi restrito à ciência, chegando à tecnologia, podemos citar os prêmios internacionais obtidos pela Petrobrás com a pesquisa em águas profundas, e a guerra comercial que o Canadá desenvolve contra a indústria aeronáutica brasileira devido à excelência que esta atingiu e que lhe assegura uma fatia significativa do mercado internacional.

O paradoxo está no fato de que na última década do século, quando o mundo entra em uma fase de desenvolvimento em que a capacidade de gerar continuamente novo conhecimento passa a ser o diferencial capaz de isoladamente determinar o papel que cada nação pode jogar no cenário internacional, o Brasil entrou na era Collor-FHC, a qual já assegurou seu lugar na história pelo empenho em desarticular e destruir o parque de produção de ciência e tecnologia, materializado nas universidades públicas, institutos de pesquisa e agências de fomento, fruto da luta de décadas. Visto retrospectivamente compreendemos que quando FHC anunciou o fim da era Vargas, isto implicava não só na privatização de empresas estatais, até as estratégicas, na eliminação dos direitos sociais inscritos na Constituição de 1988 e na legislação trabalhista, mas também na tentativa de se desfazer desse parque, considerado oneroso para os cofres do Estado, os quais tinham a prioridade de honrar compromissos, legais e ilegais, com as elites financeiras e empresariais brasileiras e estrangeiras. Neste contexto se compreende a expressão de Pedro Malan: "tecnologia podemos comprar no exterior", frase que levaria à demissão de um ministro de qualquer país que aspire a uma inserção não subalterna no atual cenário internacional, mas que na era Collor-FHC leva à sua eternização no poder.

O grande desafio, posto para professores, pesquisadores, funcionários técnico-administrativos e estudantes é transformar o descontentamento, hoje expresso em reivindicações salariais, em um grande movimento nacional em defesa da educação, da ciência e da tecnologia. No ano do centenário de Anísio Teixeira, criador das escolas-parque, da CAPES e de duas universidades, a figura do nosso maior educador bem que poderia ser tomada como símbolo desse movimento.

Comissão Editorial

Brasil

O Real após a desvalorização

O desenvolvimento da economia nacional continua limitado pela estratégia de financiamento externo e pela conjuntura internacional.

Lecio Moraes

pág. 6

Um plebiscito para a dívida externa

Os três ciclos do endividamento brasileiro e a luta atual.

Gilberto Maringoni

pág. 11

Renovar o debate sobre o desenvolvimento

O discurso de Celso Furtado na reunião da Sudene, onde foi homenageado por seu 80º aniversário.

Celso Furtado

pág. 16



Ocupação da Fazenda São Paulo

questão agrária

Questão Agrária: neoliberalismo aumenta a concentração de terra

A política econômica do governo FHC é a principal responsável pelo agravamento da crise no campo.

Marcelo Cardia

pág. 19

internacional

A esquerda, a China e o imperialismo

O imperialismo ameaça a China e difunde visões distorcidas sobre aquela civilização e seus esforços de soberania e desenvolvimento.

Domenico Losurdo

pág. 22



Shanghai, na China moderna

história do Brasil

Internacionalização, imperialismo e globalização (visões do Brasil - parte VII)

Dois dos principais membros da Escola de São Paulo, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, seguiram caminhos teóricos, políticos e pessoais divergentes.

José Carlos Ruy

pág. 37

O Visconde de Mauá e o início da industrialização brasileira

A trajetória de Mauá e o primeiro surto industrial do Brasil.

Raul Carrion

pág. 45

Os operários de São Paulo: lutas contemporâneas (parte I)

Os metalúrgicos e a política de reestruturação produtiva adotada pelas montadoras do ABC paulista no final dos anos 90.

Paula Beiguelman

pág. 50

Catullo Branco, um pioneiro

Ele lutou pelo desenvolvimento nacional, a soberania e a democracia.

Zillah Branco

pág. 56

educação

Anísio Teixeira: 100 anos do pensador da educação

O centenário de Anísio Teixeira – o grande filósofo da educação brasileira.

Haroldo Lima

pág. 62

A universidade hoje

Ao passar da condição de instituição à de organização, a universidade acompanha a mudança geral da sociedade, condicionada pelas sucessivas mudanças do capital.

Marilena Chauí

pág. 67



Crianças brincando em atividade educacional

questão urbana

Uma proposta para a cidadania

Um pré-projeto para o lazer da juventude e moradores da periferia das grandes cidades.

Aziz Ab'Saber

pág. 71

juventude

10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

- redução da maioridade penal: solução ou demagogia?

A maioridade penal está pautada pelas elites para omitir as reais causas da violência.

Marcelo Ramos

pág. 75

Resenhas

Canudos: o medo dos proprietários, de Consuelo N. Sampaio

Em defesa da história, de Ellen M. Wood e John B. Foster

pág. 79

Registro

pág. 81

Cartas

pág. 82

Capa: ilustração
de Di Cavalcanti,
edição gráfica
de Flávio Nigro



O REAL APÓS A DESVALORIZAÇÃO

LECIO MORAIS

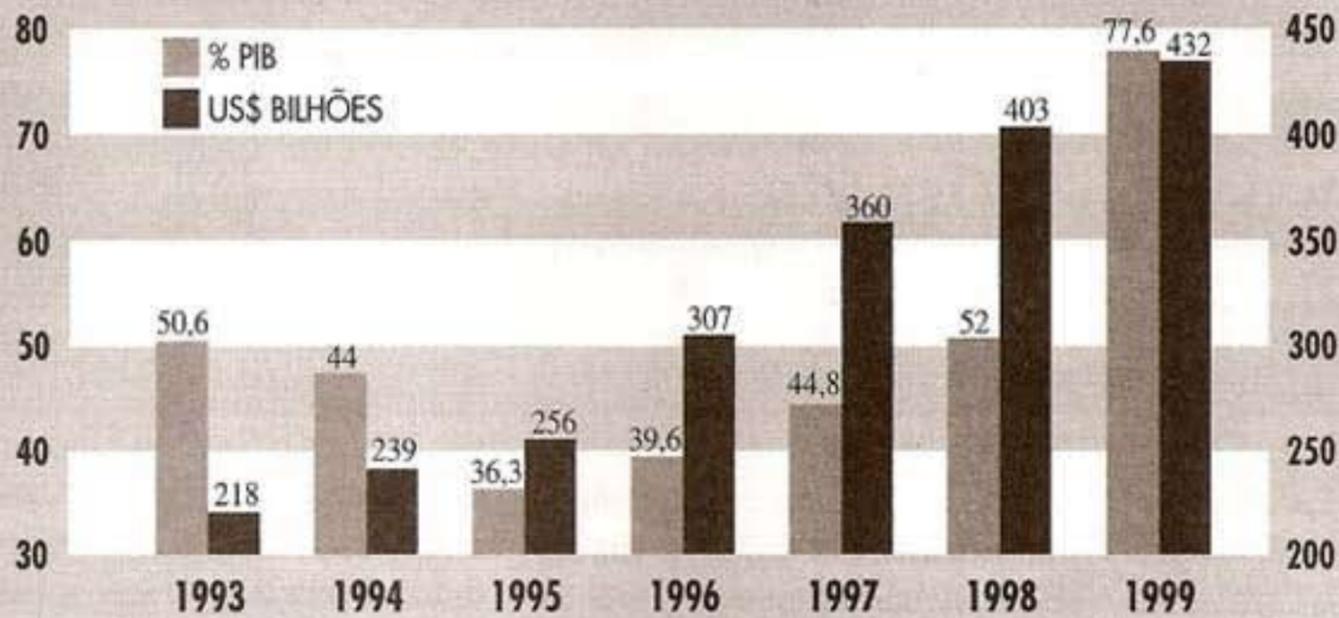
A estratégia do governo para o financiamento das contas externas continuará – pelo menos no médio prazo – prejudicada por uma conjuntura internacional de fluxos financeiros instáveis e de alto custo. Nenhuma mudança significativa é de se esperar nessa estratégia, o que leva a crer que a economia continue limitada a um quadro de tendência à estagnação e à instabilidade

A crise cambial que culminou com a desvalorização do Real, em janeiro de 1999, e a posterior mudança na política cambial, embora tenha alterado os instrumentos de política econômica, não mudou a essência da estratégia econômica adotada pelo Brasil desde o início da década de 90.

A CRISE da desvalorização pôs fim ao Plano Real, tal como ele foi concebido – com base em uma âncora cambial com a taxa de câmbio do dólar assumidamente administrada. Mas a estratégia adotada no início da década de financiar a abertura das contas externas mediante a captação de investimento direto e empréstimos, ou seja, pelo aumento do passivo externo, permaneceu [ver gráfico, na página 7]. Continua a abertura da conta de capital, mas a condução da política econômica mudou, adotando-se uma política cambial flexível e uma política monetária nominalmente referenciada às metas inflacionárias. Ao contrário das políticas cambial e monetária anteriores, formalmente vincu-



EVOLUÇÃO DO PASSIVO EXTERNO



Fonte: Boletim Banco Central; elaboração: LCA-Consultores; apud Lacerda, 2000.

ladas à defesa de uma taxa de câmbio estável com o dólar e atratividade para o capital externo, a nova política tem por objetivo apenas atingir uma certa meta anual de inflação. Formalmente a taxa de juros passa a ser fixada tendo em vista essa meta inflacionária e não a sustentação da taxa de câmbio Real/dólar.

Embora a nova política de meta inflacionária se conceda os méritos de ter conseguido baixar significativamente as taxas de juros básicas, ainda é cedo para saber se não houve apenas uma mudança formal, pois o país não voltou a enfrentar nenhuma situação de crise e de fuga de divisas como aconteceu com as crises asiática e russa em 1997 e 1998. Mesmo com a política anterior de âncora cambial, sempre era possível, em períodos de afluxo de divisas, diminuir as taxas de juros.

A questão da dependência

Em uma sociedade dependente, a questão do financiamento externo, que representa a permanência de sua articulação com o sistema capitalista mundial, assume para as suas classes dirigentes uma importância central. Após a crise da dívida de 1982, quando as

demais formas de financiamento externo por empréstimos foram inviabilizadas, esse financiamento só pode ser feito pela consecução de grandes superávits comerciais. O ressurgimento de liquidez no mercado internacional, ao final da década de 80, trouxe de novo a possibilidade de importar capitais. Renovou-se então a estratégia de financiamento pelo aumento do passivo externo (investimentos + empréstimos), agora vinculado à adoção de liberalização comercial e à conta de capital. Essa nova estratégia terminou por gerar um novo consenso das elites brasileiras, cristalizado no plano de estabilização do Real.

É interessante notar que o papel dos financiamentos e empréstimos de médio e longo prazos durante os anos 90 – diferentemente da década de 70 – não foi suficiente sequer para financiar o próprio serviço da dívida (amortizações + juros). O fluxo líquido do endividamento (empréstimos menos serviço) permaneceu negativo a maior parte do período, mesmo após a volta do Brasil ao sistema financeiro internacional com a renegociação da dívida em 1994, só tendo papel relevante no financiamento externo nos anos de 1997 e 1998, mas

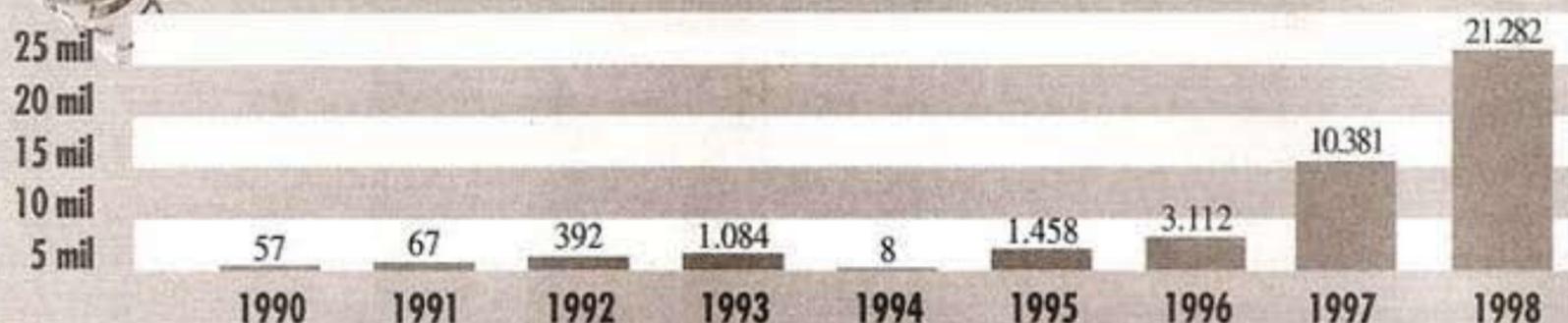
o seu total foi negativo [ver tabela sobre o fluxo da dívida, na página 8]. Assim, todo o financiamento líquido conseguido no período veio mesmo dos investimentos diretos, e em portfólio, e dos capitais de curto prazo.

Mas a mudança da conjuntura internacional acontecida em 1994 criou um ambiente desfavorável ao financiamento dos crescentes déficits externos dos países dependentes, aumentando a instabilidade e os custos de captação. A própria política cambial, sustentada em altas taxas de juros, deprimiu o nível de crescimento, causou forte desequilíbrio na balança comercial sem gerar, como se esperava, um crescimento na produtividade interna que compensasse completamente tais perdas. O resultado foi a crise cambial de janeiro de 1999.

O Plano Real vem fracassando como estratégia de desenvolvimento exatamente por não ter conseguido resolver o problema do financiamento externo de forma estável e a custos compatíveis. Insistindo na estratégia dos inícios dos anos 90, de priorizar a captação externa de capitais a qualquer custo, torna o país cada vez mais vulnerável e economicamente instável.



VALOR DE AQUISIÇÕES POR MULTINACIONAIS NO BRASIL (US\$ MILHÕES)



Fonte: Unctad (WIR 1999); apud Lacerda, 2000.

A mudança cambial e a adoção de um grande plano internacional de sustentação financeira (o "Arranjo FMI") modificaram a política econômica anterior, sem, no entanto, mudar sua natureza. O financiamento externo continua tendo por base a elevação do passivo externo, agora aumentando ainda mais o papel do investimento direto (IED), compensando, em parte, a diminuição dos empréstimos e o quase desaparecimento dos capitais de curto prazo, em 1999 [ver

gráfico sobre o fluxo de empréstimos e investimentos, na página 9]. Vem sendo comum atualmente tecer loas ao caráter "benigno" do IED em relação aos empréstimos, por não exigirem compromissos de amortização; mas a verdade é que em matéria de fluxo eles são semelhantes, pois os ganhos dos investimentos, sob a forma de lucros e dividendos, geram demandas de divisas para a sua remessa.

As características específicas desse

IED, fortemente vinculado à aquisição de empresas nacionais e em setores não ligados à geração de divisas, aumentam ainda mais o seu ônus sobre as contas externas em curto e em longo prazos. O aumento exponencial das aquisições de empresas nacionais por multinacionais, especialmente a partir de 1997 [como se vê no gráfico acima], assume dimensão inédita, não só pelo volume como pela rapidez do processo. Isso gera uma situação de desnacionalização do apa-

FLUXO LÍQUIDO DA DÍVIDA

(EM US\$ BILHÕES)

	FINANCIAMENTO ¹ (1)	EMPRÉSTIMO MÉDIO E LONGO PRAZO ¹ (2)	AMORTIZAÇÕES PAGAS (3)	JUROS PAGOS (4)	SERVIÇO DA DÍVIDA (5)=(3)+(4)	FLUXO LÍQUIDO (5)=(1)+(2)-(5)
90	2662	911	-8053	-9748	-17801	-14228
91	2125	3997	-7830	-8621	-16451	-10329
92	1608	7875	-7147	-7323	-14470	-4987
93	1435	10790	-9268	-8453	-17721	-5496
94	2389	10417	-11001	-6397	-17398	-4592
95	3513	14425	-11023	-8158	-19181	-1243
96	4518	22592	-14419	-9840	-24259	2851
97	20245	28870	-26021	-10388	-36409	12706
98	23705	41452	-33366	-12096	-45462	19695
99	16826	27639	-43513	-15170	-58683	-14218
Total	79026	168968	-171641	-96194	-267835	-19841

¹ Desembolsos (exceto rolagem). Fonte: Boletim Banco Central.



relho produtivo preocupante e de difícil reversão. A forte concentração dos IED's no setor de serviços, mostrada na tabela ao lado, uma área que não origina exportações, mas que geram necessidade de divisas para cobrir as remessas com seus lucros, dividendos e royalties.

A recessão surpreendente

As dificuldades do financiamento externo levaram o país a uma recessão em 1999. Por isso a recessão tornou-se necessária e foi adotada como política governamental no âmbito de um acordo trienal com o FMI, que passou a monitorar a economia brasileira. Essa política tem como centro um forte ajuste fiscal, objetivando a consecução de significativos superávits fiscais.

No entanto, as dimensões dessa recessão, relativamente pouco severas, têm sido motivo de surpresa (inclusive para o FMI), e têm servido de argumento ao governo FHC para legitimar o acerto de sua política de 'crescimento sustentável' (ou seja, aquele crescimento compatível com a disposição do mercado financeiro internacional em financiar nosso déficit externo).

Esse comportamento inusitadamen-

te benigno da recessão brasileira, quando comparado ao de outros países, pode ser atribuído a três fatores: a dimensão continental da economia brasileira; a estatização de uma parte relevante dos custos financeiros privados decorrentes da desvalorização; e a manutenção, ainda que menor, dos fluxos financeiros internacionais.

Tendo uma economia de grandes dimensões, o Brasil possui um baixo coeficiente de abertura externa (comércio externo/PIB), o que faz com que um impacto externo

contracionista tenha menor poder multiplicador do que acontece em economias menores. Para se ter uma idéia comparativa, do século passado até a crise de 1930, essa abertura chegou a ser igual a um terço; em 1998 essa relação era de 13%. A dimensão do mercado interno e a presença de uma camada de pequenos e médios capitalistas profundamente imbuídos de uma tradição histórica de crescimento criam um ambiente de iniciativas que promove uma sustentação mínima à produção e ao consumo. Essa diversidade continental, tanto entre setores como entre regiões, em diferentes estágios de crescimento e de maturidade sócio-econômicos, cria uma resistência natural que amortece as forças depressivas e cria dificuldades políticas internas à elite governante de impor seu projeto.

De forma diversa ao que aconteceu em outros países que sofreram recentemente crises de desvalorização da moeda nacional, o governo brasileiro tratou de assumir, com certa antecipação, uma grande parte do risco cambial implícito na política cambial então vigente. O medo de uma desvalorização brusca e significativa fez com que investidores e grandes devedores procurassem se proteger com mecanismos

INVESTIMENTO DIRETO

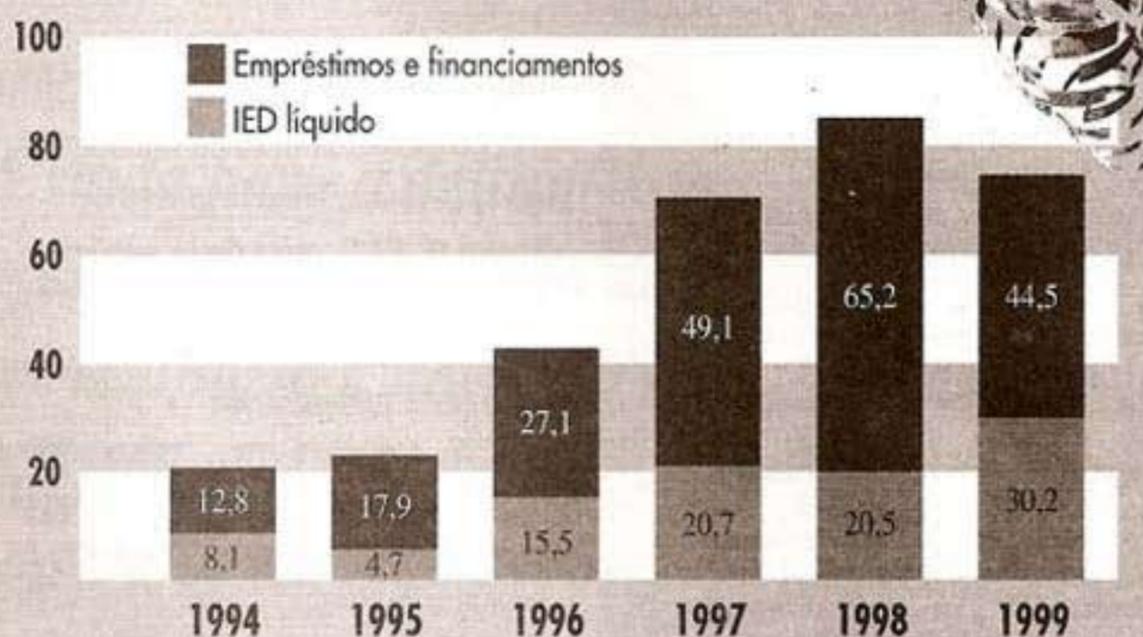
DISTRIBUIÇÃO POR ATIVIDADE (%)

	ESTOQUE		FLUXOS			
	1995	1999	1996	1997	1998	1999 ¹
Agropecuária e minérios	2	1	1	3	1	2
Indústria	55	30	23	13	12	13
Serviços	43	69	76	84	88	85
TOTAL	100	100	100	100	101	100

¹ Período jan/set.
Fonte: Banco Central; elaboração: SOBEET (apud Lacerda, 2000).

FLUXO DE EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS

(US\$ BILHÕES)



Fonte: Boletim Banco Central

de *hedge*, comprando um seguro para eventuais perdas patrimoniais. Como não havia no setor privado quem bancasse tal risco, o governo brasileiro providenciou tal mecanismo de seguro, através da emissão maciça de títulos públicos dolarizados (vinculados à variação da taxa cambial do dólar) [ver tabela abaixo] e a um forte comprometimento do Banco Central no mercado de dólar, principalmente assumindo contratos de venda futura de dólar à cotação iguais ou próximas às que vigoravam em janeiro e fevereiro de 1999 (no chamado mercado futuro). (1)

Esses instrumentos estatizaram as perdas financeiras e patrimoniais privadas (imediatas ou futuras) dos grandes capitais, evitando uma retração dos investidores internacionais em relação ao 'risco Brasil' e evitando o risco sistêmico de uma inadimplência generalizada no sistema financeiro doméstico. A assunção desse prejuízo privado têm estimativas diversas, mas seguramente não foi inferior a 80 bilhões de reais (cerca de 8% do PIB), agravando ainda mais o desequilíbrio fiscal.

Também, ao contrário da situação criada após a crise de 1982, não houve até o momento um colapso dos fluxos de financiamento externo. Embora tenha havido queda no volume de empréstimos em 1999 e um aumento das amortizações, o crescimento do IED, no período, aumentou, compensando em par-

te essa perda de recursos [ver gráfico sobre fluxo de empréstimos na página 9]. A manutenção do fluxo externo pode ser atribuída a fatores variados, sendo o principal deles as circunstâncias próprias do sistema financeiro internacional, bem menos afetado do que em 1982. Outros fatores foram internos: a relativa estabilidade e força do sistema financeiro doméstico, que não se desarticulou como aconteceu em outros países, e a capacidade política do governo FHC de administrar a crise e de infundir confiança nos investidores externos. Para esses fatores internos existirem foi crucial a estatização dos riscos financeiros privados, citada anteriormente.

A continuidade da instabilidade

O desenvolvimento da economia nacional – no horizonte previsível e politicamente relevante até 2002 – continua vinculado às circunstâncias da limitação da estratégia adotada de financiamento externo e da conjuntura internacional. Como qualquer crescimento implica em aumento do déficit externo, seja no comércio seja pelo aumento das remessas de lucros, e enquanto as exportações cresçam sofrivelmente, isso criará problemas ao precário esquema de financiamento externo, freando, em seguida, a economia. Mesmo que haja um crescimento significativo em um ano, ele será logo seguido de recessão, determinando um crescimen-

to médio medíocre. Como a manutenção da estratégia de financiamento das contas externas continuará – pelo menos em médio prazo – bastante prejudicada por uma conjuntura internacional de fluxos financeiros instáveis e de alto custo, e como não se pode supor – também em médio prazo – nenhuma mudança significativa nessa estratégia, é de se esperar que a economia continue limitada a um quadro de tendência à estagnação e à instabilidade. Isso delimita um nível bastante baixo de crescimento possível (o 'crescimento sustentável') e a manutenção da quase nula autonomia na condução da política econômica por parte do governo nacional.

O recente agravamento do quadro internacional, com a seqüência de elevações das taxas de juros do IED norte-americano, vem ensombrecer ainda mais o futuro de médio prazo da economia brasileira. Determinada por necessidades ligadas à defesa do ciclo de reprodução do capital internacional, a elevação da taxa de juros dos EUA tende a criar uma conjuntura internacional semelhante à de 1994, quando a subida ininterrupta dos juros determinou um ciclo de instabilidade e insolvência de economias da periferia que começou no México e acabou no Leste asiático. 

Lecio Morais é economista e assessor da bancada do Partido Comunista do Brasil na Câmara dos Deputados.

Nota

(1) O Banco Central havia vendido no mercado futuro, antes do dia 10 de janeiro de 1999, cerca de 11 bilhões de dólares à cotação próxima de R\$ 1,21.

Referência bibliográfica

Lacerda, Antônio Corrêa. "Notas sobre a característica e o perfil do fluxo recente de investimentos diretos estrangeiros na economia brasileira". *Anais do V Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Fortaleza: 2000.

EMISSÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS VINCULADOS AO DÓLAR



	% do total	R\$ milhões
dez / 1997	15.4	39.239
mar / 1998	15.1	43.547
jun / 1998	16.5	48.972
set / 1998	21.4	62.579
dez / 1998	21.0	68.006
jan / 1999	30.4	110.801

Fonte: Boletim Banco Central.

Um plebiscito para a dívida externa



A Aloysio Biondi, para quem rigor nunca esteve desvinculado de indignação

GILBERTO MARINGONI

O Brasil abriu mão de sua soberania, de seu desenvolvimento e do bem-estar de seu povo para garantir o pagamento integral e pontual dos juros e serviços das dívidas interna e externa. Um plebiscito nacional pretende dar início a uma grande campanha para reverter essa situação

O Brasil vive hoje uma situação paradoxal. Entre 1994 e 1999 sua dívida externa aumentou de US\$ 145,7 bilhões para US\$ 241,2 bilhões e sua dívida interna saltou de R\$ 62 bilhões para R\$ 324 bilhões. No mesmo período, pagamos R\$ 250 bilhões de juros da dívida interna e somente no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, o país desembolsou US\$ 128 bilhões para

pagar juros, serviços e amortizações dos débitos externos¹. E entre 1991 e 1998, a privatização de empresas estatais resultou numa arrecadação de R\$ 85,2 bilhões de reais², destinados em sua grande parte ao pagamento daqueles compromissos. O paradoxo está no fato de que quanto mais pagamos, mais devemos e quanto mais queimamos patrimônio, mais nos afundamos.

UM REGIME de ajuste fiscal permanente impõe severos e sucessivos cortes nos orçamentos da União, estados e municípios – leia-se nas áreas sociais, de pessoal e de investimentos – para que sejam obtidos mega superávits primários³, destinados ao pagamento dos credores. Na realidade, ao invés de administrar suas dívidas, hoje o Brasil é por elas administrado.

Até o final da década de 80, o tema fazia parte da pauta de reivindicações da oposição e de boa parte das entidades sindicais. Este destaque não era também um acaso. Já em 1935, o “cancelamento das dívidas imperialistas” era ponto de destaque no programa da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente de massas capitaneada pelo Partido Comunista do Brasil.

As dívidas da Independência

Vale a pena recuar no tempo e recordar um pouco dos três grandes ciclos de endividamento externo que o Brasil viveu. O primeiro deles começa com a própria emancipação do país. Ao contrário da independência dos Estados Unidos, resolvida com uma revolução, o 7 de setembro se constituiu, antes de mais nada, num negócio, literalmente de pai para filho. Ou de filho para pai, como se verá.

Para obter o reconhecimento de Portugal, D. Pedro I comprometeu-se a assumir o empréstimo de 1,4 milhões de libras “que Portugal emitira em Londres em 1823, assim como pagar ao seu real pai 600 mil libras pelas propriedades que deixou no Brasil. (...) Mas antes (da partida de D. João VI), a extravagância de sua corte e os milhares de dependentes que trouxera de Portugal, quase levaram o Brasil à falência. (...) Empréstimos estrangeiros eram, portanto, vitais para a sobrevivência nacional”.⁴

Para fazer frente a essa situação, o novo país obteve em Londres, em 1825, um novo empréstimo de 3,7 milhões de libras esterlinas. Foi o início de uma sucessão de empréstimos contraídos pelo Império, que se prolongariam pela República adentro. Segundo Caio Prado Júnior, “a economia brasileira ficará na dependência de um afluxo regular e crescente daqueles capitais estrangeiros de que não poderá mais passar sem as mais graves perturbações; e estas se verificarão cada vez que, por um ou outro motivo, tal afluxo é interrompido ou diminui seu ritmo”.⁵

Buscando equilíbrio

Numa economia primário-exportadora, baseada na escravidão e com escassa margem de manobra, a depreciação cambial passou a ser uma das poucas variáveis para se tentar equilibrar as contas externas. Celso Furtado constatou, analisando

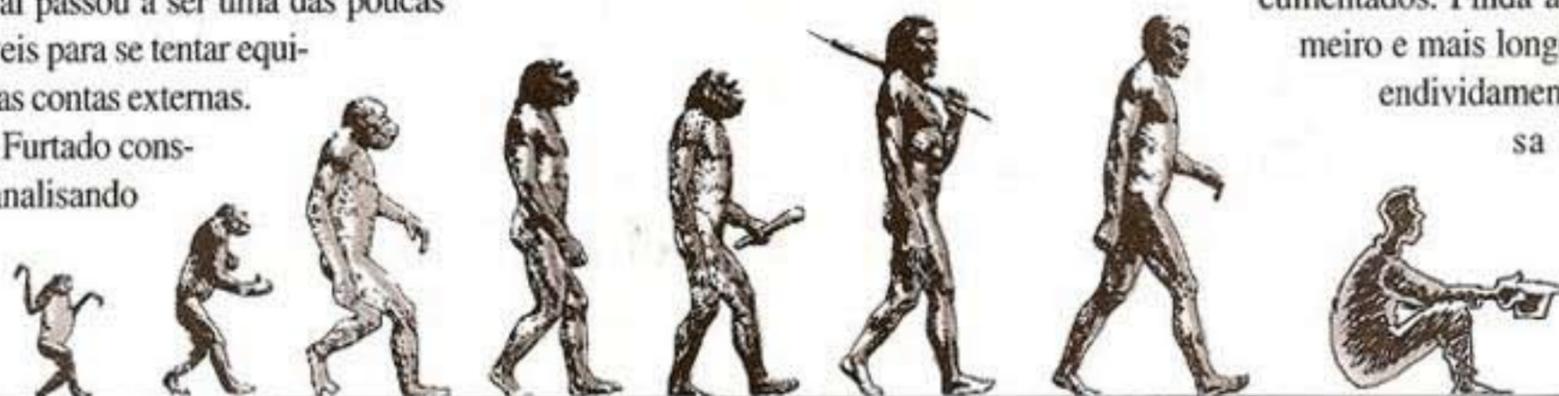
as últimas décadas do Império e o início da República, que “ao depreciar o câmbio, o governo era obrigado a dedicar uma parte muito maior de sua receita nacional ao serviço da dívida externa. Em conseqüência, para manter os serviços públicos mais indispensáveis, via-se obrigado a emitir moeda-papel. (...) Por outro lado, para ‘defender o câmbio’, o governo contraía sucessivos e onerosos empréstimos externos, cujo serviço acarretava uma sobrecarga fiscal incompressível”.⁶

No final do governo Prudente de Morais (1894-1898), o terceiro da República, a situação desembocou numa grave crise cambial, alta da inflação e aumento da dívida externa. “A insolvência materializou-se em junho de 1898. O governo (...) não tinha dinheiro para pagar as prestações que venciam naquele mês. Em Londres, negociando em nome do governo, Campos Sales, já eleito, assinou rapidamente o acordo da moratória com os Rothschild (...). O acordo incluía um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas destinado ao pagamento dos juros da dívida. Adia-se até 1911 o início do pagamento da amortização do principal. Em troca, o governo brasileiro hipotecava as rendas da alfândega do Rio, sua principal fonte de receita, e, subsidiariamente, a das outras alfândegas. Além disso, comprometia-se a executar um programa de valorização do mil-réis, de corte de gastos públicos e de aumento de impostos e submetia-se à fiscalização dos representantes no Rio do London and River Plate Bank, do London and Brazilian Bank e do Brazilianische Bank für Deutschland. (...) O industrial Vieira Souto afirmou que Joaquim Murinho (o então ministro da Fazenda) salvara o câmbio, mas reduzira o país à miséria.”⁷

Uma auditoria constata o descontrole

Ao fim da República Velha, em 1930, a dívida, que no início do regime, em 1889, era de 30,4 milhões de libras havia se elevado a 237,3 milhões de libras esterlinas. O Brasil gastava 25% de suas receitas de exportação com o serviço da dívida. O endividamento, ao contrário de estimular a industrialização, a dificultava, pois grande parte dos empréstimos estava vinculada ao financiamento da importação de produtos manufaturados e exportação de produtos primários⁸.

Em 1931, o governo Getúlio Vargas, que chegara ao poder no bojo de uma revolução, suspendeu os pagamentos e realizou uma auditoria nas contas. Surpresa! Verificou-se que apenas 40% dos débitos estavam documentados. Finda aqui o primeiro e mais longo ciclo de endividamento de nossa história,



que teve a Inglaterra como principal credor. Com a auditoria, os valores desembolsados anualmente pelo país caíram em quase 5 vezes até 1937, quando há nova suspensão de pagamentos, até 1940. “Em 1935, após uma enorme mania por empréstimos, os estados e subdivisões políticas latino-americanas haviam interrompido o pagamento de empréstimos num total de mais de US\$ 3 milhões”.⁹

Graças a estes fatos e manejando com extrema habilidade numa conjuntura internacional marcada pelo agravamento das tensões entre as potências imperialistas e pela II Guerra Mundial, Vargas conseguiu dar início ao processo de industrialização do País.

Segundo ciclo: Washington em cena

Após a II Guerra, o Brasil e os demais países da América Latina retomam o pagamento dos serviços de suas dívidas e tem início o segundo ciclo de endividamento brasileiro. Agora, o principal credor passava a ser os Estados Unidos. “Entre 1950 e 1969, a América Latina remeteu US\$ 28 bilhões para o exterior, contra US\$ 20 bilhões de investimentos e empréstimos”¹⁰. Em 1964, um dos argumentos utilizados pela direita para justificar o golpe foi o volume da dívida externa: US\$ 2,5 bilhões.

Com a ditadura, o crescimento dos débitos passa a ser exponencial. Coincidindo com os “trinta anos dourados” do capitalismo (1945 a 1975) e com a abundância de capital disponível a baixas taxas de juros nos países desenvolvidos, o Brasil contrai sucessivos empréstimos para financiar o que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”. Os débitos em 1970 alcançam US\$ 5,5 bilhões e em 1973 já somam US\$ 13,8 bilhões. No governo Geisel (1974 a 1979), as contas explodem: em 1978 a dívida chega a 52,8 bilhões. Foi neste período que se tentou completar o parque industrial brasileiro, iniciado no primeiro governo Vargas (1930 a 1945), com a instalação de indústrias de bens de capital, aeroespacial, microeletrônica, nuclear, de química fina etc. O grosso do investimento era bancado pelo Estado. No meio do processo, dois acontecimentos viriam a frustrar este objetivo. O primeiro deles foi a crise do petróleo, que triplicou o preço do barril em poucos meses, acarretando pesados déficits na balança comercial. O segundo foi o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, de 5,7% para 18,8% entre 1975 e 1984, o que levou grande parte dos novos empréstimos a ser contraída com base em taxas de juros flutuantes. Nesta época, as despesas extras no serviço da dívida chegaram a US\$ 26,6 bilhões. A estes fatores, que atingiram toda a América Latina, some-se a redução da demanda por produtos da região no mercado internacional, o que frustrou a expectativa de se conseguir saldos expressivos nas balanças comerciais dos paí-

ses, para se honrar os compromissos assumidos.

Aconteceu o inevitável. “Em agosto de 1982, o México informou aos seus credores que não poderia mais gerenciar sua dívida externa. O Brasil e outras nações latino-americanas em breve dariam sinais de dificuldades parecidas. (...) O último boom de empréstimos latino-americanos havia terminado.”¹¹ Os países da região literalmente quebraram e teve início aquela que se denominou posteriormente de “a década perdida”. Terminava o segundo ciclo de endividamento brasileiro.

Com o Fundo chegamos ao fundo

Tem também início aqui o monitoramento das economias da região por parte do Fundo Monetário Internacional, que visava à retomada integral dos pagamentos dos juros e serviços da dívida. Estes programas de austeridade patrocinados pelo FMI tiveram como pontos centrais o corte de gastos públicos, para gerar excedentes destinados aos compromissos externos e a concessão de empréstimos novos destinados a cobrir dívidas velhas e evitar a inadimplência. Prática muito semelhante à utilizada pelos banqueiros ingleses da casa Rotschild, um século e meio atrás.

Referindo-se ao período, Frank Griffith Dawson constata: “O resultado tem sido a estagnação do crescimento econômico, o desemprego, o aumento da miséria, a desnutrição e o crime, a deterioração da infra-estrutura e dos serviços sociais, danos ecológicos e agitação política e social.”¹²

Nesta década, a América Latina remeteu ao exterior, a título de serviço da dívida, US\$ 81,7 bilhões, o dobro do valor dos anos 70. No plano político, a crise da dívida acelerou o fim da ditadura, colocando em cena novos atores sociais: os trabalhadores do ABC paulista, a CUT, o PT, o PCdoB, o MST e provocou uma ascensão das mobilizações populares que resultaram na campanha da Anistia (1979), das Diretas Já (1984) e na de Lula Presidente (1989). É justamente neste período que o tema “dívida externa” adquire relevância na agenda nacional.

Riscos do isolamento

O ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira assim se refere às alternativas colocadas à mesa na época: “Nos países devedores, os radicais e populistas apoiavam uma moratória da dívida que permitiria, no curto prazo, o aumento dos salários e do consumo interno. O desastre peruano do governo Alan Garcia é o melhor exemplo dessa atitude em relação à dívida. No outro extremo, os governos dos países altamente endividados e suas elites empresariais subalternas estavam ansiosos por satisfazer os credores e sempre se dobrarem às suas exigências. (...) Finalmente um terceiro grupo, que apareceu na

América Latina em 1987, propôs a adoção de medidas firmes, incluindo-se a suspensão unilateral dos pagamentos, para forçar uma securitização negociada da dívida (substituição da dívida antiga por novos títulos, garantidos por agências multilaterais dos bancos comerciais), combinada com severas medidas de ajustamento fiscal interno".¹³

Bresser, que negociou pessoalmente a dívida durante sua passagem pelo governo Sarney (1987), força a mão nos argumentos e simplifica conclusões. O fracasso de Alan Garcia não pode ser explicado como fracasso das propostas nacionalistas. Assumindo a presidência do Peru em julho de 1985, Garcia prometeu limitar o pagamento da dívida externa em 10% do valor das exportações. Rompeu com o FMI e o Banco Mundial. Como a burguesia e as classes médias reagiram, retirando suas economias do país, Garcia decidiu estatizar o sistema financeiro. Mas sendo o Peru um país pequeno e, sem uma articulação com o restante da América Latina (principalmente os maiores devedores, Brasil, Argentina e México), a estratégia fracassou. Desta experiência sobrou a lição de que qualquer alternativa mais ousada não pode ser tomada isoladamente. Com base nisso, e argumentando que os devedores não podem agir individualmente, enquanto os credores se organizam em bloco, o primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, propôs, sem sucesso, no mesmo ano, a formação de um clube de devedores.

A terceira proposta que Bresser menciona é a sua própria, extremamente onerosa ao país e que acabou sendo superada pelo chamado Plano Brady, um dos elementos importantes para que tivesse início o terceiro ciclo de endividamento brasileiro.

Uma nova conjuntura e um novo ciclo

A virada dos anos 80 para a década de 90 marcou o início de uma conjuntura extremamente adversa para as forças progressistas no plano mundial. A queda dos regimes do Leste europeu, a emergência do neoliberalismo e a formulação do chamado Consenso de Washington mudaram a correlação de forças na arena internacional. Além disso, uma nova onda de capital excedente nos países ricos procurava bom pouso à cata de lucros rápidos na especulação financeira. No entanto, uma dificuldade persistia: após a crise do início dos anos 80, o mercado financeiro queria garantias mais sólidas de que não correria risco na América Latina.

Uma das garantias foi o plano apresentado em 1989 pelo então secretário do tesouro norte-americano, Nicholas Brady, prevendo a extensão do prazo de pagamentos, substituição das taxas de juros flutuantes por taxas fixas e redução de parte da dívida. O plano foi assinado primeiramente pelo México no mesmo ano. Oferecendo taxas

de juros maiores do que as apresentadas nos países ricos e cumprindo à risca o receituário neoliberal, o México inverteu o fluxo de capital que saíra do país desde a crise de 1982. Com isso, inaugurava-se em todo o Continente um novo ciclo de endividamento.

Os descontos resultantes do Plano Brady foram mínimos e tiveram muito mais o efeito de permitir que novos empréstimos fossem contraídos.

Bresser Pereira refere-se ainda ao período: "Um país como o Brasil que, até 1994, ainda não havia assinado um acordo baseado no Plano Brady, foi capaz de receber um considerável fluxo de capital a partir de 1991"¹⁴. Na gestão Marcílio Marques Moreira no ministério da Economia (1991-1992), no governo Collor, o Brasil iniciou as negociações para aderir ao Plano. Marcílio cuidou de elevar acentuadamente as taxas de juros internas e de acabar com a maioria das restrições ao livre fluxo de capitais, que passaram a ter aqui ganhos monumentais.

O acordo final com os termos do Plano Brady só foi fechado em 1994, por Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda do governo Itamar Franco. Data desta época uma das pérolas proferidas pelo ex-sociólogo, em depoimento no Senado Federal: "Fico extremamente feliz com o fim do problema da dívida externa".

O fim do começo

Longe de ser um desfecho, a negociação levada a cabo por FHC e seus auxiliares aumentou enormemente as despesas do País com seus débitos externos, através da emissão de títulos públicos para rolar antigas pendências, aumentar o volume das reservas cambiais e criar o esqueleto básico do plano real. Enquanto as taxas de juros anuais situavam-se ao redor do patamar de 6% nos países desenvolvidos, no Brasil elas chegaram a 42% em novembro de 1997!

Não é à toa que a dívida interna – negociada em reais e que paga os juros mais altos – tenha explodido. Tornou-se um grande negócio para empresas e bancos contrair empréstimos a juros baixos no mercado internacional e em seguida comprar títulos públicos no Brasil a taxas de juros estratosféricas, embolsando a diferença. Através deste mecanismo é que a maior parcela da dívida externa atual (US\$ 141 bilhões, de um total de US\$ 241 bilhões), contraída por empresas privadas foi estatizada.

A dívida pública total (União, estados e municípios), que representava 20,7% do Produto Interno Bruto (US\$ 562 bilhões em 1999) saltou para quase 50% do PIB em 2000. Seu crescimento não ocorreu, como se vê, por excesso de gastos em saúde, educação, previdência etc. Ao contrário: como



tem sido norma desde 1994, o governo tem cortado sistematicamente verbas destas áreas e privatizado aceleradamente empresas estatais, para pontualmente honrar os compromissos com os credores. Com a quebra do real, em janeiro de 1999, a dívida interna aumentou num prazo de poucos dias em cerca de R\$ 30 bilhões.

Um papagaio para pagar outros

Para garantir a continuidade destes pagamentos, o Brasil negociou um empréstimo de US\$ 41,5 bilhões para evitar que a crise brasileira contagiasse o sistema financeiro internacional, como a crise russa, meses antes. Este dinheiro, em sua maior parte, nem chegou ao país, sendo destinado a pagar obrigações por vencer. Em contrapartida, o FMI impôs um duríssimo ajuste fiscal que estipula, para o ano 2000, um superávit primário de cerca de 3,5% do PIB, ou R\$ 38,5 bilhões. A ordem é: que se espremam todas as áreas do orçamento para se obter dinheiro para os credores. Dois mecanismos recentemente aprovados pelo Congresso caminham nesta direção. O primeiro deles é a Desvinculação de Receitas Orçamentárias, que permite a utilização de até 20% do total do orçamento da União (cerca de R\$ 60 bilhões) sem consulta ao Legislativo. Em português claro, a administração federal pode retirar dinheiro da saúde (orçamento de R\$ 20 bilhões), educação (orçamento de R\$ 14 bilhões), reforma agrária (orçamento de R\$ 1,3 bilhão), sem dar satisfação a ninguém. O segundo mecanismo é a Lei de Responsabilidade Fiscal que, ao contrário do que diz o nome, não visa racionalizar as contas municipais, estaduais e federais; mas sim estipular limites rígidos de quanto estas administrações podem gastar, para que o pagamento das dívidas financeiras permaneça intocado.

Como se pode ver, o problema da dívida externa, entrelaçada que está com o endividamento interno, nunca foi tão grave como hoje. O paradoxo a que nos referimos no início deste texto, portanto, só se explica por conta da ofensiva neoliberal, das ilusões apressadas com o Plano Real e com o rolo compressor da mídia que, fazendo coro com o governo e com os banqueiros, tirou o assunto de cena.

Voltando à cena

Mas a gravidade da situação começa a recolocar o problema em pauta. Uma série de entidades – entre elas a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o MST (Movimento dos Sem-Terra), a CMP (Central de Movimentos Populares), o CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), a UNE (União Nacional dos Estudantes), a Contag, o Movimento de Pequenos Agricultores, além do PT, do PCdoB e do PSTU – se lançou numa grande iniciativa: a realização de um plebiscito nacional sobre o tema.

Após meses de debates, as entidades organizadoras decidiram no final de maio as perguntas que constarão na cédula de votação. São três, cuja resposta deverá ser “sim” ou “não”:

1. Sobre o FMI:

O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI?

2. Sobre a Dívida Externa:

O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previsto na Constituição de 1988?

3. Sobre a Dívida Interna:

Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

Campanha nos estados

A campanha já está organizada em diversos estados e vários lançamentos públicos foram feitos. Ela possui um endereço eletrônico: www.jubileu2000.org.br, no qual poderão ser encontradas informações adicionais. Uma grande campanha pelo NÃO às três perguntas deve tomar conta do país nos próximos meses. A meta é que milhões de brasileiros se manifestem sobre a dívida, o que, no fundo, equivale a escolher que tipo de país queremos: um Brasil soberano, ou submisso ao capital financeiro. 

Gilberto Maringoni é jornalista, cartunista e assessor da campanha Jubileu 2000.

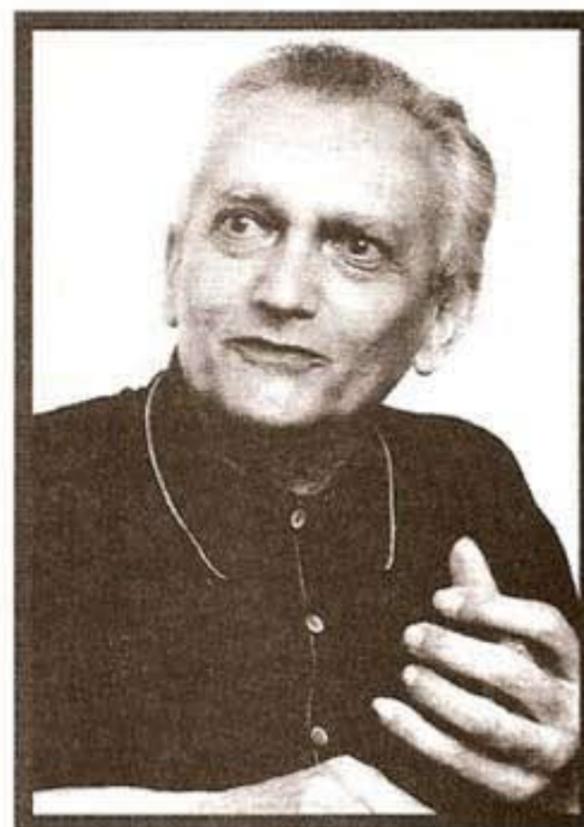
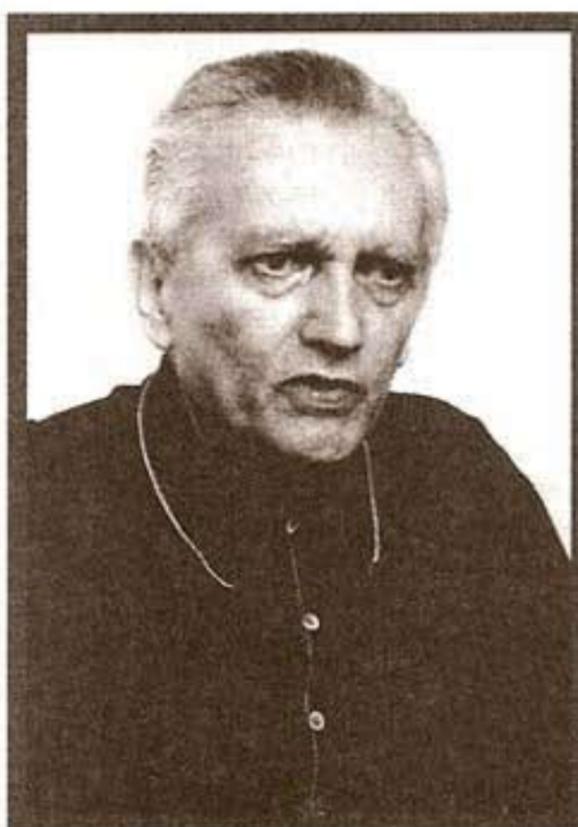
Notas

- (1) Gonçalves, Reynaldo e Pomar, Valter, O Brasil endividado. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- (2) Biondi, Aloysio, O Brasil privatizado. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- (3) Superávit primário é o saldo da receita tributária arrecadada pelo governo menos o pagamento de juros da dívida pública (externa e interna). Ao contrário do que se alardeia, o governo brasileiro arrecada mais do que gasta, ou seja, é superavitário.
- (4) Dawson, Frank Griffith, A primeira crise da dívida latino-americana, São Paulo, Editora 34, SP, 1998.
- (5) Prado Júnior, Caio, História Econômica do Brasil, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1965.
- (6) Furtado, Celso, Formação econômica do Brasil, Editora Fundo de Cultura, SP, 1964
- (7) Carvalho, José Murilo de, “Aconteceu em um fim de século”, Folha de S. Paulo, caderno Mais!, pp. 5-3, São Paulo, 21 de março de 1999.
- (8) Gonçalves E Pomar. op. cit.
- (9) Dawson, Frank Griffith, op. cit.
- (10) Gonçalves e Pomar, op. cit.
- (11) Dawson, Frank Griffith, op. cit.
- (12) Dawson, Frank Griffith, op.cit.
- (13) Bresser Pereira, Luiz Carlos. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil, São Paulo, Editora 34, 1996.
- (14) Bresser Pereira, Luiz Carlos., op.cit.

Renovar o debate sobre o desenvolvimento



Celso Furtado



Fotos: Silvana Marques

CELSO FURTADO

Homenageado pela Sudene, pelos 80 anos, completados em 26 de julho, Celso Furtado diz que a globalização não contribui para reduzir as desigualdades sociais no mundo e deverá assumir a forma de um poder imperial – essencialmente antidemocrático

O economista Celso Furtado completou 80 anos no último dia 26 de julho. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) antecipou a homenagem de aniversário e realizou nos dias 8 e 9 de junho o seminário Celso Furtado – a Sudene e o futuro do Nordeste. Especialistas discutiram, em Recife, os desafios da economia brasileira e a questão do desenvolvimento. No encerramento, os participantes ouviram de Furtado, que foi o fundador e primeiro superintendente da Sudene, o discurso aqui publicado pela Princípios.

O deputado federal Sérgio Miranda, líder do PCdoB na Câmara Federal, em pronunciamento na Sessão da Câmara de 16/6/2000, sob o título **Recado de um velho mestre** afirmou que “Celso Furtado dá grande contribuição ao debate em curso, quando salienta que o problema fundamental do país é político e sua solução

passa inevitavelmente pela política – pela construção de um novo pacto político, alicerçado nos interesses da maioria e que se contraponha à política representada pela ação do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Um projeto de alternativa ao atual modelo implantado começaria pelo reforço da auto-estima nacional e pela reconstrução da identidade nacional; e por uma participação maior do povo no sistema de decisões – como diz ele, tem de partir do alargamento da democracia.

Homens como Celso Furtado dignificam a nação brasileira e suas teses ajudam o povo e a Oposição deste país a seguir o caminho da construção de uma alternativa ao atual modelo insensível, perverso socialmente, antinacional, antipovo – e hoje já vivendo sua crise.”

PREVALEÇO-ME do fato de haver acompanhado como observador e ocasionalmente como ator, durante meio século, as profundas mutações que nos trouxeram ao umbral de incertezas que atualmente enfrentamos, para perscrutar o espaço da manobra que nos resta.

Para tentar captar o alcance das transformações em curso no perfil da realidade econômica internacional, destacaremos alguns pontos de notória significação.

a) A inflação virtual que por um decênio afeta a economia dos Estados Unidos, sob a forma de um profundo desequilíbrio na conta corrente do balanço de pagamentos, tende a ser vista como emergência de uma “nova economia” cuja vanguarda tecnológica se concentra nesse país, o que explicaria a drenagem para o mesmo de grande parte da poupança mundial. A solução que venha a ser dada a esse problema pesará decisivamente na configuração futura da estrutura de poder internacional.

b) O amplo processo de destruição-reconstrução das economias do Leste europeu continuará por vários anos a absorver parte da poupança gerada em outras regiões, o que também contribuirá para manter elevadas as taxas de juros.

c) A realocação de atividades produtivas provocada pelo impacto das novas técnicas de comunicações e tratamento da informação continuará a intensificar-se, sendo portanto de se esperar que se concentrem mais e mais em áreas do Primeiro Mundo as atividades inovadoras. Assim, deve prosseguir a concentração de riqueza e renda.

d) A orientação assumida pelo avanço das técnicas abre caminho à transnacionalização das empresas e ao desmantelamento dos sistemas nacionais de poder. Emergirá nova superestrutura de regulamentação de patentes e atividades intelectuais em geral, o que contribuirá para aumentar o fosso entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

e) A transformação do Estado nacional imposta pela transnacionalização progressiva da esfera econômica constitui certamente um dos maiores desafios a serem enfrentados pela nova geração. Não basta reconhecer que as atividades estatais prioritárias devem ser as de natureza social e cultural. A articulação interna de certas atividades econômicas pode ser indispensável à preservação da identidade cultural. Esse problema assume particular gravidade em países de gran-

des dimensões como o Brasil.

f) A ação política internacional tende a priorizar a abordagem dos problemas ecológicos, o controle do uso de drogas, o combate às enfermidades contagiosas, a erradicação da fome e a manutenção da paz. As atividades econômicas de âmbito local tendem a ser absorvidas pela esfera do informal. A importância relativa destas define o grau de subdesenvolvimento da região.

g) A estrutura internacional de poder evolui atualmente para assumir a forma de grandes blocos de nações, sedes de empresas transnacionais que dispõem de rico acervo de conhecimento tecnológico de serviços, particularmente os financeiros e os tecnológicos, cresce em detrimento do de bens tradicionais. A dinâmica desse sistema favorece as forças tendentes a reproduzir a atual clivagem desenvolvimento/subdesenvolvimento, vale dizer, um mundo marcado por desigualdades sociais. Para escapar a esse sistema de forças que se articulam planetariamente se requer a conjunção de uma política fundada em amplo consenso social, com condições objetivas que poucos países do Terceiro Mundo reúnem.

Quando comecei a observar o mundo

como economista encerrava-se um longo período de tensões agudas e deslocamentos nas estruturas de poder, marcadas por crises e depressões econômicas sem precedentes e guerras de abrangência planetária. Acompanhamos o dismantelamento de impérios seculares e a emergência de cerca de uma centena de novos Estados nacionais. Grande parte do mundo fragmentou-se politicamente ao mesmo tempo que emergiam estruturas transnacionais apoiadas no poder financeiro e no controle da inovação tecnológica.

O meio século que estamos considerando compreende duas épocas perfeitamente caracterizadas. A primeira foi marcada por um ingente esforço de reconstrução e pela ampliação da área abrangida pelo processo de industrialização. O esforço de reconstrução acarretou a elevação dos preços dos produtos primários, ampliando a capacidade para importar das economias periféricas. Muitas delas, como foi o caso do Brasil, embarcam num processo de industrialização apoiando-se na proteção do mercado interno e na substituição de importações.

O dinamismo engendrado pelo processo de reconstrução foi reforçado pelo expansionismo militar da chamada Guerra Fria, a qual legitimou um esforço considerável de investimentos públicos em frentes tecnológicas de incerta rentabilidade. Esses investimentos – o programa “Guerra nas Estrelas” é revelador de seu espírito – são de impacto profundo, ainda não devidamente estudado, na modelagem de nossa civilização.

Esses foram anos em que prevaleceu uma grande fé no progresso, tanto nos países de velha civilização industrial, onde o avanço das técnicas se traduzia em elevação dos salários reais e em homogeneização social, quanto no mundo subdesenvolvido, cujas populações começavam a ter acesso aos padrões de vida modernos.

Certo, esse quadro aparentemente harmonioso comportava falhas que alguns observadores começavam a detectar. Já no começo dos anos 50 pareceu-me oportuno chamar a atenção para a natureza, a estrutura e a difícil reversibilidade do processo de concentração da renda que ocorria em países como o Brasil, tanto nas fases cíclicas de expansão quanto nas de recessão. O fato de a produtividade macroeconômica e a renda per capita serem muito inferiores nos países periféricos faz com que a reprodução imitativa dos padrões de consumo dos países ricos somente se torne possível concentrando a renda. Para escapar disso se requer uma política difícil de se implementar numa economia de mercado.

Essa situação tendeu a agravar-se no último quartel do século XX, quando ocorreu crescente controle das atividades industriais periféricas por empresas transnacionais sediadas nos países que lideram a inovação tecnológica.

Limitando-nos ao essencial, partiremos da evidência de que o sistema de decisões que comandam as atividades tecnológicas, financeiras e industriais opera crescentemente no sentido da concentração. Conseqüência inevitável desse processo é o enfraquecimento e o provável dismantelamento das estruturas nacionais de poder, essa invenção dos tempos modernos que abriu caminho ao avanço do regime democrático.

É evidente que problemas dessa ordem se apresentem de forma distinta de país para país em função de sua formação histórica e estruturas de dominação interna e externa. Considero importante que essa questão seja objeto de debate sério entre nós, pois seria ingênuo ignorar que somos um país em formação e aquele que mais teria a perder no hemisfério com a renúncia à soberania monetária, instrumento fundamental da governabilidade.

O paradoxo maior com que nos confrontamos consiste em que o formidável esforço de acumulação e de criatividade

que marcou a segunda metade do Século XX engendrou um mundo cuja lógica nos escapa no essencial. A tendência estrutural à concentração da riqueza e da renda em benefício de reduzida minoria social generalizou-se, apresentando-se com igual vigor nas economias da vanguarda tecnológica. A concentração desmedida do poder financeiro e econômico deixa entrever a tendência inescapável à criação de estruturas de poder decisório de abrangências planetárias. Sendo assim, marchamos inexoravelmente para uma forma de unificação política. Ora, se levamos em conta a heterogeneidade social do mundo em que vivemos, temos de reconhecer que a estrutura política engendrada pela globalização econômica deverá assumir a forma de um poder imperial, portanto, essencialmente antidemocrático.

Mas seria ingênuo imaginar a história dos homens governada apenas pelas forças que moldaram o seu passado. O próprio dos homens é aprender a enfrentar vicissitudes. Basta lembrar as forças sociais que se arregimentam em todo o mundo contra a abertura desordenada de mercados propugnada pelas empresas transnacionais. O dinamismo dessas empresas funda-se no dismantelamento dos sistemas de economia nacional, o que se traduz em concentração de renda e desemprego. Trata-se de uma lógica economicista que somente pode ser combatida se se adota uma visão da atividade social apoiada em valores substantivos.

Portanto, urge renovar o debate sobre a problemática do desenvolvimento visando a superar o economicismo que o empobrece atualmente. Não se trata apenas de alcançar altas taxas de crescimento e sim de elevar o nível de bem-estar, privilegiando os que estão atualmente embaixo na escala social. 

Celso Furtado é economista e ex-ministro do Planejamento, no governo João Goulart, e da Cultura no governo José Sarney. Publicado originalmente no *Correio Braziliense*, 18/6/2000.

Questão Agrária

neoliberalismo aumenta a concentração de terra

MARCELO CARDIA

A ação do governo está muito longe

de representar uma política de reforma agrária

Quinhentos anos de latifúndio e exclusão social

A PRODUÇÃO agropecuária brasileira não é pequena, o que dá ao Brasil a condição de integrar o seletivo grupo dos países de grande produção e exportação agrícola.

Mas, a nossa agropecuária apresenta um desempenho medíocre quando comparada ao dos outros países desse grupo. A China produz 480 milhões de toneladas de grãos em menos de 100 milhões de hectares, ou seja, em uma área de terras agricultáveis três vezes e meia menor do que a nossa, e colhe uma safra de grãos seis vezes maior do que a safra brasileira. Enquanto a produ-

ção de grãos no Brasil está estagnada no patamar de 80 milhões de toneladas há quase vinte anos, a Argentina elevou sua produção para o patamar de 60 milhões, praticamente dobrando nos últimos dez anos.

O tamanho da agricultura brasileira não reflete a força de trabalho disponível no campo e está longe de corresponder ao potencial agropecuário do seu território. A comparação entre a área total de lavouras (com as terras produtivas mas não aradas) e a área ocupada por pastagens (com baixo índice de produtividade pecu-

ária) revela o elevado nível de ociosidade e desperdício das terras agricultáveis.

O latifúndio é a causa fundamental do atraso em nossa economia agrária. O desenvolvimento dependente e deformado do capitalismo no Brasil modernizou a agricultura com base no monopólio da terra, o que acentuou o uso sócio-econômico deformado desse

meio de produção fundamental. Após quase cinco séculos, a concentração fundiária apresenta-se como uma das maiores do mundo.

Como não foi precedida pela Reforma



Ocupação da Fazenda São Paulo, em Pontal do Paranapanema, em março de 1993

CONCENTRAÇÃO DE TERRA

Distribuição dos estabelecimentos	Proporção (%) sobre o total dos estabelecimentos	Proporção da área total (%)
menos de 100 hectares	15%	46%
mais de 1000 hectares	49%	24%

DESIGUALDADES REGIONAIS NA AGRICULTURA

Regiões	Proporção do total nacional		
	Valor da produção	Pessoal ocupado	Frota de tratores
Nordeste	15%	46%	7%
SP, PR, SC, RS	49%	24%	63%

Agrária e o acesso aos serviços e bens sociais (educação, saúde, etc.) pela maioria da população rural, essa modernização conservadora da agricultura acarretou ao povo brasileiro enorme e doloroso custo social: aumentou a concentração da renda; favoreceu a concentração industrial no Sul e Sudeste; provocou um desumano êxodo rural, que ajudou a transformar as maiores cidades em centros urbanos inchados por periferias degradadas e preches de violência.

O desenvolvimento desigual da economia nacional é particularmente acentuado no que se refere à economia agrária. O chamado Centro-Sul, formado por apenas oito estados, concentra mais de 70% do valor e da produção agrícola. Por outro lado, a região Nordeste, com 46% do total do pessoal ocupado na agri-

cultura, detém apenas 15% do valor da produção.

Neoliberalismo aumenta a concentração de terra

Desde que foi implantado em 1950, pela primeira vez o Censo Agropecuário registra uma redução do número de estabelecimentos agropecuários, que diminuiu em 942 mil unidades no período entre os anos de 1985 a 1995. Do total de estabelecimentos extintos, 96% apresentavam área inferior a 100 hectares. Por outro lado, com a incorporação de mais 790 mil hectares, cresceu em 4% o número de estabelecimentos com área entre 10 mil a 100 mil hectares.

Ao caótico e desumano êxodo rural que despejou nas cidades, entre os anos 1960 e 1980, um contingente de brasileiros igual ao tamanho da popula-

ção da Argentina, acrescentou-se um brutal aumento do desemprego agrícola na década de 90. O número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas sofreu uma redução de 23%, ou seja, mais de cinco milhões de pessoas perderam seus postos de trabalho na agricultura.

A política econômica do governo é a principal responsável pelo agravamento da crise no campo. Enquanto na União Européia a agricultura recebe todos os anos 120 bilhões de dólares de subsídios diretos e indiretos, o nosso governo impõe aos agricultores brasileiros as mais altas taxas de juros, corta os subsídios e dificulta o acesso aos poucos recursos do crédito agrícola. Os setores produtivos de base interna são submetidos a uma predatória concorrência de produtos importados.

O crescimento da luta pela terra e o assentamento de milhares de famílias representam uma conquista dos Movimentos de Luta pela Terra e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Mesmo assim não foi suficiente para causar alguma mudança na estrutura agrária. A morte de trabalhadores rurais e a impunidade dos assassinos e seus mandantes continuam a fazer parte da realidade, e cada vez mais incentivadas pela inoperância do governo federal e a conivência de parte do poder judiciário.

DISTRIBUIÇÃO DO USO DAS TERRAS

Uso das Terras	Área (em hectares)	Proporção da área total	Proporção da área disponível
Lavouras	41.794.455	11,8%	16,7%
Pastagens	177.700.472	50,2%	71,2%
Produtivas e não usadas	16.360.085	4,6%	6,5%

A ação do governo na questão fundiária está longe de representar uma política de reforma agrária. Os assentamentos não passam de medidas compensatórias frágeis e de curta duração. Por um lado, desde a eleição de FHC em 1994, foram assentadas 322 mil famílias; por outro lado, nos dois primeiros anos de seu governo desapareceram 400 mil estabelecimentos agropecuários com área de até 100 hectares.

Estrutura sindical

A análise das condições sócio-econômicas do campo no Brasil indica que não houve mudança na estrutura agrária nacional; pelo contrário, com o neoliberalismo aprofundou-se o seu perfil anacrônico; permanece a tendência de desaparecimento dos pequenos estabelecimentos e da agricultura familiar; aumenta a concentração da terra e também da produção agrícola; a base produtiva da agricultura brasileira mantém a tendência de redução ou de estagnação, o que aumenta o desemprego no campo.

O sindicato unitário por ramo de ati-

vidade é a proposta defendida pela CSC. Nas condições sócio-econômicas atuais do campo brasileiro, a permanência de assalariados e agricultores familiares na mesma organização sindical é a forma mais adequada para os sindicatos de trabalhadores rurais.

O atual Sistema Contag assume na prática a forma do sindicato unitário por ramo de atividade, pois permite a unidade de todos os que vivem do trabalho no campo e que são historicamente explorados pela aliança do capital com o latifúndio.

A luta pela terra

Além do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, a luta pela terra é desenvolvida com combatividade e grande sucesso por outros movimentos. O MST é o mais antigo, alcançou um alto grau de organização e, conta com o apoio político do sindicalismo classista. Com o acirramento das contradições sociais no campo e o desemprego, surgiram novos movimentos na luta pela terra, formados a partir de suas próprias experiências.

O Movimento de Luta pela Terra – MLT –, com maior presença nos estados da Bahia e Pará, desenvolve a luta pela terra em parceria com a Contag e procura fortalecer o sindicalismo rural. A Corrente Sindical Classista deve fortalecer orgânica e politicamente o MLT e desenvolver esforços no sentido da unidade dele com outros movimentos.

A greve dos caminhoneiros; a manifestação dos ruralistas em Brasília e a marcha dos Cem Mil mostraram recentemente que se a política do governo fere de morte os pequenos produtores, também golpeia os médios e até grandes produtores da agricultura nacional.

Nesse sentido, a luta pela conquista da Reforma Agrária e de uma política agrícola nacional e popular, só terá futuro se estiver inserida nos objetivos maiores do povo brasileiro e conseguir agregar amplos setores que se opõem ao neoliberalismo. 

Marcelo Cardia é engenheiro agrônomo e membro da comissão sindical do PCdoB. Este texto integra a revista de Resoluções do IV Congresso Nacional da Corrente Sindical Classista (CSC).

“O Grito da Terra Continua”

O plantio da safra 2000/01 se aproxima, fazendo com que os ministros da Agricultura e da Reforma Agrária acionem a poderosa rede de propaganda oficial. Anunciam novos assentamentos; acréscimo de R\$2,7 bilhões na oferta de crédito agrícola; fundo de aval, renegociação das dívidas e mais dinheiro com menor custo para o crédito da agricultura familiar. Claro, não podendo faltar a previsão de um novo recorde na colheita da safra 1999/00.

Mas há um verdadeiro buraco negro entre a realidade virtual do ministro Raul Jungman e a dura realidade da agricultura familiar no Brasil. Se não, o que explica-

ria a recusa dos Sem Terra em participar do Conselho de Desenvolvimento Agrário proposto pelo governo? Por que há apenas dois meses da conclusão das negociações entre o Movimento Sindical e o governo, a Contag, com a palavra-de-ordem “O Grito da Terra Continua”, mobiliza suas bases?

Os trabalhadores rurais e o povo brasileiro, cada vez mais, tomam consciência dos reais intentos do governo FHC: por um lado, propaganda enganosa e medidas compensatórias frágeis e de curta duração para a agricultura familiar; por outro, política agrícola subordinada aos interesses do sistema financeiro internacional.

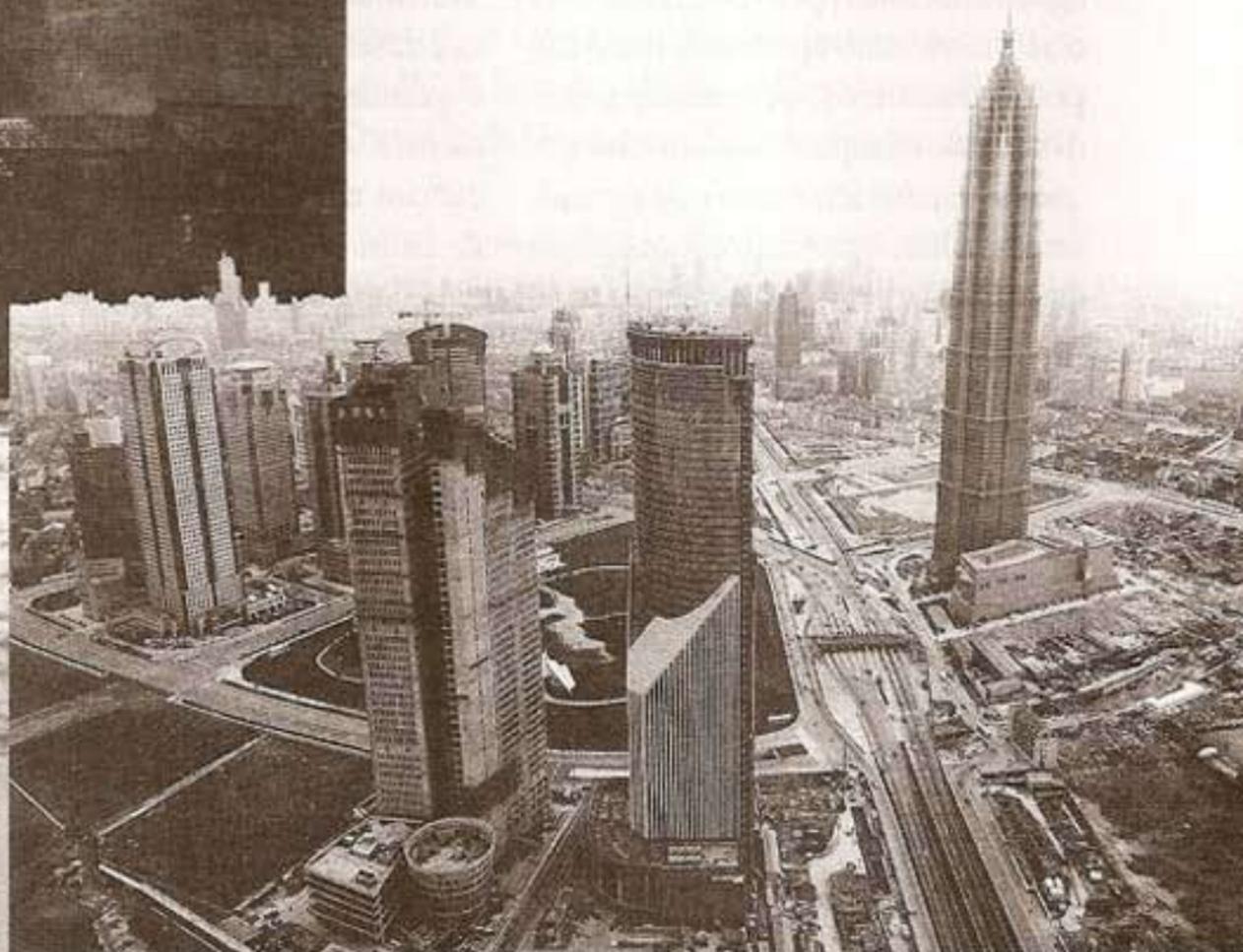
A esquerda, a China e o imperialismo



Interior da China, por volta de 1900

Auguste François

Eugene Hoshiko



Torres de Shangai

DOMENICO LOSURDO

Qual é a China real? Aquela mostrada pelo noticiário da burguesia e pelos filmes de Hollywood, e que influencia certa esquerda? Ou aquela que luta para superar o subdesenvolvimento e o atraso e constrói seu caminho para o socialismo?

Era uma vez... – poderia começar assim uma pesquisa sobre os posicionamentos da esquerda relativos à China. Mas, longe de se tratar de uma fábula, é um acontecimento que se desenvolve sob nossos olhos e que se presta a considerações melancólicas. Sim, era uma vez uma esquerda digna desse nome, que conhecia a história e resistia a encerrar-se numa ótica provinciana. Essa esquerda era consciente da tragédia que tinha acometido o país habitado por um quinto ou um quarto da população mundial e que, talvez mais claramente que qualquer outra, punha a nu a ferocidade e a hipocrisia do Ocidente liberal.

A China crucificada

NESSE CASO, tornava-se uma evidente mentira a ideologia que acompanhou o expansionismo colonial, promovido oficialmente em nome da causa da difusão da “luz e da civilização”. A China – notava Goethe numa conversação com Eckermann em 31 de janeiro de 1827 – por um lado, já conhecia uma florescente literatura “quando os nossos antepassados ainda viviam nos bosques”. Trata-se de um país que havia suscitado a admiração de Leibniz, Voltaire e outros autores iluministas por seu espírito laico: onde se viam as guerras religiosas que tinham ensanguentado a Europa? Por outro lado, o privilégio de nascença e os superpoderes da aristocracia baseados na consangüinidade desempenhavam na Europa um papel muito mais relevante do que no país do confucionismo, onde, ao contrário, os mais altos cargos da administração eram freqüentemente preenchidos mediante concurso público.

No que se refere à economia, mais do que qualquer discurso, é esclarecedor um intercâmbio epistolar que se desenvolve no final do século XVIII. A Inglaterra estava interessada em adquirir da China seda, porcelana, medicamentos, chá; e queria trocar essas mercadorias exportando roupas de lã. Em 1793 o imperador chinês responde ao rei George III: “Não nos falta nada (...) e, portanto, não temos necessidade alguma dos manufaturados de vosso país”. A Inglaterra foi, assim, obrigada a pagar em dinheiro, com uma contínua e crescente sangria de suas reservas. Até que aos comerciantes e governantes ingleses ocorre uma idéia genial: seria possível cobrir o déficit promovendo e impondo a exportação do ópio proveniente da Índia (Wolf, 1990, pp. 360-6). A resistência do povo e dos dirigentes chineses é arrasada, algumas décadas mais tarde, pela força das armas.

Começa a tragédia. O fluxo financeiro (e a sangria)

invertem sua direção. Junto com o ópio, irrompem as tropas inglesas (e as tropas coloniais indianas no séquito de Sua Majestade britânica): “Mulheres chinesas são assediadas e estupradas. Os túmulos são profanados em nome da curiosidade científica”. (Spence, 1998, p. 53) Um povo de antiquíssima civilização passa a ser sistematicamente violentado, saqueado, humilhado. O seu corpo, o seu território, é desmembrado, um pedaço após o outro, pela matilha de cães colonialistas e imperialistas, que se tornam cada vez mais numerosos e famélicos: unem-se à Grã-Bretanha, em feroz concorrência recíproca, a França, a Rússia, Portugal, o Japão, os Estados Unidos, a Alemanha, a Itália. Ninguém quer faltar a esse banquete que se prenuncia faustoso. A China é progressivamente amputada de Hong Kong, de Macau, de amplíssimos territórios da Ásia Central, de Taiwan; também o Tibete é ameaçado de grave perigo. O desmembramento territorial caminha *pari passu* com o saque e a destruição do patrimônio artístico e com a imposição de pesadíssimas indenizações em favor dos agressores. A tudo é dada uma aparência de legalidade mediante “tratados desiguais” sancionados com a força das armas: é o triunfo da política de canhoneiras e da lei do mais forte.

Talvez as grandes potências superassem por algum tempo a sua rivalidade a fim de dar uma lição aos bárbaros chineses, que sofriam com crescente impaciência a agressão e o domínio imperialista. É o que se verifica em 1900, quando a Grã Bretanha, a França, os Estados Unidos, o Japão, a Rússia, a Alemanha e a Itália promovem uma selvagem expedição punitiva para sufocar a revolta dos Boxers. Ao falar diante das tropas que se aprestavam a partir para a China, Guilherme II não teve papas na língua: “Não haverá clemência e os prisioneiros não terão sorte. Cada qual que caia nas vossas mãos, cairá sob vos-

sa espada! (...) Que pela vossa obra, possa a denominação de 'alemão' afirmar-se por milênios na China, tanto que nenhum chinês, com amêndoas nos olhos ou não, possa jamais ousar olhar o rosto de um alemão".

Não é necessário estorvar-se com escrúpulos excessivos; é necessário abrir "o caminho à civilização de uma vez para sempre". (Balfour, 1968, p. 297)

Como já se observou com razão, é um período histórico que vê "a China crucificada": "Enquanto se aproximava o fim do século XIX, a China parecia se tornar a vítima de um destino contra o qual não podia lutar. É uma conjura universal do homem e dos elementos. A China dos anos 1850-1950, aquela das mais terríveis insurreições da história, o alvo dos canhões estrangeiros, o país das invasões e das guerras civis, é também o país dos grandes cataclismos naturais. Sem dúvida, o número das vítimas na história do mundo não foi mais elevado do que na China".

A redução geral e drástica do nível de vida, a desagregação do aparato estatal e governativo, junto à sua incapacidade, à corrupção e à crescente subalternidade e sujeição ao estrangeiro, tudo isso torna ainda mais devastador o impacto dos aluviões e carências: para dar um exemplo, os mortos somavam "quase três milhões apenas na província de Senxi em 1928". (Gernet, 1978, pp. 565 e 579)

Poucos anos depois, começa a invasão japonesa. O saque e o "estupro de Nanquim" em 1937 é singularmente o episódio mais sangrento da II Guerra Mundial; houve mais mortos do que em Dresden, Hiroshima ou Nagasaki. É o "holocausto esquecido". Nas regiões onde a resistência é mais encarniçada, os invasores recorrem à política dos "três tudo", isto é: "saquear tudo, matar tudo, queimar tudo". Em seu diário, um coronel japonês anota: "Recebi de meu oficial superior a ordem segundo a qual toda pessoa deve ser morta". (Chang, 1997, pp. 215-6) Em suma: "Para descrever as tragédias e devastações sofridas pela China nem toda uma biblioteca de contos de horror seria suficiente". (Romein, 1969, p. 260)

Cultura liberal e celebração da "raça européia" superior

A cultura liberal da época dá sua brava contribuição à crucificação da China. John Stuart Mill não hesita em justificar ou celebrar a guerra do ópio como uma desinteressada cruzada pela liberdade, a "liberdade do comprador" (chinês) antes mesmo que "do produtor ou do vendedor" (inglês). Esta guerra infame é "um grande acontecimento" também para Tocqueville; é "a última etapa de uma multidão de acontecimentos da mesma

natureza que empurram gradualmente a raça européia para fora de suas fronteiras e submetem sucessivamente ao seu império ou à sua influência todas as outras raças (...) é a servidão de quatro partes do mundo em favor da quinta parte".

O entusiasmo dos liberais franceses é incontível: "É bom, portanto, não ser muito maledicente em relação aos confrontos do nosso século e a nós próprios; os homens são pequenos, mas os acontecimentos são grandes". (Losurdo, 1993, cap. I, 6)

Assistimos, assim, à ruptura com a grande cultura iluminista, que tinha sido reenviada à China para pôr em discussão o eurocentrismo e ganhar um ponto de observação que permitisse olhar a Europa de fora e com certa consciência crítica. Essa tentativa genial e generosa torna-se então uma terrível ata de acusação a cargo dos iluministas, já que Tocqueville foi exposto à zombaria pública por ter visto como *modelo* "aquele governo imbecil e bárbaro, que um punhado de europeus dominava engenhosamente". (*O antigo regime e a revolução*, III, 3)

Tudo parece ser consentido à "raça européia" superior, que nesses anos e décadas se enriquece ulteriormente em prejuízo da China explorando força de trabalho servil ou semi-servil. São os *coolies*:

"Alentados pela esperança de uma vida melhor, aqueles desventurados viviam amontoados em barracos antes da partida e depois no fundo dos navios em condições espantosas, a tal ponto que muitos morriam durante a viagem; os navios de carga que mantinham esse comércio lucrativo de escravos eram conhecidos com o nome de 'infernos flutuantes'. Em 1886, o governo chinês tinha apresentado um projeto de convenção que foi repellido pelas potências ocidentais". (Gernet, 1978, p. 582)

E assim, ao promover o desenvolvimento do Ocidente, o tráfico dos amarelos toma o lugar do tráfico dos negros. Compreende-se agora que os chineses sejam repetidamente comparados aos negros, uns e outros assimilados como instrumentos de trabalho a serviço da raça branca dos senhores. É um motivo bem presente em autores tão diferentes entre si como Nietzsche e Renan. Este último, que se declara "liberal", exprime-se com particular clareza: a "raça conquistadora", a "*nobre* raça européia de patrões e soldados", é chamada a empenhar nos trabalhos mais duros e na "prisão perpétua", "a raça da terra", constituída pelos negros, ou "a raça dos operários (a raça chinesa)", dotada "por natureza", "de uma maravilhosa destreza de mãos e quase toda privada do sentimento de honra". E assim, para dar um exemplo, as companhias

americanas procediam à construção da inacessível linha ferroviária destinada a consolidar a conquista do *Far West* mediante a importação de 10 mil *coolies* da China. A Guerra de Secessão é terminada: para dizer como Engels, aproxima-se de substituir a escravidão negra formalmente abolida com “a escravidão camuflada dos *coolies* indianos e chineses”. (Losurdo, 1997, pp. 27-33) E como os negros, também os chineses que, não obstante tudo, conseguem melhorar sua condição, tornam-se nos EUA o alvo do ódio racial e de horríveis *pogroms*.



**“Não haverá clemência (...) tanto que nenhum chinês (...) possa jamais ousar olhar o rosto de um alemão”
(Guilherme II)**

“Só o socialismo pode salvar a nação chinesa”

Em 1949, o Partido Comunista chega ao poder, porque se apresenta às amplas massas como a única força política capaz de salvar a nação chinesa da tragédia que a enfurece desde há mais de um século. A partir da guerra do ópio, essa teve de sofrer a amputação de enormes territórios. No momento da revolução de 1911, alguns patriotas esperam ainda poder recuperá-los. E essas esperanças parecem encontrar novo alento seis anos depois, graças à tomada de posição, na Rússia soviética recém-nascida, de Karakhann, na função de comissário do exterior, o qual se declara pronto a repudiar os tratados impostos à China pela Rússia czarista. (Maxwell, 1973, pp. 304-5) Mas não é possível rechaçar um processo histórico de longa duração: disso se dão conta os bolcheviques e disso estão conscientes os dirigentes do Partido Comunista Chinês, que conquista o poder em 1949.

“Só o socialismo pode salvar a nação chinesa” – declara Mao Tsetung. Para estar à altura desse projeto e dessa promessa, se trata de pôr fim de uma vez para sempre ao desmembramento do território nacional. Os tratados impostos no passado com a agressão e a política de canhoneiras são reconhecidos como desiguais; e não pode mais ser tolerada a amputação de territórios que, com base nesses mesmos tratados, são parte integrante da China. É uma política caracterizada simultaneamente pela firmeza e a moderação. Um confronto pode ser significativo: em 1961, os dirigentes indianos se apressam a recuperar com a força das armas Goa, naquele momento ainda colônia portuguesa; os dirigentes chineses, no entanto, esperam pacientemente o vencimento do “contrato de arrendamento” para Hong Kong e Macau. Mas isso não basta para evitar o confronto com os Estados Unidos, lançados à conquista da hegemonia mundial. Depois de intervir pesadamente em favor de Chiang Kaichek, Washington impediu que a guer-

ra civil chegasse à conclusão com a recuperação de Taiwan por parte do governo central. A nova superpotência planetária não quer fechar o capítulo da “China crucificada”, e faz de tudo para reabri-lo. Imediatamente após da conquista do poder pelos comunistas, a administração Truman se empenha em promover na ilha um movimento independentista. (Chen Jian, 1994, p. 116) Se não pode manter o controle sobre o grande país asiático em sua totalidade, em

todo caso não pode renunciar a Taiwan – necessita estar pronto para transformá-la em “uma nação autogovernada”. (Aptheker, 1977, p. 288) A tentativa pelo momento fracassou, mas nem por isso desaparece da mira dos Estados Unidos esse território considerado como um “trampolim” para um futuro ataque contra a China Continental. (Chen Jian, 1994, p. 96)

Foi somente a intervenção da frota americana, em 1950, que impediu o exército popular, dirigido pelos comunistas, de completar a libertação e a unificação do país, fechando assim para sempre um dos capítulos centrais da história da “China crucificada”. Alguns anos depois, estoura em duas oportunidades, em 1954 e em 1958, uma nova crise: a República Popular Chinesa visa a assegurar o controle da ilha ocupada de Taiwan e colocá-la imediatamente ao abrigo do território continental. Em ambas as oportunidades, os Estados Unidos ameaçam recorrer às armas nucleares.

Os Estados Unidos, o Dalai Lama e os assassinos indonésios

Além de Taiwan, o imperialismo busca promover a secessão também do Tibete. E também nesse caso setores da esquerda revelam sua subalternidade e falta de memória histórica. Outrora, ocupavam-se com leituras mais sofisticadas do que com a grande imprensa de informação e desinformação. Qualquer simpatizante e militante da causa do antiimperialismo sabia muito bem que a soberania chinesa sobre o Tibete tinha séculos de história e que quem tentou em primeiro lugar colocá-la em discussão foi o expansionismo colonial britânico. (Lattimore, 1970, p. 119; Gernet, 1978, p. 450) Sim, basta folhear um bom livro de história para tomar consciência de que essas tentativas eram e são parte integrante de uma política visando ao “desmantelamento da China”. (Romein, 1969, p. 54)

Não era só Mao Tsetung que considerava o Tibete parte integrante do território nacional chinês. Também pen-

sava assim Sun Yatsen, o primeiro presidente da República nascida pela derrubada da dinastia manchu. Aos ingleses que o convidavam a participar ativamente da carnificina da I Guerra Mundial, de modo a recuperar os territórios subtraídos à China pela Alemanha, Sun Yatsen fazia notar que a Grã-Bretanha era ainda mais voraz: “Vocês querem tomar-nos também o Tibete!”. (Sun Yatsen, 1976, p. 71) Por muito tempo, o poder da China sobre essa região não foi colocado em dúvida nem sequer pelos historiadores mais distantes da esquerda. Quando tratava da revolta no Tibete de 1959 (largamente inspirada e alimentada, como veremos, pela CIA), o autor de uma história, asperamente crítica, do Partido Comunista Chinês inseria, todavia, esse acontecimento no capítulo dedicado à “evolução interna” do grande país asiático. (Guillermaz, 1970, vol. II, pp. 266 e 278)

Ora, ao contrário, também a esquerda, e até *Il Manifesto* (jornal de esquerda independente, N.T.) e *Liberazione* (jornal do Partido da Refundação Comunista, N.T.) parecem estar empenhados em sustentar o separatismo. É ainda desse aspecto particular que se pode ver o triunfo ideológico, além do militar, conseguido pelos EUA na guerra fria. Antes de sua eclosão, Washington não tinha qualquer dificuldade em reconhecer que o Tibete pertencia à China, naquele momento controlada pelos nacionalistas de Chiang Kaichek. Ainda em 1949, ao publicar um livro sobre as relações EUA-China, o Departamento de Estado norte-americano anexava um mapa, que com toda a clareza indicava o Tibete como parte integrante do grande país asiático. (Aptheker, 1977, p. 272)

Mas os humores começaram a mudar à proporção que se afigurava o avanço do exército popular guiado por Mao Tsetung. Já em 13 de janeiro de 1947, George R. Merrel, encarregado de negócios dos EUA em Nova Delhi, escreve ao presidente norte-americano Truman para reclamar sua atenção para a “inestimável importância estratégica” da região – teto do mundo: “O Tibete pode ser considerado como um bastião contra a expansão do comunismo na Ásia ou ao menos como uma ilha de conservadorismo em um mar de perturbações políticas”. Além disso – acrescenta o diplomata estadunidense – não é necessário esquecer que “o altiplano tibetano (...) em época de guerra de mísseis pode revelar-se o território mais importante de toda a Ásia”. Deduzo esse aspecto particular de um autor norte-americano, por décadas funcionário da CIA, como ele próprio faz saber. Ele sublinha a continuidade entre a visão expressa na carta aqui citada a Truman e a visão ao mesmo tempo

para à Inglaterra vitoriana, empenhada no “grande jogo” da expansão colonial na Ásia. (Aptheker 1999, pp. 24-5) Com efeito, o imperialismo norte-americano sucede ao imperialismo britânico, depois da II Guerra Mundial: o separatismo tibetano é então chamado a servir “aos interesses geopolíticos dos EUA”, obrigando Mao a despender sua já limitada força, preparando assim as condições para uma “mudança de regime em Pequim”. (Knaus, 1999, pp. 215-6) Tendo em vista alcançar tais fins, “guerrilheiros” são adestrados no Colorado e depois lançados de pára-quadras no Tibete: são fornecidas por via aérea armas, aparelhos de retransmissão, etc. e colaboram – o autor e funcionário da CIA não esconde – também com “bandidos Khampa de velho estilo”. (Knaus, 1999, pp. 219 e 223)

Fica claro, então, o contexto em que se insere a revolta de 1959. Também nesse caso, o autor aqui citado torna-se apreciável, pelas informações de primeira mão e pela franqueza. Ele faz notar que a revolta se seguia imediatamente ao fracasso da tentativa dos serviços secretos norte-americanos de provocar desordens na China a partir das Filipinas. Sem se desencorajar, era necessário agora se concentrar sobre o Tibete. Naturalmente – esclarecia naquela ocasião um alto dirigente da CIA, citado sempre pelo autor-funcionário da mesma organização – o desencadeamento da revolta tinha “pouco a ver com a ajuda aos tibetanos”. Tratava-se, ao contrário, de colocar “os comunistas chineses” em dificuldade. Era a mesma lógica que presidia – esclarecia ulteriormente o alto dirigente da CIA – as decisões tomadas pelos serviços secretos norte-americanos naquele mesmo período de tempo de “ajudar o coronel rebelde indonésio no seu esforço de derrubar Sukarno”, culpado de “ter se tornado muito tolerante com os comunistas de seu país”. (Knaus, 1999, p. 119) Fracassado em sua primeira tentativa, o golpe de estado na Indonésia vence plenamente em 1965: são massacrados diversas centenas de milhares de comunistas ou de elementos considerados muito “tolerantes” com os comunistas. Teriam sido menos ferozes no Tibete as forças da reação e do imperialismo se vencessem em sua tentativa separatista?

Um aspecto particular chama à reflexão. É o que deduzo da intervenção de um docente norte-americano numa revista dos EUA: na organização, em 1959, da fuga do Dalai Lama do Tibete estava um agente da CIA que mais tarde viveu no Laos “em uma casa decorada com uma coroa de orelhas decepadas de comunistas mortos”. (Wikler, 1999)

A CIA e Hollywood se convertem ao budismo!

A revolta tibetana de 1959 não consegue o sucesso esperado. Abordado e financiado há longo tempo pelos serviços secretos estadunidenses, o Dalai Lama foge para a Índia. Fracassada a campanha no Leste (em território tibetano e chinês), eis que Washington dá início à campanha no Oeste. Tínhamos visto um alto dirigente da CIA considerar o Dalai Lama como uma pedra no tabuleiro da política estadunidense, do mesmo modo que eram os coronéis-assassinos indonésios. Ora, esse mesmo personagem é elevado à glória dos altares: torna-se um líder da não-violência, um modelo vivo de nobreza moral e de santidade. Essa transfiguração envolve também o budismo tibetano, apresentado como um conjunto de exercício espiritual e de doutrina e de técnica de sublime elevação acima das misérias deste mundo. A indústria cinematográfica norte-americana trabalha a pleno ritmo para difundir esse mito. No início do século XX, enquanto estava em pleno desenvolvimento a disputa entre a Grã-Bretanha e a Rússia para possuir o Tibete, corria a notícia de que o czar em pessoa tinha se tornado budista. (Morris, 1992, vol. III, p. 96) Ora, parece não haver dúvidas: agora, Hollywood e a CIA se convertem ao budismo!

Uma conversão assim extraordinária não podia deixar de produzir milagres. Durante séculos, a cultura ocidental encarou com desprezo o budismo tibetano, considerado sinônimo do despotismo oriental, por causa da centralidade conferida a um suposto Deus-Rei, sobre o qual se exercita o desprezo de autores tão diferentes entre si, como Rousseau, Herder, Hegel. Entre os séculos XVIII e XIX, os lamas são considerados “uma encarnação de todos os vícios e de todas as corrupções dos lamas defuntos”. (Lopez Jr., 1998, pp. 6-7 e 22-3) Quando, depois, a Grã-Bretanha se prepara para a conquista, tenta justificá-la em nome da necessidade de levar a civilização a “essa última fortaleza do obscurantismo”, a “esse pequeno povo miserável”. (Morris, 1992, vol. III, pp. 94 e 98)

Em decorrência, nem se discute sobre a arrogância e a veia racista do imperialismo, mas nem por isso é necessário remover a infâmia da teocracia tibetana. Para esclarecer sua real natureza basta uma dedução particular do historiador inglês citado: aquele que ocupava o cargo no início do século XX “foi um dos poucos Dalai Lama a atingir a maioridade, uma vez que a maioria deles era



Imperador Hiroito

**“Saquear tudo, matar tudo, queimar tudo”
(A política japonesa dos “três todos” na II Guerra)**

eliminada durante a infância de acordo com a conveniência do Conselho de Regência”. (Morris, 1992, vol. III, p. 96) Ora, graças ao milagre operado por Hollywood (e pela CIA), o budismo tibetano se tornou sinônimo de paz, tolerância, elevada espiritualidade. Agora está claro: como foi justamente observado, com base na ideologia e nos estereótipos dominantes, “os tibetanos são sobre-humanos e os chineses subumanos”. (Lopez Jr., 1998, p. 7) São decididamente divertidos alguns momentos do processo

de santificação em curso do Dalai Lama e do budismo tibetano. Um elemento essencial deste último é a estrutura de castas, que continua a manifestar-se mesmo depois da morte: se o corpo dos membros da aristocracia é sepultado ou cremado, o corpo vil da massa do povo é oferecido como pasto aos abutres. Há algum tempo, o *International Herald Tribune* referia-se a um desses funerais plebeus, em que o sacerdote retirava pedaço a pedaço a carne dos ossos do morto para facilitar o trabalho dos abutres, que esperavam em cima do monte. É preciso dizer que a descrição era precisa e minuciosa, mas era seguida da declaração de um “estudioso” que explicava tudo com argumentos ecológicos. (Faison, 1999a) Ele só não esclarecia por que o corpo dos plebeus contribuía para o equilíbrio ambiental.

A Revolução Cultural se arremessou contra essa discricionária prática de castas, considerada bárbara; mas sua tentativa de erradicar drasticamente uma tradição de antiga data terminou por favorecer os setores mais retrógrados do budismo tibetano, que souberam mobilizar um amplo protesto em nome da defesa das tradições. Mais sabiamente, o atual governo tibetano, mesmo desaconselhando-os, não proíbe esses ritos fúnebres.

O Tibete e a luta entre o progresso e a reação

Infelizmente, também uma boa parte da esquerda parece ter se convertido, se não ao budismo propriamente dito, ao menos à imagem fabricada do Dalai Lama e da religião por ele professada. De novo a memória histórica é dissipada. O resultado disso foi a retomada da horrível realidade do Tibete pré-revolucionário, aquela realidade da teocracia que reduzia à condição de escravidão ou de servidão a esmagadora maioria da população. Não há dúvida de que – damos a palavra mais uma vez a autores insuspeitos com simpatia por Mao Tsetung – as reformas realizadas a partir de 1951 “aboliram o feudalismo e a servidão”. (Goldstein, 1998, p. 86) Aboliram também a

teocracia encarnada pelo Deus-Rei que o Dalai Lama pretende ou pretendia ser, promovendo a separação dos poderes religiosos dos poderes civis, o que constitui um dos pressupostos essenciais do Estado moderno.

A reforma e a revolução significaram para as massas populares tibetanas um acesso a direitos humanos antes desconhecidos, uma elevação bastante consistente do nível de vida e um prolongamento sensível da duração média da vida. De outro lado, as críticas dirigidas à República Popular da China têm se revelado freqüentemente não apenas instrumentais como também contraditórias. Se há um autor francês que lamenta o escasso desenvolvimento industrial da República Autônoma Tibetana, que estaria relegada a permanecer num “estádio proto-industrial”, (Deshayes, 1998, p. 293) eis que, escrevendo em *Foreign Affairs* – uma revista ligada ao Departamento de Estado dos EUA – um autor norte-americano formula críticas e recomendações de sentido oposto: a “política de rápida modernização” e o “desenvolvimento econômico” deveriam ocorrer “em ritmo mais lento”, de maneira a salvaguardar a identidade cultural tibetana. (Goldstein, 1998, pp. 89 e 95) Pena que os EUA não mostraram essa mesma preocupação ao invadirem com suas mercadorias, seus filmes, suas canções e seus “valores” todos os cantos do mundo, inclusive o Tibete!

Certo, há ainda uma questão de direitos nacionais. Em seu tempo, desencadeando uma luta indiscriminada contra toda forma de “obscurantismo” e atraso, a Revolução Cultural tratou o Tibete como se fora uma gigantesca Vendéia (insurreição contra-revolucionária provocada em 1793 entre os camponeses da Bretanha, Poitou e Anjou, N.T.) a reprimir ou catequizar, com uma pedagogia assaz brusca, colocada em prática pelo “iluminismo” intolerante e agressivo proveniente de Pequim e de outros centros urbanos habitados pelos Han. (Etnia majoritária na China – N.T.) Mas hoje esses erros de extremismo e universalismo agressivo foram corrigidos. A recuperação dos mosteiros e da herança cultural tibetana prossegue intensamente. Mesmo formulando críticas, a revista norte-americana citada reconhece que na Região Autônoma Tibetana de 60 a 70% dos funcionários são de etnia tibetana; reconhece que vige a prática do bilingüismo, e mesmo que a ênfase agora é dada à língua tibetana. (Goldstein, 1998, p. 94) Os mesmos jornalistas estadunidenses em sua maioria afetados por virulenta sinofobia, deixam escapar que pelo menos “a política oficial da China” é um tipo de “ação afirmativa em larga escala”. Essa política prevê uma série de discriminações positivas a favor dos tibetanos e das de-

mais minorias nacionais, no que se refere à admissão à universidade, à promoção a cargos públicos e ao planejamento familiar (que para os Han é mais rigorosa). (Faison, 1999b)

Como explicar então a persistente campanha contra a República Popular da China? Se no plano internacional visava ao desmembramento ou ao menos ao grave debilitamento do grande país asiático, no plano interno a revolta de 1959 tencionava bloquear o processo de emancipação das massas populares e de modernização da região. Não por acaso, ainda hoje, entre os tibetanos no exílio se pode encontrar uma presença significativa de grupos “fundamentalistas no plano espiritual e conservadores no social”, (Deshayes, 1998, p. 295) isto é, grupos inconformados com o fim da teocracia e o advento da separação do Estado e da Igreja e que choram de saudades do feudalismo e da servidão.

Mas seria assim tão substancialmente diferente a posição do Dalai Lama? Ele “exige a criação de um Grande Tibete, que incluiria não só o território que constituiu o Tibete político na idade contemporânea, como também áreas tibetanas na China ocidental, na sua maior parte perdidas pelo Tibete já no século XVIII”. (Goldstein, 1998, pp. 86-7) Isto explica as minorias étnicas tibetanas vivendo também no Butão, no Nepal, na Índia etc. Onde se firmaria a remodelação da geografia política e qual seu custo? Compreende-se bem então que também o Nepal hostilize diretamente o Dalai Lama, pois esse país alimenta “o temor de que o Dalai Lama provoque uma secessão no norte do país”. (Deshayes, 1998, p. 281) É mais do que suficiente para levar em conta como é falsa e mentirosa a imagem construída pela CIA e por Hollywood. Celebrado como um campeão da não-violência, o Dalai Lama recebeu em 1989 o Prêmio Nobel da Paz. Entretanto, quando a Índia procede ao rearmamento nuclear, o maior apoiador dessa política é... o prêmio Nobel da Paz!

Mas será que ele ao menos representa o povo tibetano? Até mesmo o *Livro negro do comunismo* reconhece que uma elementar análise histórica “destrói o mito unânime alimentado pelos partidários do Dalai Lama”. (Margolin, 1998, p. 509) Na realidade, sem a “liberação pacífica” do Tibete em 1951, a derrubada do antigo regime nessa região e sua transformação político-social se enfrentariam com uma encarniçada resistência dos grupos mais reacionários e das classes privilegiadas mas também poderiam contar com apoio consistente no âmbito da sociedade tibetana. Mesmo os autores mais empenhados na campanha anticomunista e antichinesa são

obrigados a admiti-lo. Ei-los então bradando contra “o sétimo Panchen Lama”, culpado de estar “subitamente coligado com o regime comunista”. Ainda mais duro é o juízo que os campeões da cruzada anti-comunista e antichinesa exprimem sobre os “monges”, que não hesitam em augurar que o Tibete seja logo liberado” e que dirigem apelos nesse sentido ao Partido Comunista e ao Exército Popular de Libertação.

Tais autores não conseguem compreender que o Dalai Lama por eles assim transfigurado se confronta não só com amplos setores populares mas também com os ambientes religiosos que o querem “abater”. Os campeões da cruzada antichinesa e anticomunista devem se apresentar. Ainda em 1992, durante sua viagem a Londres, o Dalai Lama foi objeto de manifestações hostis por parte da maior organização budista da Grã-Bretanha, que o acusa de ser “um ditador desapiedado” e um “opressor da liberdade religiosa”. (Lopez Jr., pp. 193-4)

Quanto à Revolução Cultural, indubitavelmente um período trágico na história da região, é necessário ter presente que havia “também tibetanos” entre a Guarda Vermelha: os confrontos rebentavam entre os grupos maoístas; “assim, no total, foram mortos mais chineses do que tibetanos”. (Margolin, 1998, p. 509) O *Livro negro do comunismo*, que em homenagem ao seu anticomunismo profissional não hesita em ecoar a acusação de... genocídio chinês em prejuízo do povo tibetano, é quem chama a atenção para esse fato.

A lógica do imperialismo e da ideologia dominante é clara. Mas como explicar a simpatia de que o Dalai Lama goza também em certos ambientes da esquerda e inclusive em círculos que em seu tempo saudaram a Revolução Cultural e que ainda se referem a ela com certa nostalgia? Não há dúvida de que hoje a situação no Tibete melhorou sensivelmente quanto ao desenvolvimento econômico, à liberdade religiosa e aos direitos culturais e nacionais dos habitantes daquela região. Mas não é isso que interessa a uma esquerda que no Terceiro Mundo, longe de louvar o esforço para sair do atraso e da miséria, projeta a nostalgia e a idolatria de uma sociedade pré-moderna, cujos cidadãos são “pobres mas belos”: uma sociedade que, como certos mosteiros agora inseridos nos itinerários turísticos, deveria servir permanentemente como local de férias e de periódica regeneração espiritual da dureza de uma opulência à qual não se renuncia, pelo contrário, é firmemente mantida. Nos anos 60, os chine-



**“Vocês querem tomar-nos também o Tibete!”
(Sun Yatsen)**

ses eram considerados, com respeito ao Ocidente, “os pobres mas belos”, mas hoje, depois do impetuoso desenvolvimento verificado no grande país asiático, “os pobres mas belos”, aos olhos daquela assim chamada esquerda, são os tibetanos seguidores do Dalai Lama. Que importa se este último é na realidade rico e bruto? Sim, é rico enquanto expoente de uma casta exploradora e superalimentada de dólares desde os

anos 50; bruto, pelo fato de ter querido continuar a condenar a uma horrível condição de degradação os servos da aristocracia e da teocracia tibetana. Tudo isso não conta: para uma certa esquerda, os filmes de Hollywood são sempre mais importantes do que os livros de história e de análise crítica da realidade.

Um enfoque sobre os “dissidentes”

Juntamente com os separatistas de Taiwan e do Tibete, os Estados Unidos afagam de modo particular os chamados “dissidentes”. Sobre eles damos agora a palavra a um general italiano, muito malévolo e hostil em relação à República Popular da China. Esses dissidentes são quatro (numericamente) e “não tiveram mais seguidores”. (Mini, 1999, p. 91) Contudo, para uma certa “esquerda” sua opinião e exibição são bem mais importantes do que o esforço gigantesco de um quarto ou um quinto da humanidade para sair do subdesenvolvimento e de uma trágica experiência de humilhações e opressão nacional exercidas pelo imperialismo.

Um desses “quatro” dissidentes, Wei Jingsheng, é particularmente acariciado, seja em Washington, seja na “esquerda” romana. Um livro de sua autoria recebe uma bela resenha em *Livros Manifesto*. Mas para ter uma rápida idéia do personagem, convém concentrar-se numa entrevista concedida a uma revista norte-americana. Depois de lamentar-se pela escassa atenção a ele reservada durante uma viagem a Paris por parte das autoridades e da população francesa, o ilustre “dissidente” sentencia: “É isto que acontece quando os países do Ocidente adotam os valores chineses”. (Mirsky, 1998) Como se vê, o alvo da polêmica não é o Partido Comunista Chinês, mas a China como tal, que se torna sinônimo de barbárie, como na mais sinistra propaganda imperialista. E como na mais sinistra propaganda imperialista, assim também no suposto “dissidente”, o Ocidente surge como guardião único da civilização e dos direitos humanos, não obstante a infâmia da guerra do ópio e a tragédia da “China crucificada”.

Wei Jingsheng procede a uma reivindicação exaltada do imperialismo e de sua missão civilizadora planetária. Esquivando-se de recorrer à guerra comercial (ou também de outro tipo?) contra os dirigentes de Pequim, os Estados Unidos demonstram “*haver confiado* o povo chinês a líderes que não têm absolutamente interesse algum nos direitos humanos”. Realcei com itálico um termo revelador: a soberania universal compete originariamente e por direito inalienável ao líder planetário sediado em Washington e que pode graciosamente “confiá-la” aqui e ali a dirigentes domésticos dignos de sua confiança.

Mas o suposto “dissidente” não se detém aqui no que externou. Como explicar que os Estados Unidos e a OTAN não se decidam a assumir uma linha de confronto direto? Desgraçadamente, “no Ocidente a grande indústria está ganhando uma maior influência sobre os governos e deseja o mesmo que deseja Pequim”. Baseando-se nessa análise, o peso político da riqueza nos países capitalistas seria um fenômeno bastante recente e isso só ocorreria devido às pressões provenientes da China. O desventurado que assim delira parece que nunca mais ouviu falar da existência de um aparato industrial-militar claramente interessado em maquiagem com tinta fosca o “perigo amarelo” e em montar um clima de histeria antichinesa, que favoreça a produção e o comércio de novos – mais sofisticados e mais custosos – sistemas de armas. E aos seus olhos apareceria como uma invenção dos seus “bárbaros” compatriotas o discurso relativo ao imperialismo, hoje, como ontem, sequioso de transformar com todos os meios o grande país asiático numa gigantesca colônia ou semicolônia, privada de uma indústria nacional autônoma, reduzida a mercado para a indústria estadunidense e ocidental e fornecedora de matérias-primas e sobretudo de força de trabalho a baixo custo e semi-servil, como os *coolies* de infausta memória.

O fato é – repete o suposto “dissidente” – que “os povos ocidentais não compreendem até que ponto os seus governos se corromperam pelas práticas chinesas, que dão vantagens à grande indústria”. (Mirsky, 1998) E de novo emerge a tendencial caracterização racial do povo chinês, a partir de “valores” e “práticas” infames. Além do mais, esse centro de barbárie e de obscuras manobras envolve com seus tentáculos todos os cantos do mundo. Nas capitais mais importantes do Ocidente, os governantes oficiais são na verdade marionetes de um setor financeiro que age na penumbra. Não há dúvida: Wei Jingsheng gosta de falar dos chineses assim como os anti-semitas mais raivosos (e os próprios nazistas) falavam dos judeus!

Uma pergunta se impõe. São, tais dissidentes, expoentes de um movimento “democrático”? Nunca uma definição foi mais falsa e mentirosa. No entanto, como vimos, esses “dissidentes” estão bem longe de constituir um movimento. Apesar disso, esses personagens se revelam os cantores mais acrílicos e exaltados do despotismo planetário de Washington. Estão prontos a esfolar as mãos aplaudindo, por exemplo, as bombas que destruíram a televisão sérvia e assassinaram os jornalistas culpados de ter opinião diferente da do general Clark e de Wei Jingsheng. Mas, esse Wei Jingsheng e seus “três” amigos e comparsas são pelo menos “dissidentes”? Certo, são dissidentes com relação ao povo chinês, que demonstram desprezar e que gostariam de ver golpeado e passando fome. Quanto ao mais, estamos em presença dos representantes mais fanaticamente ortodoxos do “pensamento único” ocidental. Para vê-lo triunfar, Wei Jingsheng e seus “três” amigos e comparsas estão prontos a condenar à morte por fome todos os hereges e povos inteiros, que cometeram o erro de ser realmente “dissidentes” com relação às ambições imperiais de Washington.

A esquerda, a autodeterminação e a democracia

Compreende-se por que, juntamente com os separatistas de todo tipo, os Estados Unidos arrolaram também os chamados “dissidentes”. O fato é que “a China é o último grande território que escapa à influência política norte-americana, constitui a última fronteira a conquistar”. (Valladao, 1996, p. 241) Washington está decidida a abater também esse obstáculo. Em 23 de janeiro de 1993, o atual secretário de Estado declarava: “A nossa política buscará facilitar uma evolução pacífica da China do comunismo à democracia”. (Overholt, 1994, p. 315) Explícitamente liquidado foi o princípio da não-ingêrência nos negócios internos dos outros estados, o qual encontra sua consagração, além de no direito internacional, também no comunicado conjunto sino-americano de Xangai datado de 27 de fevereiro de 1972. *Pacta sunt servanda?* Esta regra não vale para os patrões do mundo.

Através do bombardeio multimidiático, das ameaças de guerra comercial e de guerra propriamente dita, os Estados Unidos querem impor à China a mesma “democracia” que conseguiram exportar para a ex-União Soviética: a ascensão ao poder de uma verdadeira máfia; o domínio incontrastável de um autocrata, ladrão dos ladrões, e pronto para bombardear até o Parlamento; miséria em massa e redução pavorosa da duração média de vida; recolonização de um enorme território reduzido à condição de Terceiro Mundo. Enfim, um outro aspecto

que emerge da recomendação de um *expert* norte-americano, William D. Shingleton, que convida Washington a assimilar a experiência do desmembramento da URSS para “enfrentar de maneira mais coerente a futura fragmentação da China”. (Mini, 1999, p. 92)

Eis, portanto, o delineamento de um desenho infame mas de grande dimensão. Os círculos mais extremados do imperialismo deixam transparecer que seu objetivo vai muito além das “duas Chinas”: por que não pensar – pergunta-se um autorizado semanário alemão, o *Die Zeit* – em “sete Chinas”? (Venzky, 1999) Mais exatamente, esses círculos visam a desmembrar toda a China em “muitas Taiwans”, (Limes, 1995) todas direta ou indiretamente controladas por Washington, que assim integraria de maneira subalterna ao mercado capitalista mundial as regiões mais desenvolvidas ou mais promissoras, abandonando as demais a um destino de subdesenvolvimento e miséria.

Taiwan, Hong Kong, Tibete, Xinjiang são os pontos estratégicos em que se desdobra o desenho imperialista. Às vésperas da transmissão de poderes em Hong Kong, Chris Patten, o governador enviado de Londres, e os EUA tentaram por algum tempo “renegar os aspectos fundamentais do acordo”, que previa o retorno à pátria-mãe do território arrebatado com a guerra do ópio. (Overholt, 1994 p. 358) Fracassando nessa frente, nem por isso as manobras do imperialismo nesse sentido cessaram. O Dalai Lama ainda não abandonou de todo a esperança de uma desagregação da China semelhante à que assinalou a tragédia da URSS. (Goldstein, 1998, p. 91)

Vejamos agora o que ocorre em Xinjiang, a região habitada pelos uiguris de religião islâmica. Essa região está conhecendo um extraordinário desenvolvimento. (Overholt, 1994, p. 88) Quem reconhece isso é o general italiano já citado, embora ele seja favorável à secessão: o governo central chinês está empenhado em “financiar a retorno quase zero, enormes obras de infraestrutura”. (Mini, 1999, p. 96) O desenvolvimento econômico caminha *pari passu* com o respeito à autonomia: “A polícia local é composta na sua maioria por uiguris”. Isso não obstante estar em curso uma agitação separatista “parcialmente financiada por extremistas islâmicos, como o taleban afegão”. Estamos em presença de um movimento que “se mescla com a delinquência comum” e se mancha de “infâmia”. Esses atentados parecem ter por mira em primeiro lugar os “uiguris to-



**“Só o socialismo pode salvar a nação chinesa”
(Mao Tsetung)**

lerantes ou *colaboracionistas*” ou as “delegacias de polícia”, controladas, como já vimos, pelos uiguris. (Mini, 1999, pp. 88-9 e 93-4) Em todo caso “se os habitantes do Xinjiang fossem chamados hoje a um referendo sobre a independência, provavelmente votariam majoritariamente contra”. (Mini, 1999, p. 96)

Emerge claramente a instrumentalização da palavra-de ordem da “autodeterminação”, agitada contra a República Popular da China pelo imperialismo e apropriada de maneira subalterna pela “esquerda” imperial. Não que esteja assente o problema da autodeterminação; este está, pelo contrário, assumindo dimensões macroscópicas. Mas o que está ameaçado não é o direito de autodeterminação dos “dissidentes”, que são “quatro” (numericamente), e nem o da população uiguri do Xinjiang, que se opõe, majoritariamente, às manobras secessionistas e é a sua primeira vítima. Não, ameaçado está o direito à autodeterminação de um povo que constitui um quinto ou um quarto da humanidade.

Para compreender melhor esse último ponto, pode ser útil refletir sobre a história de nosso país (a Itália, N.T.). Com base em documentos dos EUA recentemente desarquivados, às vésperas das eleições de abril de 1948, a CIA estava pronta, em caso de vitória da esquerda, a apoiar movimentos secessionistas na Sardenha e na Sicília e a desmembrar a Itália. (Molinari, 1999) Devemos considerar essas manobras uma homenagem ao princípio da “autodeterminação” dos povos sardenho e siciliano ou, ao contrário, uma ameaça ao princípio da autodeterminação do povo italiano em seu conjunto (incluindo os sardenhos e sicilianos), que em nenhum caso poderia permitir a existência de um governo desagradável aos aspirantes a patrões do universo? Nos mesmos anos em que começam as manobras secessionistas relativas à Itália, seguidamente propostas devido à vitória da Democracia Cristã, ganham força também as manobras para o desmembramento da China, atualmente em pleno desenvolvimento, pois, desgraçadamente para Washington, o Partido Comunista ainda está no poder. Se conseguisse desmembrar a China, o imperialismo transformaria o grande país no seu conjunto, inclusive o Xinjiang e o Tibete, em uma série de colônias e de protetorados. Seria o retorno da “China crucificada”, com um número de vítimas que, como vimos, “é o mais elevado da história do mundo”. Depois de ter impedido que esse trágico capítulo da história mundial fosse encerrado de uma vez para sempre, o imperialismo norte-ame-

ricano está pronto agora para reabri-lo em grande estilo. Desmembrar e fazer retroceder o país mais populoso da terra significaria para os Estados Unidos a consagração definitiva do seu domínio imperial planetário, do seu direito a intervir em Cuba, na Coréia, em Montenegro, na Rússia, no Iraque, em todas as partes do mundo, do seu direito a condenar à morte por fome, mediante embargo, qualquer povo que ousasse rebelar-se ou simplesmente exprimir um pouco de mau humor em face do soberano de Washington.

Em termos análogos aos da autodeterminação apresenta-se o problema da democracia. Devemos exigir a introdução na China ou em Cuba do pluripartidarismo de tipo ocidental? Aqui, mais do que nunca, revelam-se a subalternidade da esquerda e sua incapacidade de proceder a uma análise concreta da situação concreta. Contudo, devia estar ainda fresca na memória a lembrança da tragédia que se abateu sobre a Nicarágua sandinista. Em seu tempo, os EUA acrescentaram ao bloqueio econômico e militar, ao minamento dos portos, uma guerra não declarada mas sangrenta, suja e contrária ao direito internacional. Diante de tudo isso, o governo sandinista se via obrigado a tomar medidas limitadas de defesa contra a agressão externa e a reação interna. E eis que os Estados Unidos se arvoram como os defensores dos direitos democráticos pisoteados pelo "totalitarismo" sandinista. Faz lembrar o carrasco que, após ter procedido à execução, grita escandalizado com a cor terrosa e cadavérica de sua vítima. Uma posição grotesca: não faltaram as boas almas que se associaram aos gritos escandalizados do carrasco e à condenação das medidas "liberticidas" de Ortega, cujo espaço de manobra diante da agressão foi progressivamente reduzido e anulado. Resultado: eleições em que o povo nicaraguense, já exangue e arrasado, com a faca no pescoço, decidiu "livremente" ceder ao agressor. Somente os servos e os imbecis podem celebrar essa infâmia e essa tragédia como triunfo da democracia. Exigir a introdução em Cuba do pluripartidarismo ocidental significa, nas atuais condições, trabalhar por uma réplica do triunfo do carrasco imperialista!

O problema se apresenta de modo similar também para a China. Vejamos os fatos. Um jornalista estadunidense assim descreve o comportamento de Washington: "Os líderes norte-americanos brandem uma das armas mais pesadas de seu arsenal comercial, mirando ostensivamente a China, e depois discutem se apertam ou não o gatilho". O cancelamento das relações comerciais normais constituiria "em termos de dólares, a maior sanção comercial na história dos EUA, excluindo as duas guer-

ras mundiais"; seria "o equivalente comercial de um ataque nuclear". (Dale, 1996) Essa é também a opinião de Luttwack: "Com uma metáfora se poderia afirmar que o bloqueio das importações chinesas é a arma nuclear que a América tem apontada para a China". (1999, p. 151)

Como poderiam ser consideradas "livres" as eleições impostas num país sob constante ameaça de um ataque nuclear (em termos comerciais, mas, indiretamente, também militares)? Os "dissidentes" seriam enormemente favorecidos não só pela superpotência midiática e financeira do imperialismo, mas, ainda mais, pelo fato de que poderiam se apresentar como o único grupo agradável a Washington e, portanto, como o único grupo capaz de salvar a população do "ataque nuclear" (de tipo comercial) e da morte por fome. Com relação a essas hipotéticas eleições, seriam decididamente mais "livres" que as encenadas em seu tempo por Napoleão III, ou mesmo por Mussolini e Hitler!

É mérito dos atuais dirigentes chineses enfrentar de maneira radicalmente diferente o problema, real e iniludível, da democracia. Rompendo com a infausta tradição do socialismo real e da "Revolução Cultural", esses dirigentes consideram preciosas as liberdades "formais" garantidas pela lei. Daí toda uma série de reformas prometidas sob o controle do Partido Comunista, mas reais e incisivas, embora, como aliás se declara explicitamente, constituam apenas a primeira etapa de um longo processo.

Tudo isso não está em contradição com a tragédia que, em 1989, se verificou na praça de Tianamen. Não foram apenas as contradições internas mas, claramente, também as manobras do imperialismo que alimentaram uma agitação que se prolongava de maneira interminável, apesar de todas as tentativas de mediação e de diálogo com os estudantes promovidas pela direção chinesa. Não se deve perder de vista o contexto histórico. Trata-se do período em que os Estados Unidos desenvolviam sua ofensiva final contra o "socialismo real", desmembrando a URSS e a Iugoslávia. Depois de um longo período de incerteza e de tentativas de restabelecer a ordem pública pela via pacífica; a direção chinesa decide não permitir em nenhum caso ser arrastada pela derrocada geral. Deve-se dizer que, não obstante seus graves custos, essa sofrida decisão eximiu a China (e o mundo) de uma reedição em escala muito mais ampla, da tragédia que golpeou a URSS e a Iugoslávia, e impediu que os Estados Unidos conquistassem o triunfo final que já saboreavam antecipadamente. É compreensível, pois, a sua raiva... Mas essa decisão interrompeu o processo de democratização, que agora, pelo con-

trário, pode desenvolver-se sobre bases mais sólidas.

Os progressos realizados no avanço da democracia de base no campo ou na difusão no imenso país do princípio do governo da lei são reconhecidos também pela imprensa ocidental menos cega pelo anticomunismo; assim como, a boca pequena, é reconhecida a enorme extensão dos direitos humanos resultantes do processo de superação do subdesenvolvimento. (Losurdo, 1999, cap. VI) Hoje, de acordo com documentos oficiais de organismos da ONU, a duração média da vida na China é cerca de 10 anos mais elevada que na Rússia: os círculos imperialistas, empenhados em infligir à China a mesma sorte reservada à Rússia, trabalham na realidade por uma catástrofe sem precedentes dos direitos humanos, por um sensível encurtamento da duração média da vida e, portanto, por uma condenação à morte prematura, de um quinto ou um quarto da população mundial. A esquerda ocidental abrirá ao menos os olhos para esse aspecto?

Do retorno de Hong Kong à mãe-pátria ao bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado

Já estaria na hora de se desenvolver no interior da esquerda um debate sobre a realidade e sobre o papel internacional da República Popular da China. Gostaria de dar uma contribuição nessa direção, detendo-me na análise de duas posições que me parecem exemplarmente negativas. Há dois anos, por ocasião do retorno de Hong Kong à República Popular da China, *Il Manifesto*, longe de festejar o acontecimento, se identificou largamente com Chris Patten, o governador soberanamente designado por Londres. Sobre seu comportamento, damos a palavra a um autor, também colaborador da revista *Foreign Affairs*. Esse autor sublinha a “desesperada resistência dos ingleses à via da descolonização”, a “tenacidade do esforço britânico para manter os poderes coloniais”; não se tratava de cuidados com a “população de Hong Kong”, “exposta a graves custos e graves riscos pelos esforços dos políticos de prolongarem o colonialismo”. (Overholt, 1994, pp. 217-8) Para demonstrar a todos que ele era o verdadeiro soberano, Chris Patten procedia a uma “flagrante violação das normas previstas pela Declaração Conjunta” sino-britânica que tinha definido a modalidade da transmissão de poderes a Hong Kong, assumia uma posição que “podia tranquilamente ser declarada ilegal se julgada por uma corte inglesa”. (Overholt, 1994, pp. 255 e 250) Contudo



“O bloqueio das importações chinesas é a ‘arma nuclear’ que a América tem apontada para a China” (Luttwack)

– observa o já citado autor – “a imprensa mundial tem retratado quase exclusivamente o ponto de vista britânico”. (Overholt, 1994, p. 215) *Il Manifesto* não foi exceção. Como em seu tempo John Stuart Mill celebrou a guerra do ópio como uma cruzada pela liberdade, assim também os seus modernos seguidores identificaram o campeão e cruzado da liberdade na pessoa de Chris Patten, o mo-

derno representante dos colonialistas britânicos (e dos comerciantes de ópio). Pelo menos nessa ocasião, o “diário comunista” deveria ter sido rebatizado como “diário liberal e neocolonialista”.

E agora vejamos como um expoente autorizado da Refundação Comunista comenta a situação criada em decorrência do bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado:

“A China (...) arrastada pelos cabelos à crise iugoslava (é muito difícil acreditar em erro), se limita a pedir um encerramento honroso do caso, com um inquérito e a punição dos culpados, busca estar a salvo da ingerência futura em seus assuntos internos, mas não renuncia ao objetivo proclamado de ingressar na OMC para integrar-se definitivamente, e a pleno título, na globalização capitalista”. (Mantovani, 1999, p. 8)

Citei todo esse trecho porque convém analisá-lo bem e tranquilamente. Portanto:

1) O bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado foi intencional. Era lícito esperar nesse aspecto uma expressão de solidariedade a um país que, como demonstra de modo emblemático esse ato de banditismo internacional, está constantemente sob o fogo do imperialismo. Mas, ao contrário, nada disso. O alvo da polêmica é a vítima, mais que o agressor e a política de contenção, cerco, intimidação, subversão, além do ataque militar propriamente dito, por parte do agressor contra o grande país asiático. Surge uma polêmica não generosa contra a República Popular da China, desprezando-se o princípio mais elementar da ética comunista ou da ética enquanto tal.

2) Mas vejamos o conteúdo de tal polêmica: Pequim “se limita a pedir um encerramento honroso do caso”. Não há dúvida de que o bombardeio da Embaixada é um ato de guerra ao qual, com base no direito internacional, se poderia responder com um ato de guerra contra-posto. O companheiro Mantovani deveria prezar a frieza de nervos do governo chinês e sua contribuição à causa da paz, mas ao contrário...

3) Mas a requisitória prossegue. Não renunciando à sua aspiração de ingressar e fazer parte da Organização Mundial do Comércio (OMC), a China confirma “querer integrar-se definitivamente, e a pleno título, à globalização capitalista”. Se pelo menos tivesse lido Luttwack, Mantovani teria compreendido como funciona “a arma nuclear que a América tem apontada para a China”: o fato é que, “não sendo a China um membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), os Estados Unidos ficam ainda mais livres para assumir medidas protecionistas contra a China”. (Luttwack, 1999, p. 151) O que pode haver de reprovável na aspiração de um quinto ou de um quarto da população mundial de não viver sob a ameaça cotidiana de uma “arma nuclear”, ostensivamente apontada contra ela? É sem sentido confundir integração “a pleno título” com o agressor a aspiração do agredido a subtrair-se à sua ameaça e portanto ganhar maior liberdade de movimento.

Com base na lógica do companheiro Mantovani, a luta desesperada do povo cubano contra o embargo e para desfrutar de relações comerciais normais exprimiria a aspiração à integração ao mercado e ao mundo capitalista. Mas, agora, voltando atrás na história, deveremos dizer que a luta secular das massas populares contra a discriminação censitária tinha por objetivo a plena integração no sistema eleitoral burguês; e o de integrar-se à sociedade machista e capitalista era o objetivo das mulheres que reivindicaram o acesso aos direitos políticos e às profissões tradicionalmente consideradas reserva de caça dos homens. Enfim, para voltar ao presente, a reivindicação do PRC e do próprio companheiro Mantovani, de poder constituir um grupo parlamentar autônomo seria claramente sinônimo de aspiração à integração ao sistema parlamentar burguês! Aqui não temos mais a ver com a ética comunista: ao contrário, salta aos olhos a violação às regras mais elementares da gramática e da sintaxe do discurso político: o protesto, a luta dos excluídos contra uma sociedade ou um ordenamento mundial fundado na discriminação e suas pavorosas cláusulas de exclusão não constituem o reforço dessa sociedade ou desse ordenamento, mas sua concreta colocação em questão.

4) Certamente, uma vez admitida na OMC, a República Popular da China se encontrará empenhada numa nova frente de luta: já agora se configura como uma luta em que deve mover-se no âmbito de uma globalização que, de um lado condena os excluídos ao *apartheid* tecnológico e ao embargo ou à ameaça de embargo e de outro, se desenvolve atualmente sob o controle das grandes potências capitalistas e imperialistas. Trata-se, portanto, de uma luta bastante difícil e complexa. Mas dar como líquido o

trunfo do capitalismo e do imperialismo significa assumir uma posição ao mesmo tempo capitulacionista e desprovida de qualquer fundamental dado da realidade.

Basta folhear a imprensa norte-americana para perceber a permanente polêmica contra a República Popular da China, inclusive no terreno da economia. Ao invés de resignar-se ao atraso, a China pretende vincular os contratos que assina com o Ocidente à importação de tecnologia avançada; ao invés de liquidar em bloco a economia estatal e coletiva, faz de tudo para reestruturá-la e saná-la, embora restringindo-lhe a área, de modo que possa enfrentar com sucesso a concorrência mundial; em vez de abandonar-se aos mecanismos do mercado, busca de todo modo transferir recursos para o noroeste e as regiões menos desenvolvidas, empenhando-se para a sua decolagem; em vez de converter-se finalmente ao neoliberalismo, a China alavanca a despesa pública e as obras de utilidade pública para manter elevado o ritmo de desenvolvimento, não obstante a grave crise que acometeu o Sudeste asiático; rechaçando toda exigência nesse sentido, a China continua a opor-se à liberalização selvagem dos mercados financeiros (graças à qual o Ocidente conseguiu colocar em crise os chamados “tigres asiáticos” e estabelecer o controle sobre os gânglios vitais de sua economia): eis algumas das acusações recorrentes à República Popular da China; desgraçadamente – repete a imprensa norte-americana – aquele grande país asiático continua a ser dirigido por um Partido Comunista!

De resto, se a integração na globalização capitalista já fosse total, como explicar o bombardeio, pelos EUA, da embaixada chinesa, para o qual chama a atenção o próprio companheiro Mantovani? Esse ato de barbárie não é o sinal de uma contradição ainda aberta e que, pelo contrário, parece aguçar-se à proporção que ocorre o desenvolvimento econômico e político da China?

O movimento comunista e a tragédia e a farsa da “excomunhão”

A estimular a má vontade da esquerda em relação à República Popular da China contribui a tese, largamente difundida, segundo a qual nesse país já se verificara uma completa restauração do capitalismo. Já vimos que para pôr em dúvida essa tese bastam as declarações e os atos dos inimigos do grande país asiático. Mas aqui convém fazer uma consideração de caráter mais geral. A história do movimento comunista é dominada por um problema de fundo. A revolução não se verificou nos pontos altos do desenvolvimento capitalista nos quais Marx via,

prioritariamente, a passagem para o socialismo. E então, que fazer? Descartada a “solução” (social-democrata) de se confiar permanentemente o poder político à burguesia ou, ainda pior, de se devolver este poder à classe dominante de tipo semifeudal e semicolonial, a defasagem determinada pela falta da revolução no Ocidente, podia ser enfrentada; e foi historicamente enfrentada, de três maneiras distintas.

As duas primeiras são suficientemente conhecidas. Pode-se utilizar o país em que os comunistas conquistaram o poder como base para estender a revolução e conquistar com ela sobretudo os pontos altos do desenvolvimento capitalista; ou a tarefa principal podia ser vista na edificação nesses países do socialismo, do novo modo de produção chamado a ocupar o lugar do capitalismo. Ambas as escolhas são hoje de todo impraticáveis, devido à correlação de forças que internacionalmente foi criada nos planos econômico e militar.

Mas há uma outra maneira de enfrentar a defasagem que surgiu no movimento. Foi em seu tempo enunciada, com particular clareza, pelo primeiro presidente da República Popular da China, Liu Shaochi, segundo o qual, depois da vitória da revolução, a tarefa principal do novo poder popular consistia no desenvolvimento das forças produtivas atrasadas. No curso da Revolução Cultural, a teoria das forças produtivas, como era expressamente definida, constituiu o alvo de uma intensa campanha de denúncia. E todavia, essa teoria terminou por triunfar a partir da terceira sessão plenária do XI Comitê Central em 1979, a partir do retorno ao poder de Deng Xiaoping. E foi reafirmada ainda no curso do XV Congresso do PCC em 1997:

“A tarefa fundamental do socialismo é desenvolver as forças produtivas. Durante o estágio inicial é tanto mais necessário concentrar-se, com absoluta prioridade, em seu desenvolvimento. Existem diversas contradições na economia, na política, na cultura, na atividade social e em outros setores da vida na China e, devido a fatores internos e internacionais, contradições de classe de certa envergadura continuam a existir por um longo período de tempo. Mas a principal contradição na sociedade é aquela entre as crescentes necessidades materiais e culturais do povo e a produção atrasada. A contradição principal continuará a ser essa durante a fase inicial do processo de construção do socialismo na China e em toda a atividade da sociedade. Disso deriva que sejamos chamados a fazer do desenvolvimento econômico a tarefa central de todo



“A tarefa fundamental do socialismo é desenvolver as forças produtivas. Durante o estágio inicial é tanto mais necessário concentrar-se, com absoluta prioridade, em seu desenvolvimento.” (Jiang Zemin)

o Partido e de todo o país e a garantir que todas as demais atividades sejam subordinadas e sirvam a essa tarefa. Colocando em foco essa contradição principal e nossa tarefa central, poderemos lucidamente investigar e controlar todas as contradições sociais e promover realmente a sua solução”. (Jiang Zemin, 1997, p. 17)

Isto é, a defasagem derivada da falta da revolução nos países capitalistas avançados pode ser resolvida elevando ao nível dos países capitalistas avançados, no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas, os países mais ou menos atrasados em que os comunistas tenham conquistado o poder. Ao proletariado vitorioso o *Manifesto do Partido Comunista* indica duas tarefas: “O proletariado se servirá do seu poder político para arrancar à burguesia pouco a pouco todo o capital, para concentrar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante, e para fazer crescer, com a maior rapidez possível, a massa das forças produtivas”. Entre essas tarefas Marx e Engels, que olham para os pontos altos do desenvolvimento capitalista, não vêem contradição alguma. Mas, a partir sobretudo da II Guerra Mundial, essa contradição se manifestou com clareza. Um país em vias de desenvolvimento que hoje, através de uma nacionalização radical dos meios de produção, se fechasse totalmente ao mercado capitalista, mesmo que quisesse evitar as represálias comerciais e militares, permaneceria sem acesso à tecnologia mais avançada e não estaria em condições de resolver nem o problema do desenvolvimento das forças produtivas nem o problema da construção do socialismo.

Desgraçadamente, nenhum daqueles que na esquerda falam de completa restauração do capitalismo na China se mede com as contradições e as dificuldades reais enfrentadas pelo movimento comunista no curso da sua história e com as contradições e dificuldades reais que emergem da teoria e da prática do desenvolvimento das forças produtivas. Seria necessário proceder a balanços históricos, a reflexões e a refundações teóricas, a análises concretas da moderna realidade, dos processos de desenvolvimento, das correlações de força. Mas essa tarefa que é enfrentada com espírito crítico e sem preconceito em relação a quem quer que seja, torna-se terrivelmente exaustiva e cansativa. É mais fácil e mais rápido recorrer à excomunhão.

Assistimos assim à desventurada exumação de um comportamento que se esperava superado e dissolvido de uma vez para sempre. Que seja objeto de reflexão a página ne-

gra constituída pela condenação de Stalin, em 1948, à obra do Partido Comunista Iugoslavo considerado culpado de uma política de restauração do capitalismo. Naquele momento, quem emitia o édito de excomunhão era um "campo socialista" guiado por um país protagonista não só da Revolução de Outubro, mas também de uma heróica e vitoriosa resistência contra a barbárie nazifascista. Hoje, ao contrário, são pequenos partidos e grupelhos minoritários e pretensiosos que emitem um édito de excomunhão contra um partido comunista de dezenas de milhões de militantes, protagonista de uma grande revolução nacional e social e artífice de um processo de superação do subdesenvolvimento, que interessa a um quarto ou um quinto da humanidade e que, portanto, é destinado a modificar radicalmente a geografia política do planeta e a correlação de forças em nível internacional. Não há dúvida, a tragédia se transformou em farsa. Mas essa farsa pode alimentar uma nova e mais grave tragédia, favorecendo as manobras do imperialismo para isolar e golpear o país que, com seu próprio desenvolvimento (econômico e político), faz soar um sinal de alarme em Washington e em outras capitais.

Era uma vez a esquerda...

Tornemos ao ponto de partida. Era uma vez a esquerda, que via com simpatia a China Popular não só pela tentativa de construção do socialismo mas também pelo contrapeso que ela objetivamente constituía em relação ao imperialismo. Uma esquerda digna desse nome deve saber recuperar a sua memória histórica e a sua capacidade de análise política e geopolítica. A tragédia infligida ao povo chinês a partir da guerra do ópio é um acontecimento particularmente repugnante nos anais do colonialismo e do imperialismo, é um acontecimento cuja conclusão se tenta pôr em discussão com a obra dos Estados Unidos, que claramente identificaram na República Popular da China o seu inimigo principal, o obstáculo principal para conseguir o seu objetivo de domínio e hegemonia mundial.

Domenico Losurdo é professor de Filosofia da Universidade de Urbino, Itália. Edição: *La Città del Sole*, Nápoles. Tradução: José Reinaldo Carvalho

Referências Bibliográficas:

- APTHERKER, Herbert. 1977. *America Foreign Policy and The Cold War* (1962), Kraus Reprint Millwood, Nova York.
- BALFOUR, Michael. 1968. *The Kaiser and his Times* (1964), tr. it. por Alberto Aiello e Marco Pagi, *Giugliemo II e I suoi tempo*, il Saggiatore, Milão.
- CHANG, Iris. 1977. *The Rape of Nanking. The Forgotten Holocaust of World War II*, Basic Books, Nova York.
- DALE, Reginald. 1966. *Time to Put Away the Big Trade Gun*, em "International Herald Tribune" de 30 de abril.
- DESHAYES, Laurent. *Histoire du Tibet* (1997), tr. it. por Lucio Chiavarelli, *Storia del Tibet. I segreti di una civiltà millenaria*, Newton & Compton, Roma.
- FAISON, Seth, 1999 a. In *Tibetan "Sky Burials", Vultures Dispose of the Dead*, in "International Herald Tribune", de 6 de julho, p. 2.
- _____. 1999 b. *For Tibetans in Sichuan, Life in the Shadow of Intolerance*, in "International Herald Tribune", de 1º de setembro, p. 4.
- GERNET, Jacques, 1978. *Le monde chinois* (1972) tr. it. por Vera Pegna, *Il mondo cinese. Dalle prime civiltà alla Repubblica popolare*, Einaudi, Torino.
- GOLDSTEIN, Melvyn C., 1998. "The Dalai Lama's Dilemma", in *Foreign Affairs*, janeiro-fevereiro, pp. 83-97.
- GUILLERMAZ, Jacques, 1970. *Histoire du Parti Communiste Chinois* (1968-1972). Tr. it. por Bruno Crimi, *Stori del Partito comunista cinese*, Feltrinelli, Milão.
- JIAN, Chen. 1994. *China's Road to the Korean War. The Making of Sino-American Confrontation*, Columbia University Press, Nova York.
- KNAUS, John Kenneth, 1999. *Orphans of the Cold War. America and the Tibetan Struggle for Survival*, Public Affairs, Nova York.
- LATTIMORE, Owen, 1970. *Studies in Frontier History* (1962). Tr. it. por Andrea Ginzburg e Aldo Serafini, *La frontiera. Popoli e imperialismo alla frontiera tra Cina e Rússia*, Einaudi, Torino.
- "LIMES", 1995. *Una Cina o molte Taiwan?*, Editorial do nº 1, pp. 7-12
- LOPEZ, Jr. Donald S., 1998. *Prisoners of Shangri-la Tibetan Buddhism and the West*, University of Chicago press, Chicago e Londres.
- LOSURDO, Domenico, 19993. *Marx e il balnacio del Novecento*, Biblioteca, Roma.
- _____. 1997. *Nietzsche e la crítica de la modernità. Per una biografia poli*, Manifesto Libri, Roma.
- _____. 1999. *Fuga dalla storia? Il movimento comunista tra autocritica e autofobia*, La Città Del Sole, Nápoles.
- LUTTWAK, Edward, 1999. *USA-Giappone-Cina, la strana geometria*, in "Limes", nº 1, pp. 149-152.
- MANTOVANI, Ramon, 1999. *Gli obiettivi raggiunti di questa guerra*, in AA.VV., *Dalla guerra eni Balcani*.
- MARGOLIN, Jean-Louis, 1997. *Cina: una lunga marcia nella notte*, in Cortois et alii, *Le livre noir du communisme* (1998), tr. it., *Il libro nero del comunismo*. Crimini-terrire-repressione, Mondadori, Milano.
- MAXWELL, Neville, 1973. *India's China War* (1972, prima ed. 1970), tr. it., di Gigliola Re, *L'India e la Cina. Storia di un conflitto*, Mazzotta, Milano.
- MINI, Fabio, 1999. *Xinjiang o Turkestan orientale?*, in "Limes", n. 1, pp. 83-96.
- MIRSKY, Jonathan, 1998. *Talking with Wei Jingsheng*, in "The New York Review of Books" del 5 marzo, p. 39.
- MOLINARIA, Maurizio, 1999. *1948, guerra civile a Roma*, in "La Stampa" del 14 settembre, p. 23.
- MORRIS, James, 1992. *Pax Britannica*, The Folio Society, London.
- OVERHOLT, William H., 1994. *The Rise of China. How Economic Reform is Creating a New Superpower* (1993), tr. it., di Giuseppe Barile, *Il risveglio della Cina, il Saggiatore*, Milano.
- ROMEIN, Jan, 1969. *Il secolo dell'Asia. Imperialismo occidentale e rivoluzione asiatica nel secolo XX*, ed originale olandese 1956, tr. it. di Fernando Solinas e Enzo Collotti., Einaudi, Torino.
- SPENCE, Jonathan, 1998. *God's Chinese Son. The Taiping Heavenly Kingdom of Hong Xiuquan*, Harper Collins, London.
- VALLADAO, Alfredo G. A., 1996. *Le XXI siècle sera américain* (1993), tr. it., di Francesco Sircana, *Il XXI secolo sarà americano* (1994), il Saggiatore, Milano.
- VENZKY, Gabriele, 1999. *Aufstand des kleinen Bruders. Taiwan verwirft das Dogma der Wiedervereinigung mit China-zu Recht*, in "Die Zeit", del 22 luglio, p.6.
- WOLF, Eric R., 1990. *Europe and the People without History* (1982); tr. it., di Fabrizio Rondolino e revisione di Berardino Palumbo e Pier Giorgio Solinas, *L'Europa e i popoli senza storia*, Il Mulino, Bologna.
- YATSEN, Sun, 1976. *L'imperialismo dei bianchi e l'imperialismo dei gialli* (1924), in *I tre principi del popolo*, tr. it., dal francese di Settimio Severo Caruso, Einaudi, Torino.
- WIKLER, Daniel, 1999. *The Dalai Lama and the Cia*, in "The New York Review of Books", 23 settembre, p. 81.
- ZEMIN, Jiang, 1977. *Report Delivered on the 15th Congress of the Communist Party of China on September 12, 1977*, in "Beijing Review", 6 - 12 de outubro, pp. 10-33.

Internacionalização, imperialismo e globalização

Visões do Brasil
(VII parte)



Foto: Osvaldo José dos Santos

Octávio Ianni



Fernando Henrique Cardoso

JOSÉ CARLOS RUY

A compreensão de Octávio Ianni e Fernando Henrique sobre a formação de nosso país desembocou, em nossos dias, em avaliações diametralmente opostas da globalização e suas conseqüências

No começo deste ano, o professor Octávio Ianni vetou a reedição do livro *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, que escrevera com Fernando Henrique Cardoso, publicado originalmente em 1960. Cada um deles havia escrito uma parte da obra, e Ianni não aceitou que a nova edição mantivesse aquela de sua autoria, recusando-se a figurar como co-autor ao lado do sociólogo-presidente, num sinal claro dos rumos divergentes e contraditórios seguidos por essas duas grandes estrelas da chamada *Escola de São Paulo*.

AMBOS PARTIRAM da mesma matriz de pensamento, aquele amálgama de weberianismo, funcionalismo e marxismo que surgiu na Universidade de São Paulo. Foi de seu trabalho conjunto sobre a escravidão e o preconceito racial que surgiu, entre outras obras, o livro cuja edição foi contestada por Octávio Ianni.

Após o golpe militar de 1964, sofreram a perseguição policial e a cassação pelo Ato Institucional nº 5 em 1969, sendo proibidos de lecionar em faculdades brasileiras; fizeram então brilhantes carreiras acadêmicas em universidades estrangeiras. Durante certo período, foram – com Florestan Fernandes – considerados a principal trindade do pensamento social brasileiro.

O pensamento e a obra desse trio refletia uma visão de Brasil fortemente homogênea, cuja vertente weberiana descrevia o passado colonial e escravista como capitalista, embora destituído da racionalidade do capitalismo moderno; a sociedade era vista como dividida em castas e estamentos que, com a Abolição e a República, iniciou a transição para uma moderna sociedade competitiva, burguesa, de classes. Essa mudança teria sido induzida desde o topo, pela ação do latifundiário cafeicultor que, ao transformar-se em empresário moderno, teria realçado os aspectos capitalistas da produção agromercantil, impondo a

racionalidade do capital à formação social brasileira na qual – em consequência – não haveria mais lugar para o escravo, que foi substituído pelo trabalhador livre, assalariado.

O eixo da vertente marxista desse pensamento era a análise das classes e de sua interação conflitiva e contraditória, e a consideração dos interesses materiais como condicionantes da ação política e social. Ao encarar a escravidão como elemento central no processo de acumulação de capital (Queiroz: 1998), eles rompiam com a visão oligárquica e idílica da sociedade brasileira típica de pensadores como Gilberto Freyre, que viam o Brasil como o paraíso das relações raciais e da harmonia entre as classes.

Entretanto, a leitura atenta de suas obras revela a presença, mesmo nesse período inicial de concordância quase completa, de diferenças de enfoque cujo desenvolvimento, ao longo do tempo, levaria ao distanciamento atual entre os dois autores.

Escravismo e capitalismo

Essas diferenças de enfoque referem-se principalmente à forma de encarar o desenvolvimento brasileiro, o dilema capitalismo X socialismo, a luta de classes e as relações entre a nação e o imperialismo. E, como fundo teórico, a concepção que faziam do marxismo e seu papel como ferramenta teórica para a análise da sociedade brasileira e para inspirar as formas de intervenção política e social em seu desenvolvimento.

Embora trouxessem a marca da *Escola de São Paulo*, fortemente weberiana e funcionalista, pode-se dizer que, desde o começo de suas carreiras, Octávio Ianni foi mais influenciado pela ortodoxia marxista do que Fernando Henrique Cardoso, como é nítido já em *As metamorfoses do escravo*, de 1962 (Ianni: 1988), resultado das pesquisas iniciadas, sob direção de Florestan Fernandes e patrocínio da Unesco e da USP, em 1955, sobre as relações raciais no Brasil meridional.

Nessa obra, Ianni estuda a formação e o declínio do escravismo no Paraná. Se a cor weberiana desse estudo é dada pela conceituação daquela sociedade como sendo de castas e ordens, caracterizada como capitalista, a luz que ilumina o conjunto do estudo provém do pensamento de Marx: o reconhecimento da peculiar “conexão entre os meios de produção e o trabalho produtivo” no escravismo; a influência das condições históricas e econômicas na determinação daquele “sistema econômico-social” baseado no trabalho escravo; além disso, a identificação de uma situação onde a produção é social, mas a apropriação é privada, criando um substrato comum à existência do escravo e do trabalha-

dor livre, e facilitando a passagem de um a outro regime de trabalho (Ianni: 1988; Martins: 1975).

Havia uma contradição nessa visão da economia escravista e colonial vista como capitalista por fazer parte de um sistema mundial dominado pelo capitalismo mercantil, um capitalismo colonial onde não havia trabalhador assalariado. A solução encontrada para essa contradição foi engenhosa, propondo que o capitalismo recria ou desenvolve instituições pré-capitalistas. Essa idéia reapareceria, muito mais tarde, na tese de José de Souza Martins sobre a criação capitalista de relações de produção não-capitalistas (Ianni: 1988; Martins: 1979).

Isso gerava aquela que Ianni considerou a principal contradição da sociedade brasileira na segunda metade do século XIX: a produção de mercadorias voltada para o mercado internacional, baseada no trabalho escravo. Isto é, o caráter capitalista da fazenda do café (decorrente da produção para o mercado e da presença do cálculo econômico racional em sua organização) chocava-se com o caráter escravista das relações de trabalho em que aquela produção se baseava. Em *Raças e classes sociais no Brasil*, isso é dito de forma clara e mais coerentemente marxista: a sociedade brasileira de então é apresentada como “governada pela contradição entre a *mercadoria* e o *escravo*. Ou seja, é nessa época que a contradição entre o modo de produção e as relações de trabalho se torna aberta e incômoda, impondo-se a sua resolução” (Ianni: 1972).

Essa contradição entre o capitalismo que se desenvolvia e o regime de trabalho que levou à desagregação do escravismo. Há um momento, diz, em que a aplicação “de capitais em escravos se torna onerosa em face da rentabilidade que o empresário pode obter comprando força de trabalho por dia, semana, ou por mês”, levando, ao cabo, à extinção do escravismo (Ianni: 1988). Mais avançado do que a maioria dos analistas até então, Ianni, vê a Abolição como um processo social, mas não chega a compreendê-la como uma revolução. O trabalho escravo não foi destruído por uma revolução de cativos; foram “transformações internas no sistema que paulatinamente arruinaram os últimos vestígios do regime, pois que ele se tornara inadequado, envelhecido, e novas relações de produção e existência social se haviam instalado e expandiam-se” (Ianni: 1988).

Este é o sentido essencial da Abolição: ela elimina os obstáculos e cria as condições para o início de uma nova fase na vida econômica do país, na qual a separação completa entre o trabalhador e os meios de produção “estabelece uma condição básica à entrada da economia nacional no ciclo da industrialização” (Ianni: 1972).

Tem início, assim, a transição entre o escravismo e o capitalismo no Brasil, aberta em meados do século XIX, quando “a sociedade brasileira, profundamente marcada por relações coloniais (com Portugal e, depois, a Inglaterra), começa a sofrer a diferenciação interna que caracterizará a sua relativa autonomia e singularidade”. O desenvolvimento econômico provoca alterações no sistema produtivo e nas relações de produção, criando o ambiente em que se instauram “algumas das relações fundamentais à formação do capitalismo industrial” (Ianni: 1972).

Nessa análise, Ianni mistura elementos originários do pensamento marxista (a contradição entre relações de produção e forças produtivas, a existência do trabalhador livre como condição para a existência do modo de produção capitalista) a outros de raiz weberiana (padrões racionais, racionalismo inerente à produção do lucro, como sinônimos de modo de produção capitalista) (Ianni: 1972). O formalismo da análise perde a especificidade da transição entre o modo de produção escravista colonial e o modo de produção capitalista, transição onde o trabalhador era formalmente livre e incompletamente assalariado; era o colono típico da transição, cuja remuneração combinava trabalho assalariado e o direito de explorar pequenos trechos de terra em benefício próprio. Embora fale em trabalhador livre, Ianni reconhece que a “mobilização dos trabalhadores nacionais, dispersos nas faixas de economia de subsistência, não pode realizar-se”, pois estavam presos à classe latifundiária por “vínculos de tipo patrimonial” (a terminologia deriva de Max Weber, e não tem a precisão e concreticidade da expressão relações de servidão, mais aceita pelos marxistas). Foi esta dependência pessoal do trabalhador nacional que, diz, impôs a necessidade da vinda de trabalhadores europeus (Ianni: 1972).

Em 1962, também como resultado do programa de pesquisa do escravismo no sul do Brasil, promovido pela USP e patrocinado pela Unesco, Fernando Henrique Cardoso publica *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, que – como diz na Introdução – era “uma tentativa de utilização da interpretação dialética na sociologia” (Cardoso, 1977). O tema era ambicioso – além do escravismo, pretendia também estudar as limitações da economia capitalista escravista, principalmente quando comparada ao capitalismo baseado no trabalho assalariado. No escravismo, diz, só é possível aumentar o rendimento do trabalho através do aumento da jornada e da intensificação do ritmo de trabalho, ao contrário do capitalismo “desenvolvido”, cuja dinâmica está assentada

na “produção de mais valia relativa, obtida graças à introdução de recursos técnicos e à subdivisão do trabalho, que permitem produzir em menos tempo o equivalente ao salário”. Em consequência, o escravo precisa “produzir mais produtos para cobrir o capital inicialmente invertido na sua compra, sem o que a empresa escravista brasileira, que visava a lucros que se realizavam no mercado, estaria, desde o início, condenada.” (Cardoso: 1977).

Em comum com Ianni, havia nesse estudo inicial a mesma caracterização do passado colonial e escravista como capitalista, uma tese reafirmada na *Nota à 2ª Edição*, de 1977, onde diz que a escravidão moderna “se formou num horizonte histórico determinado, o da expansão do capitalismo mercantil” (Cardoso: 1977). Mas o ahistoricismo dessa definição é muito mais radical, bebido em Max Weber e, através dele, em Theodor Mommsen, de quem Weber foi aluno, e a quem Karl Marx acusou, em *O Capital*, de enxergar “um caso de regime capitalista de produção em toda economia monetária”. O que é “capitalismo”? – pergunta Fernando Henrique (as aspas fazem parte do original). “Não será ele, ao mesmo tempo, a explosão manchesteriana, o sistema industrial-estatal de Colbert, o monopólio d’El Rey, a exploração dos índios, a escravidão dos negros na América, etc?” (Mitzman: 1976; Marx: 1985; Cardoso: 1975). Isto é, onde há *ação* em busca de lucro e circulação monetária, haverá capitalismo, não importando as formas históricas concretas assumidas pela organização da produção e da exploração dos produtores diretos, formas históricas que tornam específicas e particulares cada uma das etapas da evolução da humanidade e que, ao contrário da definição weberiana de *ação* dotada de um certo sentido econômico, é mais propriamente definida pelo marxismo como *modo de produção*, que estuda de forma científica não as formas subjetivas que a ação humana adquire, mas as bases objetivas que condicionam e dão a forma àquelas formas subjetivas.

Nessa linha de pensamento, Fernando Henrique diz que a escravidão e a servidão foram *repostas, reinventadas*, para a produção em larga escala para o mercado numa fase do desenvolvimento do capitalismo, e que elas “têm em comum com a escravidão antiga e com a servidão feudal apenas as *formas*” (Cardoso: 1975). O povo, nessa concepção, era uma espécie de massa amorfa e plástica sobre a qual a história imprimia a marca de seu desenvolvimento, fixando também a fórmula que seria o cavalo de batalha de uma certa historiografia nos anos 80 e 90, para a qual Florestan Fernandes e sua escola comete-

ram o crime teórico de caracterizar o escravo e o negro como *coisa*, sem vontade ou autonomia, caracterização que, em *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* foi ao menos delimitada, traduzindo no plano teórico a concepção que a sociedade e os proprietários escravistas tinham daqueles homens-mercadoria, mas reconhecendo as tensões derivadas desta condição subumana a que o trabalhador forçado estava reduzido (Cardoso: 1977). Mais tarde, entretanto, essas considerações relativizadoras (e enriquecedoras da análise) foram abandonadas, e não só os escravos mas também a plebe, índios, peões, libertos, camponeses, foram descritos como testemunhas mudas “de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história” (Cardoso: 1975).

Como Ianni, Fernando Henrique Cardoso dizia basear-se no marxismo. Mas, vê-se, era um marxismo muito peculiar, eclético, enxertado por justaposições (e não assimilação crítica) com teses e categorias do pensamento social burguês, encarado como um método de estudo, e desarmado da marca principal do pensamento de Marx, a exigência de unidade entre teoria e prática, que o torna um instrumento de mudança social e guia da luta política do proletariado. Fernando Henrique Cardoso estava, sem dúvida, longe desse marxismo, visto por ele como dogmático e simplificador.

“Não podíamos”, diz na *Nota à 2ª Edição*, aceitar o marxismo “ritual e indolente”, nem esquecer “um século de trabalhos sociológicos, alheios a Marx”. Recusa o que chamou de “bê-a-bá do stalinismo teórico: a infra-estrutura, dinamizada pelo avanço das forças produtivas, que entra em contradição com a superestrutura (e a política e a ideologia) e impõe uma ação” (Cardoso: 1975).

A tentativa de enfrentar os impasses teóricos do stalinismo e do marxismo ossificado que ele gerou traduziu-se, neste caso, não num avanço no sentido do desenvolvimento do marxismo, mas num recuo teórico, através da absorção de teses do pensamento social burguês (Max Weber e os funcionalistas), do existencialismo de Jean Paul Sartre, e de *História e consciência de classe*, sobre o qual seu próprio autor, Georg Lukács, disse num posfácio de 1967 que as idéias ali desenvolvidas eram “errôneas” (Lukács: 1974). Um recuo paradoxal, contudo. Apesar de negar o condicionamento dialético da superestrutura pela infra-estrutura, em nome de uma suposta autonomia da ação humana (como aprendeu com Sartre), Fernando Henrique Cardoso foi, entre os estudiosos da *Escola de São Paulo*, aquele que foi mais longe ao negar a liberdade do escravo,

sem compreender que a liberdade, e a subjetividade do escravo, afirmavam-se pela vontade rebelde manifestada na luta contra a escravidão e contra a desumanização dela decorrente. Ele o via como inerte e passivo (como os demais membros das camadas pobres e dominadas da sociedade colonial), esmagado pela condição de *coisa* que a escravidão impunha. Nesse sentido, afastando-se do marxismo e da dialética, Fernando Henrique Cardoso ficou paradoxalmente preso ao mesmo economicismo do marxismo “vulgar” que pretende recusar.

Rumos do desenvolvimento

Com o golpe militar de 1964, a separação entre os dois autores se aprofundou, e as diferenças de enfoque ficaram mais nítidas. Ianni dizia que a política econômica da ditadura levaria o país à estagnação, e que a alternativa que estava posta para os brasileiros era a ditadura ou o socialismo, tese que defendeu em *O colapso do populismo no Brasil*, de 1968. Para Fernando Henrique, ao contrário, o desenvolvimento capitalista nos países pobres era viável e estava entrando em outra fase, a fase da internacionalização, tese que aprimorou mais tarde ao formular a teoria da dependência. “O Octávio Ianni foi para o México”, contou Fernando Henrique, numa entrevista publicada em 1992, “e disse que eu estava defendendo os militares, porque a minha tese era a seguinte: o golpe é fascista, o que vocês queiram chamar, mas ele não está impedindo o desenvolvimento das forças produtivas” (*Folha de S. Paulo*: 17/5/1992).

Naqueles anos, Octávio Ianni dedicou-se ao estudo dos múltiplos aspectos da dominação imperialista (econômico, social, político, cultural), no contexto da guerra fria e da expansão do capitalismo norte-americano na América Latina. Estudou também a articulação íntima entre as elites latino-americanas e o imperialismo.

Em *O colapso do populismo*, partia de um ponto de vista socialista e avançado. Mostrou como, 1) “as heranças da economia de tipo colonial, sustentada no século XX com base na cafeicultura, facilitaram a formação de monopólios e oligopólios”; 2) para se efetivar, o modelo getuliano de desenvolvimento (ou uma possível opção socialista) teria de “levar a ruptura político-econômica até o fim”, o que não ocorreu, levando o desenvolvimento brasileiro a “dependar cada vez mais dos vínculos e centros de decisão externos”, à desnacionalização provocada pelas facilidades concedidas aos investidores externos, e à “internacionalização crescente da economia nacional”; finalmente, a política econômica da ditadura inaugurada em 1964 substituiu a *ideologia do desenvolvimento* pela *ideo-*

logia da modernização (Ianni: 1975).

Nesse contexto as classes dominantes latino-americanas – entre elas a brasileira – reafirmaram-se como sócias da espoliação imperialista, situação estudada num conjunto de ensaios sobre as relações entre os EUA e a América Latina, e a teoria da dependência, escritos entre os meados dos anos 60 e o início dos 70 (Ianni: 1974).

“Da mesma forma que os governantes dos Estados Unidos trataram de garantir e desenvolver interesses criados, assim também quase todos os governantes latino-americanos trataram de consolidar suas posições e obter vantagens. A burguesia dominante na maioria dos países da América Latina continuava a aperfeiçoar sua condição de classe subalterna. Novas alianças e associações foram estabelecidas entre as burguesias em escala interamericana. Nesse sentido intensifica-se o processo de continentalização das classes sociais e, por certo, das contradições de classe”. A adoção e generalização da doutrina de contra-insurreição foi, então, “um desenvolvimento novo e coerente com o tipo de hegemonia exercida pelos Estados Unidos sobre os países da América Latina”, levando à “militarização do poder político, em nome da segurança hemisférica, da contra-insurreição e da interdependência”. O imperialismo e as classes dominantes latino-americanas tinham num “inimigo comum” a solda para sua aliança: “o comunismo internacional, ou suas manifestações na subversão interna” (Ianni: 1974).

O *dependentismo* subjacente à análise do imperialismo feita por Octávio Ianni também era uma denúncia da dominação imperialista e de sua aliança com as classes dominantes dos países latino-americanos, uma diferença essencial em relação à análise feita por Fernando Henrique Cardoso, cuja principal contribuição teórica, aquela que o tornou famoso, foi a chamada *teoria da dependência* – onde esses fenômenos eram valorizados de forma positiva.

Já no começo da década de 1960, quando terminava seus estudos sobre a escravidão, Fernando Henrique Cardoso mudou o rumo de suas investigações para a análise das condições sociais e políticas do desenvolvimento. Produziu então alguns artigos muito influentes (Cardoso: 1969), e realizou uma ampla pesquisa sobre os empresários industriais (Cardoso: 1972), onde concluiu – num embrião daquilo que desenvolveria depois como *teoria da dependência* – que a burguesia industrial era “incapaz de romper os vínculos com a situação de interesses tradicionalmente constituídos, isto é, com os grupos estrangeiros, com os grandes proprietários e com os comerciantes e banqueiros, a eles ligados. Não assumindo

as responsabilidades políticas de classes economicamente dominantes, a burguesia industrial torna-se em parte instrumento da dominação política dos grupos tradicionais. Com isso, cria, quiçá, a possibilidade que mais teme: de perder as *chances* históricas de exercício pleno da dominação de classe” (Cardoso: 1972).

Essa análise seria desenvolvida mais tarde, depois do golpe militar de 1964, quando Fernando Henrique passou a trabalhar na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em Santiago do Chile, na polêmica – disse ele numa entrevista de 1992 – contra as visões “comunista populista” e cepalina. Isto é, contra as duas concepções, uma proletária e outra nacionalista-burguesa, que preconizavam reformas na estrutura social brasileira, ele defendia a viabilidade do desenvolvimento capitalista. (Cardoso: 15/5/1992). Assim, em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrito com Enzo Faletto, e que tornou-se o verdadeiro clássico da teoria da dependência, afirma que entre o *centro* e a *periferia*, ou entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, não há apenas diferenças de etapas de desenvolvimento, mas de “função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção-distribuição” que supõe uma “estrutura definida de relações de dominação”, contrapondo-se, corretamente, às teses dominantes, favoráveis ao imperialismo e sistematizadas pelo norte-americano W. W. Rostow em *Etapas do desenvolvimento econômico*, com um subtítulo significativo, *Um manifesto não comunista*, onde descreve o desenvolvimento das sociedades como uma linha ascensional de estágios pelos quais todas devem passar e o subdesenvolvimento é uma espécie de lei natural do desenvolvimento das nações, e que ocorre à margem da dominação colonial e imperialista (Rostow: 1961). Contra essas teses, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto sustentam que os países “em desenvolvimento” não estão “repetindo a história dos países desenvolvidos” (Cardoso e Faletto: 1970).

Ao contrário, a dependência decorre da combinação entre dominação externa e interesses internos à sociedade dependente. Ela tem “expressão” interna e seu “verdadeiro caráter” resulta de um modo determinado de relações estruturais em que os grupos dominantes mantêm “a vinculação econômica com o exterior”. O novo caráter da dependência é dado pela internacionalização do mercado, outra novidade que aparece nos textos de Fernando Henrique Cardoso.

Essa análise se beneficiou da tradição comunista, como o próprio Fernando Henrique Cardoso indicou ao citar o seguinte trecho de Lênin, de 1920: “Onde o imperialismo

dominante necessita nas colônias um apoio social, une-se, antes de mais nada, com as classes dominantes do antigo sistema pré-capitalista, os feudais da burguesia comercial e usuária, contra a maioria do povo” (Cardoso: 1980).

O caminho da industrialização brasileira após os anos 50 aponta nesse rumo. Seu debate, fomentado pelo populismo varguista, levou à política de Juscelino Kubitschek, onde o desenvolvimento era baseado em investimentos externos, projeto “aceitável para parte do setor exportador”, com a vantagem de permitir também o fortalecimento do setor industrial, “agora já associado ao capital estrangeiro” (Cardoso e Faletto: 1970). Juscelino Kubitschek lançou assim as bases do famoso tripé (a associação entre capitais privados e estatais brasileiros com investimentos estrangeiros), cuja consequência foi a internalização, na economia brasileira, de um enorme setor estrangeiro cuja reprodução passava a depender da própria capacidade de consumo do país. E que tinha a vantagem adicional, para as classes dominantes tradicionais, de promover a industrialização sem tocar na estrutura social.

Em 1971, essas teses foram aprofundadas, e generalizadas, em outra obra, *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes* (Cardoso: 1971), onde a análise remonta à independência e mostra como os grupos agro-exportadores controlaram aquele processo, mantendo o controle do sistema produtivo interno e reorganizando seu vínculo com o mercado internacional, constituindo uma “base interna de dominação externa”, resultado da superioridade técnico-econômica das “economias centrais” e “de um processo político social de formação de alianças e de legitimação que passam a criar solidariedades – em torno de sistemas econômicos comuns – entre grupos e classes sociais situados no âmbito das sociedades dependentes e os que se situam nas nações hegemônicas” (Cardoso: 1971).

Nos anos mais recentes – desde meados da década de 1950 – esse mesmo sistema de alianças e solidariedade entre os proprietários levou à formação de uma industrialização restrita e à criação de um empresariado que, face às dificuldades de acumulação interna, adotou aquele modelo de desenvolvimento associado, com internacionalização do mercado, no qual a origem do capital tanto pode ser interna quanto externa, e a quota da dependência aparece na forma de pagamentos ao exterior. O mais significativo, aqui, é que a realização do lucro se faz no interior do sistema econômico dependente. Assim, “os interesses da “grande indústria”, nacional, estatal ou estrangeira, se solidarizam: trata-se de garantir o

funcionamento do mercado oligopólico forte, capaz de permitir o funcionamento do sistema” (Cardoso: 1971).

Contra os que o acreditaram como um campeão da burguesia nacional e do desenvolvimento autônomo, o próprio Fernando Henrique afirma, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, em 1992, que a teoria da dependência foi incompreendida. Ela não era uma denúncia da dominação imperialista, mas a demonstração de que a “burguesia nacional” tinha interesses ligados ao sistema internacional, e isso era positivo. Naqueles anos, combateu aquilo que chamou de *novas teses equivocadas* (numa alusão a um ensaio então muito usado, intitulado *Sete teses equivocadas sobre a América Latina*, de Rodolfo Stavenhagen) defendendo a viabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia e o papel ativo que as burguesias locais poderiam ter nele. Ao mesmo tempo, negava que a exploração, no capitalismo dependente, estivesse baseada na exploração extensiva da mão-de-obra, e na necessidade de pagar baixos salários (Cardoso: 1975).

Sociedade global

A diferença entre os dois luminares da *Escola de São Paulo* ficou maior na década de 1990, expressa em avaliações diametralmente opostas da globalização e suas conseqüências.

Ao contrário de Ianni, Cardoso pensa que, nas condições do capitalismo contemporâneo, e principalmente depois da derrocada do Leste europeu, a questão do socialismo desapareceu da agenda política, sobretudo na América Latina. “Os critérios que emergem da visão tradicional da esquerda parecem superados, sobretudo se aceitamos que a construção do socialismo na América Latina de hoje é inviável”, pensa ele. A luta de classes deixou de existir, substituída pela fragmentação dos conflitos cotidianos, como quer a tradição weberiana. O marxismo tornou-se anacrônico, perdendo atualidade; e não há mais na arena política *demônios* “a serem eliminados (como a burguesia na perspectiva marxista tradicional)”, numa situação em que “a democracia, como ideal, passa a ser um jogo de razão”, “sem as dicotomias fechadas da Guerra Fria” (Cardoso: 21/7/1995). Idéias cuja sinceridade pode ser avaliada pelo acompanhamento das ações efetivas, concretas, do governo que Fernando Henrique Cardoso dirige!

A rendição de Fernando Henrique Cardoso à globalização sob hegemonia dos EUA é coerente com sua trajetória de cientista social e militante político que, embora tendo feito parte no passado do campo democrático e progressista, sempre foi, na verdade, um teóri-

co da burguesia internacionalizada. “Há mais de 25 anos”, disse num discurso na Universidade do Porto, em 1995, “eu utilizava o termo ‘internacionalização dos mercados’ para caracterizar a atuação das empresas multinacionais em países como o Brasil”. Mas, na verdade, “tratava-se da internacionalização do processo produtivo ou, como se diz freqüentemente, da globalização da economia, da expansão dos fluxos internacionais de comércio e de capitais, que acarretou profunda reorganização do sistema econômico mundial” (Cardoso: 22/7/1995). Sua avaliação rósea dos desenvolvimentos recentes vem daí. Ele usa a expressão “novo renascimento” para descrever as mudanças da globalização – que, pensa, impõe-se com a força de uma lei natural. O capitalismo teria entrado numa nova forma de produzir, que envolve todos os povos e nações, e da qual não se pode fugir mas, ao contrário, eliminado o conflito ideológico que caracterizou a guerra fria, pode beneficiar a todos.

A visão que Fernando Henrique Cardoso tem da globalização é antípoda à de Octávio Ianni, apesar de compartilharem alguns traços comuns, principalmente a idéia de que ela resultaria principalmente de mudanças tecnológicas, deixando em segundo plano as mudanças políticas que viabilizaram o uso, em benefício da exploração capitalista, das conquistas da eletrônica, das telecomunicações, da robótica e da revolução nos transportes.

Em 1992, Octávio Ianni publicou *A sociedade global*, cujas teses retomou e aprofundou em *A era do globalismo*, de 1996, onde defende teses controversas, embora a partir de um ponto de vista avançado e comprometido com a luta pelo socialismo e pelo progresso social. Diz que, com a globalização (que encara como um novo ciclo de expansão do capital), a humanidade entra em outra etapa histórica, resultante do progresso tecnológico; e, em conseqüência dela, o Estado-nação declina, e a soberania nacional perde significado.

Sua posição tem o mérito de não ser uma rendição perante a globalização, que ele vê como um fato objetivo que recoloca em outro patamar a questão social, a luta de classes é a luta pelo socialismo. O socialismo não acabou, diz, e sua derrota no Leste europeu não significa que tenha deixado “de ser um fato da história, uma possibilidade de organização social da vida e trabalho, do modo de ser de indivíduos e coletividades”. “O socialismo é um processo civilizatório que já faz parte da história das sociedades nacionais, bem como da sociedade mundial em formação” (Ianni: 1992).

Sob o capitalismo global, a questão social globaliza-se também, e o movimento mundial dos trabalhadores intensifica-se e generaliza-se (Ianni: 1992). A flexibilização do processo de trabalho e produção “envolve a emergência de um novo trabalhador coletivo”, que agora, mais do que nunca, “é um trabalhador coletivo universal”, com adquiriu “dimensão e significado mundiais”. Ao contrário dos que pensam que o trabalho perde espaço na produção moderna e, em consequência, as classes perdem seu papel e a luta de classes deixa de existir, Ianni pensa que, no momento em que a reprodução ampliada do capital toma “conta do mundo, desenvolvendo as classes sociais e a luta de classes numa escala propriamente global”, a condição operária agrava-se pela redução dos salários e superexploração da força de trabalho. “Acentua-se a exploração da força de trabalho empregada nos países em desenvolvimento. Fica evidente que a utilização da força de trabalho realiza-se em condições de superexploração: salários ínfimos, longas jornadas de trabalho ‘legitimadas’ pelo instituto das horas extras, aceleração do ritmo de trabalho pela emulação do grupo de trabalho e pela manipulação da velocidade das máquinas e equipamentos produtivos, ausência ou escassez de proteção ao trabalhador em ambientes de trabalho, insegurança social” (Ianni: 1996). A luta de classes, em nível mundial, “repõe a questão do socialismo como organização democrática avançada, superior” (Ianni: 1992). E o marxismo é reafirmado como pensamento capaz de captar, reformular e orientar a ação. “Na essência do capitalismo, como processo civilizatório, está o liberalismo, que é sua visão do mundo mais elaborada, continuamente recriada. Da mesma forma, na essência do socialismo está o marxismo, que é a sua visão do mundo mais elaborada, continuamente recriada” (Ianni: 1992).

José Carlos Ruy é jornalista.

Referências bibliográficas

A CLASSE Operária, 12 de abril de 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique,

Mudanças Sociais na América Latina, São Paulo, Difel, 1969

Política e desenvolvimento em sociedades dependentes, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil, São Paulo, Difel, 1972 (escrito em 1963).

Autoritarismo e democratização, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

Capitalismo e escravidão no Brasil meridional - o negro na

sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 (1ª Edição: 1962).

As idéias e seu lugar - ensaios sobre as teorias do desenvolvimento, Petrópolis/São Paulo, Vozes/Cebrap, 1980.

“Ciência e política” (discurso pronunciado na Universidade de São Paulo, em 15 de maio de 1992, in Brasil. Presidência da República. *A utopia viável: trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso*, Brasília, Presidência da República, 1995.

“A nova esquerda” (discurso pronunciado na Universidade de Coimbra, Portugal, em 21 de julho de 1995), in Brasil. Presidência da República, citado acima.

“A utopia viável”, (discurso pronunciado na Universidade do Porto, Portugal, em 22 de julho de 1995), in Brasil. Presidência da República, citado acima.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo
Dependência e desenvolvimento na América Latina, Rio de Janeiro, Zahar, 1970

Folha de S. Paulo, 17/05/1992.

IANNI, Octávio

Raças e classes sociais no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

Imperialismo na América Latina, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

O colapso do populismo no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

As metamorfoses do escravo, São Paulo/Curitiba, Hucitec/Scientia et Labor, 1988 (1ª Edição: 1962).

A sociedade global, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.

A era do globalismo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

LUKÁCS, Georg

História e Consciência de Classe, Porto, Publicações Escorpião, 1974.

MARTINS, José de Souza

Capitalismo e Tradicionalismo, São Paulo, Pioneira, 1975.

O Cativo da Terra, São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl

El Capital, Livro III, México DF, Fondo de Cultura Economica, 1985.

MITZMAN, Arthur

La jaula de hierro: una interpretación histórica de Max Weber, Madri, Alianza Editorial, 1976.

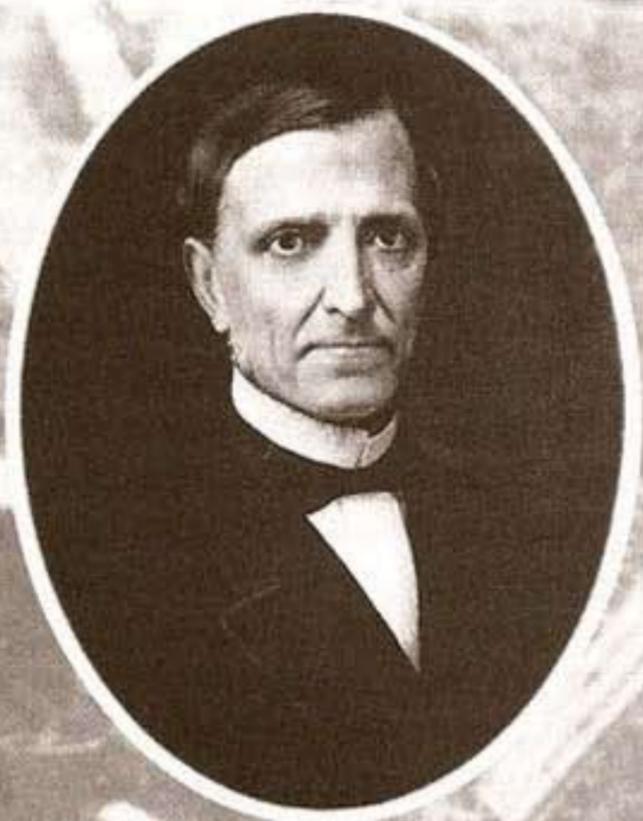
QUEIROZ, Suely Robles Reis de,

“Escravidão negra em debate”, in Marcos Cezar de Freitas (org.), *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, São Paulo, Contexto, 1998.

ROSTOW, W. W.

Etapas do desenvolvimento econômico, Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

O Visconde de Mauá e o início da industrialização brasileira (1ª parte)



RAUL K. M. CARRION

*Será ele o nacionalista em luta
contra o latifúndio retrógrado,
afrontando os interesses britânicos;
ou o empresário associado aos ingleses?*

A maioria dos historiadores econômicos considera que os primeiros passos da industrialização brasileira só se dão entre 1885 e 1895, seguidos da expansão industrial do início do século XX. Poucos dedicam maior atenção à ação empresarial de Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá, em meados do século passado, em plena sociedade escravista – algo, por isso mesmo, singular e inédito.

NESTE ENSAIO busca-se – através do estudo da trajetória industrial e financeira de Mauá – lançar algumas luzes sobre o que foi o primeiro surto industrial do Brasil. Que circunstâncias permitiram que em pleno regime escravista, sem a existência de uma força de trabalho livre, sem um mercado interno forte, surgisse um empresário capitalista do porte de Mauá? Qual o verdadeiro significado deste homem?

Será o “nacionalista” pintado por Nelson Werneck Sodré, em luta contra o latifúndio retrógrado, afrontando os interesses britânicos? Mauá não lutaria apenas com as resistências dos latifundiários, levantadas pelos seus representantes políticos; lutaria também contra os investimentos britânicos que disputavam agora a renda nacional, buscando instalar-se nas áreas mais rentáveis, sob regime de integrais garantias, particularmente as do transporte, marítimo e terrestre, e a dos serviços públicos urbanos. Suas

iniciativas, por isso mesmo, vão sendo dificultadas e transferidas aos ingleses. (1)

Ou será o empresário associado aos ingleses de que nos fala Richard Graham? Embora alguns historiadores descrevam Mauá como o primeiro financista dotado de idéias nacionalistas e bravo combatedor da interferência estrangeira, um estudo acurado e imparcial de documentação daquela época – e ainda existente – nos mostra Mauá procurando entusiasticamente auxiliar e contribuir para o aumento do poderio econômico britânico no Brasil. Defendeu os interesses ingleses quando surgiram divergências com companhias brasileiras, mesmo sabendo que as primeiras não tinham razão, apenas, como dizia, simplesmente para preservar o “crédito do Brasil em Londres”. O que realmente o preocupava era a modernização do país, e os meios para alcançar este objetivo, os quais, pensava ele, encontravam-se nas mãos do homens de empresa de diversas nacionalidades, legítimos representantes do sistema capitalista. (2)

Ou, enfim, será o *self-made man*, defensor do *livre-mercado*, em luta contra o *Estado* – inibidor do progresso e da “modernidade” – como nos cantam em prosa e verso, cine e vídeo os neoliberais de hoje?

Que circunstâncias levaram à falência o homem mais rico da América do Sul, poucos anos antes da abolição da escravidão e da proclamação da República? Em que sentido e até que ponto essa figura singular, atípica, nos revela as características da burguesia brasileira em formação?

Estas são algumas das questões que tentamos responder no decorrer deste ensaio.

Influência inglesa e liberal

Irineu Evangelista de Sousa nasceu em 28 de dezembro de 1813 no município gaúcho de Jaguarão. Cresceu sem luxos, na pequena estância de gado de seus pais. Em 1819, seu pai é assassinado, sua mãe volta a casar-se e Irineu é entregue ao tio paterno José Batista de Carvalho, capitão de longo curso que trabalha para um dos maiores comerciantes e traficantes portugueses do Rio de Janeiro.

Assim, em 1823, com apenas nove anos, Irineu viaja com destino ao Rio de Janeiro. Ali, é entregue a João Rodrigues Pereira de Almeida, futuro Barão de Ubá, um dos maiores atacadistas do Império, em cuja casa comercial passa a trabalhar. Em 1827, com apenas 13 anos de idade, torna-se o guarda-livros do patrão. Em 1828, a forte crise econômica leva a firma de Pereira de Almeida à falência. Sua maior credora era a firma inglesa Carruthers & Irmãos. Irineu joga um papel destacado nas negociações por uma solução amigável e é contratado por Ricardo Carruthers como auxiliar de contabilidade.

Com Carruthers, Irineu aprende contabilidade, aritmética e inglês, e passa a ler no original Adam Smith, Stuart Mill, Milton, Shakespeare. Absorve os hábitos sóbrios e a mentalidade capitalista dos ingleses, e aprende o valor do crédito para os negócios mais amplos. Em pouco tempo torna-se o gerente da firma inglesa.

Aos 23 anos, quando Ricardo Carruthers se aposenta e vai residir na Escócia, torna-se seu sócio. Com uma renda de cerca de mil contos de réis, Irineu dirige a próspera firma Carruthers do Rio de Janeiro, importando da Inglaterra ferragens, máquinas, tecidos, produtos manufaturados, e exportando cacau, açúcar, algodão, café e fumo. Seu nome consolida-se na praça e começa a ser conhecido também no Rio da Prata e alhures.

Em 1840, viaja à Europa para visitar Carruthers. O industrialismo inglês o impressiona de forma decisiva. Convence Carruthers a fazer novas inversões no país. Criam em Manchester a Carruthers, De Castro & Cia, tendo Irineu como o sócio administrador. Essa firma será, durante anos, o meio através do qual ele carreará recursos da Inglaterra para as empresas que formará no Brasil. Inicia-se uma nova fase na vida do comerciante Irineu Evangelista de Sousa que logo se tomará industrial, banqueiro e político.

A reforma tarifária de Alves Branco em 1844

A política colonial de Portugal sempre obstaculizou a industrialização do Brasil. O Alvará de 1785, proibindo as manufaturas têxteis na Colônia, exceto panos grossos de algodão para vestimenta dos escravos e confecção de sacos, é um exemplo disso. Apenas com o Alvará de 1º de abril de 1808 essas proibições são revogadas, sendo estabelecida uma taxa de 24% sobre os produtos importados. As tarifas para as mercadorias pertencentes ou transportadas em navios portugueses são fixadas em 16%. Mas, a Inglaterra exige um tratamento preferencial e obtém – através do tratado de 1810 – a tarifa de 15%. O mercado brasileiro é entregue às manufaturas inglesas. Em 1827, esgotada a vigência do tratado de 1810, este é renovado por mais 15 anos em retribuição à “ajuda” inglesa ao reconhecimento da independência brasileira. Em 1828, a tarifa preferencial de 15% é estendida a todos os países estrangeiros, dificultando ainda mais a industrialização do país.

Mas, em 1844, caduca o tratado comercial com a Inglaterra. Apesar das pressões pela sua renovação, o Parlamento brasileiro nega-se a fazê-lo, em revide às medidas que a Inglaterra vinha tomando contra o tráfico negreiro. É aprovada a Lei Alves Branco que eleva as tarifas de importação para valores entre 30 e 60%, ao mes-

mo tempo que isenta as indústrias “instaladas no país” do pagamento de impostos sobre as importações. A Lei Alves Branco, além de buscar uma maior arrecadação, tem objetivos conscientemente protecionistas:

“Nenhuma nação deve fundar exclusivamente todas suas esperanças na lavoura, na produção da matéria bruta, nos mercados estrangeiros. Um povo sem manufatura fica sempre na dependência dos outros povos e, por conseguinte, nem pode fazer transações vantajosas, nem avançar um só passo na carreira de sua riqueza. A indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e mais abundante mercado de sua indústria. É de mister, com fé firme da indústria fabril (...), por meio de uma tarifa anualmente aperfeiçoada e mais a mais acomodada ao desenvolvimento do nosso país.” (3)

Dotado de grande visão empresarial, Irineu percebe que a nova política tarifária abre grandes perspectivas para os negócios industriais e bancários, ao mesmo tempo que cria problemas para o comércio importador. Chama, então, Carruthers ao Brasil e convence-o a liquidar a empresa comercial e a investir em outros ramos de atividades. Sem pressa, começa a se desfazer dos seus ativos, sempre a bom preço.

Percebendo a importância das relações pessoais na sociedade escravista e atrasada em que vive, adere à maçonaria, adquire uma bela mansão no Catete e trata de enchê-la de convidados ilustres, estabelecendo relações de intimidade com as pessoas mais influentes do governo e da elite oligárquica.

A seguir, Irineu trata de criar o que considerava ser a empresa básica, a “mãe das outras indústrias, a indústria do ferro”. Para isso, entende-se com o ministro do Império Conselheiro Joaquim Marcelino Brito, obtendo a garantia de que lhe seria concedida a canalização das águas do rio Maracanã para o abastecimento do Rio de Janeiro, desde que tivesse condições de fabricar os canos para essa obra.

Em meados de 1846, adquire o Estabelecimento de Fundação e Estaleiros da Ponta de Areia, em Niterói. A compra inclui um grande terreno à beira mar, os telheiros que servem de oficina, máquinas, ferramentas e 28 escravos especializados. No total, pagou sessenta contos de réis, dinheiro suficiente para comprar 5 mil sacas de café, a produção anual de uma grande fazenda. Uma semana depois, assina com o Ministério do Império o contrato para canalizar o rio Maracanã com os tubos de ferro que iria fabricar.

No primeiro ano quadruplicou o capital da empresa e iniciou as obras, que progrediam a olhos vistos. Só que os pagamentos por parte do governo não se realizavam, mesmo depois de mais de um ano. Sob a ameaça de falência, diversificou a sua produção, passando a fabricar pregos, sinos, máquinas de serrar, peças para engenhos de açúcar,

guindastes e molinetes. Passou a fazer consertos de navios e montou uma empresa em Rio Grande para operar um rebocador a vapor construído no seu estaleiro. Só em 1848, com a posse de novo ministério conservador – onde tinha bons amigos – conseguiu que lhe pagassem as obras, além de obter um empréstimo de 300 contos de réis, a juros de 6% ao ano, com cinco anos de carência até o pagamento da primeira prestação. A partir daí, a Ponta de Areia expandiu-se. (4)

A extinção do tráfico negreiro e a lei de terras

Em 1845, o governo brasileiro notificou à Inglaterra que a vigência do tratado de 1827 – que proibia o tráfico negreiro e permitia a vistoria das embarcações pelos ingleses – estava por caducar. Em resposta, o gabinete inglês decretou a lei Bill Aderdeen, autorizando os navios ingleses a perseguir, aprisionar e destruir barcos de países estrangeiros em águas internacionais, desde que suspeitassem que se dedicavam ao tráfico de escravos. Os incidentes multiplicaram-se.

Convencido da inevitabilidade do fim do tráfico negreiro, o governo imperial procurou adaptar o país à nova realidade. Em troca da aceitação pelos grandes proprietários da extinção do tráfico, aprovou uma nova Lei de Terras, eliminando doações de terras e o direito de posse, assegurando aos grandes fazendeiros as terras ocupadas por pequenos camponeses e escravos alforriados. Ao impor como única forma de acesso à terra a compra – e a um preço premeditadamente elevado – excluiu as massas pobres do campo e os futuros libertos de qualquer acesso à terra. Quanto aos imigrantes, forçava-os a trabalhar para os grandes proprietários por longos anos, até que pudessem acumular o suficiente para adquirir algum pedaço de terra.

Em 1849, o governo designou uma comissão – composta pelo ministro da Justiça Eusébio de Queirós, Clemente Pereira, Nabuco de Araújo, Carvalho Monteiro, Caetano Soares e Irineu Evangelista de Sousa – para elaborar o Código de Comércio do Império, outro instrumento necessário para os novos tempos que se anteviam. Os trabalhos da comissão se realizaram na casa de Mauá e o projeto foi aprovado no Senado em apenas duas sessões. Em retribuição, Irineu recebeu do Imperador o Hábito da Ordem de Cristo. Logo a seguir foi eleito presidente da Comissão da Praça de Comércio do Rio de Janeiro.

Finalmente, em 1850, no bojo de fortes pressões da Inglaterra – cuja esquadra chegou a canhonear navios em portos brasileiros, bombardear Paranaguá e ameaçar de fazer o mesmo no Rio de Janeiro – foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós, extinguindo o tráfico negreiro.

O novo Banco do Brasil e a expansão dos negócios

A extinção do tráfico negreiro teve conseqüências econômicas imediatas. Enormes quantias de dinheiro, envolvidas nessa atividade ilegal, passaram a buscar novas aplicações rentáveis. Uma parte desses capitais liberados foi canalizada para as importações, elevando a arrecadação da Alfândega entre 1850 e 1852 em mais de 40%. A alta do café também aumentou a renda com os impostos sobre a exportação em mais de 20%. O Tesouro encheu suas “burras”. Amadureciam as condições para o projeto de Irineu Evangelista de Sousa de fundar um banco: “Reunir os capitais que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio, e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter a certeza de que aquele fato era irrevogável”. (5)

Em 2 de março de 1851 é fundado no Rio de Janeiro novo Banco do Brasil (o original, de 1808, já não existia), com capital total de 10 mil contos de réis, um terço do orçamento do Império para aquele ano. Irineu foi eleito seu presidente. A 21 de agosto de 1851, poucos meses depois de aprovados os seus estatutos, o banco entrou em pleno funcionamento, ficando autorizado a emitir letras até o limite de 50% do seu capital.

A intervenção de Mauá no Prata: a política a serviço dos negócios

Com o fim do tráfico negreiro e a perda do controle da rota africana, o Império voltou suas atenções para o Prata, onde defendia a livre navegação do Paraná. O argentino Rosas – intransigente opositor à livre navegação – invade o Uruguai e mantém Montevideu bloqueada por terra desde 1843. O Uruguai viu-se forçado a pedir o apoio brasileiro contra Rosas. O ministro Paulino, temeroso do envolvimento oficial do Império, solicitou que Irineu atuasse como intermediário de uma ajuda financeira ao governo uruguaio.

Um acordo secreto, com cláusulas leoninas – entre as quais a renúncia pelo Uruguai a cerca de um quinto dos territórios que litigava com o Brasil e o pagamento de juros de 40% ao ano – é assinado em setembro de 1850 pelos governos do Brasil e do Uruguai, e por Irineu Evangelista de Sousa, que se compromete a fornecer dinheiro e armas para a defesa de Montevideu. Isso garante generosas encomendas ao estaleiro de Irineu na Ponta de Areia, em Niterói. Em inícios de 1852, Rosas é derrotado. O novo governo uruguaio, pressionado pelo Império – cuja esquadra realiza manobras ao largo de Montevideu e ameaça ocupar com tropas o território uruguaio – reconhece o acordo secreto de 1850 e seus adendos de 1851. A partir desse dia, Irineu tornou-se, legalmente, o maior cre-

dor do governo uruguaio e quase o dono da economia pública local. Terminava a fase da sangria do bolso e começava a da cobrança. Pelo tratado, ele tinha direito a nomear um representante para fiscalizar a Alfândega e as contas do governo. Seu representante, mais a atuação firme do embaixador brasileiro, eram sua esperança de ver de volta o seu dinheiro.

A navegação do Rio Amazonas e a primeira ferrovia do Brasil

Solucionada a questão do Prata, o governo brasileiro voltou-se para a ocupação da Amazônia, ameaçada pelo expansionismo dos EUA, que pregavam a livre navegação do rio Amazonas. (6) Irineu recebeu o privilégio da sua navegação por 30 anos e uma subvenção anual de 160 contos de réis para a primeira linha estabelecida. Em fins de 1852, foi criada a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, com capital de dois mil contos. Em 1853, três linhas de navios a vapor começaram a funcionar, navegando mais de 5 mil km do Amazonas e afluentes. Depois de um ano, a empresa começou a dar lucro.

Planejando vôos maiores, Mauá abriu o capital da Ponta de Areia, elevando-o para 1.250 contos (seis vezes o seu capital em 1850) pela subscrição de ações. Com isso, não só deixou a empresa mais forte como transferiu dinheiro para o seu bolso, criando condições de investir nos grandes projetos que tinha em mente.

Em 1852, ganhou do governo imperial a concessão para a construção da primeira ferrovia do Brasil, entre a Praia da Estrela e Raiz da Serra, Petrópolis. Para viabilizá-la, formou uma empresa com capital inicial de 1.300 contos – a Estrada de Ferro de Petrópolis – tendo garantia governamental de 5% de juros ao ano, sobre o seu capital. A inauguração da Estrada de Ferro Mauá – a 3ª da América Latina e 21ª do mundo, com 14,5 km de extensão – deu-se em abril de 1854. Na ocasião, Irineu recebeu o título de Barão de Mauá.

A partir dessa primeira ferrovia, multiplicam-se as iniciativas para a construção de novas estradas de ferro no país – seja com capitais nacionais, seja com capitais ingleses – sempre com a participação de Mauá. Entre elas, podemos citar a Estrada de Ferro Dom Pedro II, a São Paulo Railway, a Recife and São Francisco Railway Company, a Bahia and São Francisco Railway Company, a Minas and Rio Railway Company.

Em 1852, Mauá venceu a concorrência para a iluminação pública do Rio de Janeiro e criou a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro, com capital de 1.200 contos. Em 1854, foram acesos os primeiros 637 lampiões a gás, a terça parte do total previsto no contrato.

Mauá fechou o ano de 1852 comandando empresas com

um capital total de 15.750 contos de réis – incluídos os 10 mil contos do Banco do Brasil – o que correspondia à metade de toda a produção de café e a dois terços do imposto de importação do país, a maior fonte de renda do governo. A expansão dos capitais sob o seu controle aumentara, em apenas 3 anos, em cerca de 6.500%, não computados os mil contos investidos no Uruguai. A alavanca para toda essa expansão havia sido o Banco do Brasil.

Mauá esbarra nos limites da sociedade escravista

Diante de tão vertiginoso crescimento, levantaram-se as primeiras vozes de advertência e de crítica, principalmente dos setores mais conservadores, temerosos da modernização do país. No Senado, o Visconde de Itaboraí apresentou projeto de criação de um banco oficial – com capital total de 30 mil contos – cujo presidente seria nomeado diretamente pelo Imperador. Depois de afirmar que os bancos existentes eram inseguros, e que só o fim da concorrência entre eles remediaria a situação, acenou com a possibilidade deles virem a participar da fundação do novo banco sob o comando do governo. O resultado foi uma corrida dos depositantes aos bancos existentes, para retirar o seu dinheiro.

Irineu foi pego no contrapé – ele tinha quatro grandes investimentos em andamento: os empréstimos ao governo uruguaio, a estrada de ferro, a companhia de gás e a navegação do Amazonas. Todos em fase de gastos, com perspectiva de retorno só a médio prazo. E o banco – o instrumento de captação de capitais com que contava para financiar os seus projetos – fora inviabilizado. Irineu teve de capitular e entregou o banco em troca do fornecimento pelo governo de um empréstimo de 600 contos para salvá-lo da bancarrota.

Em julho de 1853, a Câmara aprovou a criação do novo banco. O governo recebeu tudo: capitais, móveis, funcionários treinados e o nome. Em troca, assumiu o compromisso de entregar a Irineu e aos demais acionistas dos dois bancos que se fundiam (o do Brasil e o Comercial) 80 mil das 150 mil ações do novo banco. Sua diretoria foi aumentada para 15 membros, todos remunerados com altos salários. O novo Banco elevou os juros para melhor remunerar os aplicadores, sem preocupar-se com o fomento da produção.

Em dezembro de 1853, Irineu renunciou à diretoria do novo banco e, logo que recebeu suas ações, aproveitou o momento de alta para vendê-las e reaver seu capital. Em 1854, a entrada em funcionamento da sua estrada de ferro, da Companhia de Gás, os primeiros lucros na sua Companhia de Navegação do Amazonas, revertem a situação crítica por que havia passado. Estava pronto para um novo ciclo de negócios. (Continua no próximo número) 

Raul K. M. Carrion é graduado em História pela UFRGS, Coordenador do Centro de Estudos Marxistas (CEM/RS) e do Centro de Debates Econômicos e Sociais do Rio Grande do Sul (CEDESP/RS).

É co-autor de *Luz e Sombras* (Editora da Universidade/UFRGS e CEM/RS) e *Fios de Ariadne* (Editora da UPF e CEM/RS). Publicou (org.) *Globalização, Neoliberalismo e Privatizações: quem decide este jogo?* e *Século XXI: Barbárie ou Solidariedade?* (ambos pela Editora da Universidade/UFRGS e CEDESP/RS).

Notas

(1) SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 124.

(2) GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973, pp. 210-211.

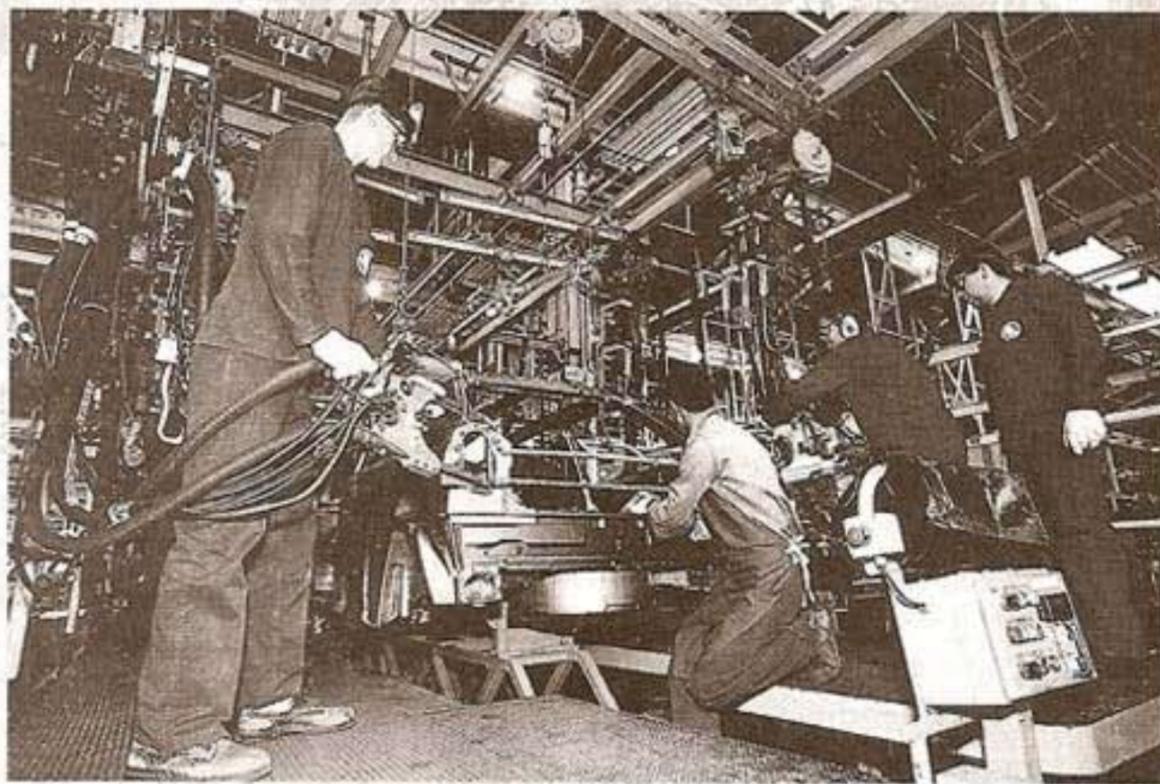
(3) BRANCO, Manuel Alves. *Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Sexta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda*. Rio de Janeiro: 1845, p. 34.

(4) “Não demorou muito para que dali comessem a sair algumas inovações que seu dono julgava adequadas ao mercado brasileiro: engenhos de açúcar completos, movidos a vapor, bem mais produtivos que os toscos mecanismos tocados por bois e rodas d’água em uso no país; pontes de ferro que podiam ser montadas em pouco tempo mesmo nos rios mais largos; canhões de bronze para os navios de guerra; navios a vapor completos; fornos siderúrgicos e bombas de sucção. O pessoal não parava de aumentar. Em vez dos 28 escravos originais, havia agora quase 300 operários, divididos em 5 oficinas: fundição de ferro, fundição de bronze, acessórios, construção naval e caldeiraria. Um quarto dos empregados era ainda de escravos, quase todos especializados (apenas cerca de 10 eram serventes). O principal contingente de operários era formado por brasileiros livres (cerca de um terço do total), e o restante vinha do mundo inteiro; havia portugueses, ingleses, suíços, espanhóis, belgas, alemães e austríacos trabalhando em Niterói.” (CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 191-192).

(5) MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia – exposição aos credores e ao público*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 116.

(6) Em 1849, o tenente Matthew Maury, da marinha norte-americana, lançou uma campanha nos EUA pela livre navegação do Rio Amazonas, argumentando que sua bacia não passava de uma continuidade da do Mississipi, que a direção dos ventos levava os navios que passavam pela foz do Amazonas diretamente aos portos do sul da União, que esse imenso tesouro era desconhecido do Brasil e que o primitivo governo daquele país, com sua política “japonesa”, impedia o acesso a tais riquezas; enfim, que os bens da terra pertenciam àqueles que fossem capazes de aproveitá-los e a abertura do Amazonas significava para os EUA o mesmo que a compra da Louisiana, não havendo tempo a perder.

Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas* (parte I)



Trabalhadores da indústria automobilística do ABC paulista

PAULA BEIGUELMAN

Como os operários metalúrgicos vêm enfrentando as multinacionais do setor automobilístico

A crise e seus desdobramentos

EM MEADOS de 1998, a Volkswagen e a General Motors cancelavam horas extras e sábados adicionais de produção, no ABC.

Com os pátios abarrotados de carros, a Volks estudava as opções que lhe fossem mais convenientes na sua relação com os operários. Como já fora instituído o banco de horas, passava a cogitar de reduzir um dia da produção por semana, computando a diferença não trabalhada para repô-la aos sábados, numa conjuntura melhor. Outra alternativa seria diminuir a jornada de trabalho, com o tempo exce-

dente igualmente depositado no banco de horas. Os dois mecanismos já haviam sido utilizados quando da queda de vendas resultante do pacote fiscal adotado pelo governo no final de 1997. Pelo mesmo motivo (estoques altos) a Ford e a Fiat decidiam interromper a produção, entrando mais de 15 mil funcionários em férias compulsórias.

O presidente da Anfavea (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores) viajava para Brasília a fim de solicitar a redução de impostos sobre o preço dos veículos, tentando, assim, ativar as vendas afetadas pela recessão; na verdade, nem as promoções estavam surtindo o efeito de atrair clientes. É nesse quadro que o governo principia a intensificar sua campanha visando a implementar a reforma trabalhista.

* O presente texto faz parte de um estudo mais amplo, com o mesmo título, ainda em fase de elaboração.

Já em janeiro de 1998, fora criado pela lei n.º 9.601 o contrato de trabalho por prazo determinado, que ainda concedia ao empresário a vantagem da redução no pagamento de encargos. O pressuposto era o de que, com tais facilidades, o desemprego diminuísse, o que evidentemente não ocorreu.

Um novo passo foi dado no dia 6 de agosto, quando o governo encaminhou ao Congresso uma medida provisória que regulamentava o trabalho em tempo parcial, além de seis projetos de lei sobre questões trabalhistas. Ao mesmo tempo em que anunciava o fim da Era Vargas, o presidente da República, juntamente com o ministro do Trabalho Edward Amadeo, se preparava para futuramente tentar golpear os direitos e garantias inscritos na Consolidação das Leis do Trabalho e na Constituição de 1988.

Esse pacote, apresentado com o rótulo de “antidesemprego”, defrontou-se com um repúdio generalizado. O empresariado condicionava as contratações à retomada do crescimento econômico. Os trabalhadores se insurgiam especialmente contra a proposta da suspensão do contrato de trabalho em até cinco meses; parecia-lhes que a medida redundaria em mera antecipação de um desemprego próximo, embora nas estatísticas o trabalhador continuasse “empregado”.

Impávido, o ministro Amadeo continuava sua campanha em prol da precarização trabalhista. Por essa época, numa população economicamente ativa (PEA) de 70 milhões de pessoas, apenas 21 milhões de trabalhadores possuíam carteira assinada.

Em 15 de agosto, o ministro publicava um artigo intitulado *Consensos da reforma trabalhista*, no qual afirmava haver “convergência sobre o fim da representação classista bem como da unicidade e contribuição sindical”. (1)

Referia-se a um seminário promovido pelo Ministério no dia 10, sobre esses temas, cujos participantes haviam aprovado: o fim da unicidade sindical; a extinção da contribuição sindical compulsória; a revisão do poder normativo da Justiça do Trabalho; e o fim da representação classista.

Embora certamente ciente das dificuldades dos sindicatos para manter-se com os exclusivos recursos provenientes das mensalidades de seus associados, sentenciava, para melhor fragilizá-los: “Com liberdade sindical e contribuições voluntárias será assegurada a representação mais genuína dos interesses das bases. Os sindicatos devem prestar serviços a seus associados e legitimar-se, até financeiramente, pela qualidade dos serviços prestados”.

Quanto ao poder normativo da Justiça do Trabalho, informava que se impunha a sua revisão, deixando que as partes se entendessem.

A figura dos juízes classistas teria sido unanimemente reputada como anacrônica e deveria desaparecer.

O ministro ainda anunciava que o resultado mais importante da reforma da legislação trabalhista seria a possibilidade de preservar empregos por meio da negociação coletiva. “Do acordo nasce o compromisso – base para a preservação de empregos, bem como o crescimento da produtividade e dos salários”. Eufórico, concluía: “Em consequência, tenho certeza de que está aberto o caminho para uma reforma histórica das relações trabalhistas no Brasil.”

No dia seguinte, 16 de agosto, Amadeo voltava ao tema, desta vez através de um artigo intitulado *Para preservar bons empregos*. (2)

Tratava-se agora especialmente de explicar e louvar a proposta específica da suspensão do contrato de trabalho, que teria como principal objetivo “evitar o trauma da demissão e preservar o vínculo empregatício em empresas com problemas temporários”.

Caso o empregador não fosse capaz de reativar o contrato ao final da suspensão, o empregado receberia todas as verbas rescisórias previstas na legislação e também o valor de uma multa (de um salário ou mais) paga pelo empregador.

Mas o procedimento da suspensão do contrato de trabalho, ressaltava o ministro, também seria benéfico para o empregador, “na medida em que preserva as relações no ambiente de trabalho, e reduz os custos de demissão e de admissão”.

Em suma, a esse mascaramento mais barato ou adiamento da demissão para ocasião mais oportuna, o ministro chamava de “preservação de bons empregos”.

E toda essa campanha flexibilizante se desenvolvia enquanto os jornais noticiavam em manchete que os demitidos lotavam o centro de São Paulo em busca de emprego, procurando os painéis em que eram anunciadas as eventuais vagas.

Em resposta ao artigo de Amadeo publicado no dia 15, o então recém-eleito presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Floriano Vaz da Silva, que assumiria dentro de um mês, alertava contra a destruição dos valores existentes (o anúncio do “fim da Era Vargas”) ao invés de se proceder a um aprimoramento. (3)

Apontava, por exemplo, que o próprio contrato de trabalho temporário, com redução de encargos, já estava praticamente esquecido, tal a sua ineficácia.

Com clareza, o juiz Vaz da Silva demonstrava como a

completa extinção do poder normativo da Justiça do Trabalho era algo extremamente maléfico. “Em todos os países do mundo existem instrumentos análogos ao poder normativo. Em alguns, o poder Executivo cumpre essa função. Em outros, o Judiciário. Seria o cúmulo o Brasil, que já tem uma boa estrutura e poderia aperfeiçoá-la, destruir tudo e não colocar nada no lugar.”

E por que simplesmente extinguir a figura do juiz classista?

Simultaneamente, as entidades operárias se mobilizavam.

No dia 18 à tarde, no centro da capital paulista, a CUT realizava uma manifestação contra o pacote governamental que, pretensamente destinado ao combate ao desemprego, tinha como carro-chefe a implantação da semana de 25 horas, ou seja, uma minijornada, acoplada a um mini-salário e a miniférias.

O protesto focalizava especialmente a proposta da suspensão temporária do trabalho. O governo, criticavam os trabalhadores, depois de criar sem qualquer resultado positivo o emprego temporário em janeiro, agora instituiu o desemprego temporário!

No mesmo dia fora realizada, pela manhã, passeata de metalúrgicos da Ford e da Mercedes-Benz pela rodovia Anchieta (São Bernardo do Campo). Ao saírem da rodovia, os manifestantes seguiram em direção ao Paço Municipal de São Bernardo, onde se encontraram com trabalhadores da Volkswagen e da Scania.

O caso é que a ameaça de demissões preocupava e os operários do ABC se empenhavam na busca de soluções. Representantes de sindicatos de trabalhadores, prefeituras, fabricantes tanto de veículos quanto de autopeças, reunidos na Câmara Regional do ABC, acabaram se comprometendo a apresentar conjuntamente um esquema interessante para todas as partes.

E considerando a tendência ao deslocamento para outras regiões a fim de escapar do que se chamava de *custo-ABC*, que estaria pretensamente afugentando as novas montadoras que chegavam ao Brasil, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tomou a iniciativa de propor uma *negociação*. Assim, por exemplo, no setor da saúde, se promoveriam parcerias para baixar custos de benefícios como assistência médica, transporte e alimentação, através da participação do poder público municipal. Como contrapartida, as empresas também destinariam recursos a essas parcerias. Em suma, evocava-se a memória das câmaras setoriais de alguns anos atrás.

Contudo, a contraproposta das montadoras adotou uma direção bem discrepante das expectativas do Sindicato. Percebendo que o que estava em jogo era primordial-

mente a manutenção do quadro de trabalhadores, as empresas ofereceram em troca algo que redundava numa redução indireta de salários.

A primeira proposta da Anfavea à CUT foi o repasse total, para os salários, dos custos de alimentação, plano de saúde, transporte, o que significava um desconto de 10%.

O presidente da Federação Nacional dos Metalúrgicos da CUT declarou que isso não seria aceito de modo algum, embora reconhecesse a dificuldade de negociar com as empresas semiparalisadas em razão da queda de produção e vendas, e sob ameaça de demissões no início de 1999.

As montadoras, então, tornaram a propor uma idéia apresentada (e não aceita) no ano anterior: diminuição no pagamento de horas-extras e do adicional noturno.

Paralelamente, no dia 18 de outubro, o ministro Amadeo publicava um extenso artigo intitulado *A reforma trabalhista brasileira*. (4) Alegando a defesa do princípio da negociação coletiva e do *fortalecimento dos sindicatos*, voltava a investir contra a unicidade sindical e o poder normativo da Justiça do Trabalho; e também preconizava vivamente a instituição das comissões de conciliação extrajudiciais, principalmente “para encurtar os espaços entre empregados e empregadores, criando um ambiente favorável à formação de compromissos mais duradouros”. Falando dois dias antes a uma platéia de empresários da construção civil, o ministro declarara que as entidades deviam se organizar como desejassem, “seja por empresa (sic) Estado ou nacionalmente”. Preconizava a extinção da unicidade sindical (que a seu ver fragmentava o sindicalismo) juntamente com a do imposto sindical. E pretendia chegar a uma proposta final de emenda constitucional, abrindo discussões com setores empresariais e representantes dos sindicatos de trabalhadores.

Enquanto era dessa forma encaminhada a desregulamentação na área trabalhista, a situação de desemprego se tornava cada vez mais angustiante.

A CUT cogitava uma manifestação suprapartidária, envolvendo toda a sociedade, o que abrangia entidades como a própria FIESP, além de integrantes da Câmara Regional do ABC, que incluía empresários de vários ramos. Seria uma união dos sindicalistas e empresários descontentes com a política econômica do governo, que promovia a recessão com os juros altos, o câmbio supervalorizado e a excessiva abertura comercial.

De fato, foi preparado para 13 de novembro um dia inteiro de atividades dentro de uma mobilização chamada Maratona em Defesa do Emprego. A Maratona estava

prevista para começar às 5 horas da manhã, com discursos em portas de fábricas. Também haveria debates nas faculdades do ABC, seguidos de caminhadas e carreatas. A partir das 15 horas, haveria painéis com a presença de prefeitos do ABC, do presidente da CUT nacional, de governadores e do presidente da Anfavea. A idéia era estender a mobilização até a noite, com reuniões em escolas e igrejas dos bairros de seis cidades.

Dia 12, a CUT e mais algumas centrais sindicais – União Sindical Independente (USI), Central Geral dos Trabalhadores (CGTB), Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) – três confederações e três federações, fechavam unitariamente uma proposta do movimento sindical de combate à recessão e ao desemprego.

Foi elaborado um documento para ser entregue ao Congresso e ao ministro do Trabalho. Nele se propunha a redução da semana de trabalho de 44 horas para 36, sem corte nos salários, além do controle das horas extras. Pretendia-se também a reforma agrária, a suspensão temporária do pagamento da dívida externa e a renegociação da dívida interna, além da centralização e controle do câmbio e redução imediata dos juros para 12% ao ano.

O confronto com a Volks

Mas enquanto a sociedade se mobilizava em defesa do crescimento econômico e do emprego, as montadoras continuavam limitadas ao objetivo de perseguir a *competitividade* à custa dos direitos dos trabalhadores.

Assim, dois dias antes da Maratona, a Volks promovia uma reunião com os representantes dos sindicatos de suas unidades de São Bernardo do Campo e Taubaté a fim de negociar formas de enfrentar a queda da produção “sem demitir”. No dia 9, os operários dessas fábricas haviam entrado em férias coletivas (pela segunda vez no ano) devido aos altos estoques. Na reunião do dia 11 a Volks apresentou a proposta de cortar parte ou a totalidade do 13º salário, do abono de férias e da participação nos lucros e resultados dos 26 mil trabalhadores das fábricas de São Bernardo do Campo e Taubaté. Em troca, a carga semanal seria reduzida de cinco para quatro dias. A montadora anunciava também a abertura de um programa de demissões voluntárias para os próximos dias. A idéia era economizar entre 350 e 400 milhões de reais na folha de pagamento durante 1999, ou seja, proceder a uma redução de custos de 20% com o pessoal. A empresa desejava que os sindicalistas presentes à reunião comunicassem a proposta aos trabalhadores quando estes retornassem das férias coletivas no dia 18.

Como justificativa, o vice-presidente de Recursos Humanos da Volks, Fernando Tadeu Perez, argumentava que

era preciso adequar a produção ao ritmo de vendas.

Na verdade, o Brasil, que produzira 2 milhões de veículos em 1997, estava para apresentar, em 1998, uma cifra não superior a 1 milhão e meio; e, mesmo assim, os estoques não se escoavam.

Quanto à Volks, que era a maior montadora do Brasil, saía de uma produção mensal de 52 mil unidades, para pouco mais de 30 mil; e apesar disso tinha 20 mil carros parados nos pátios e mais 30 mil nas concessionárias.

Segundo Perez, o esquema que propunha reproduzia uma experiência já feita na Alemanha, para adequar os custos à receita. A idéia era garantir um corte de custos em 1999, ano para o qual eram previstas perdas ainda maiores.

Os sindicalistas retrucavam que a realidade do trabalhador brasileiro é diferente da do alemão; entre nós, explicavam, o 13º ou o abono de férias quase sempre são utilizados para cobrir dívidas ou trocar bens indispensáveis como geladeira ou fogão. Lembravam ainda que esse procedimento resultaria, num efeito-cascata, em demissões em outros setores. De qualquer forma, elogiavam a Volks pela “tentativa de evitar demissões” e convidavam os empresários a integrar-se ao movimento que pressionava o governo a corrigir a política econômica responsável pela crise.

Em vez disso, a montadora preferiu revisar seus cálculos para chegar à conclusão de que os cortes propostos eram insuficientes. Nessa linha, fazia saber que mesmo se suprimisse totalmente o 13º salário, o abono de férias e a participação nos lucros e resultados, só conseguiria economizar 113 milhões de reais, ou seja, menos de um terço de sua meta de redução de custos, que era de 390 milhões.

Informado a respeito, Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT, reagiu com indignação, qualificando de “maluca” a proposta da Volks de suspender o pagamento dos direitos dos trabalhadores para economizar cerca de 400 milhões em 1999.

A montadora continuava manobrando.

No dia 25 de novembro anunciava em Taubaté a intenção de pagar em dezembro o 13º salário total e a segunda parcela da participação nos lucros e resultados. Por outro lado, através de comunicado, informava manter a proposta já feita de adotar a semana de 4 dias a partir de janeiro de 1999, em troca da redução em benefícios como o 13º salário e o adicional de férias. Além disso, fazia saber que, por motivo da queda de vendas, programara férias coletivas para 20 mil trabalhadores.

Dias depois, tornava a propor a redução da semana de trabalho. Como contrapartida, além de não efetuar reajuste dos salários, pretendia suspender o pagamento do 13º, do abono de férias, da participação nos lucros e resulta-

dos, reduzindo ainda o adicional noturno e aumentando o desconto dos funcionários pela assistência médica, vale-refeição e vale-transporte.

E principalmente insistia na informação de que no conjunto das fábricas de São Bernardo do Campo e Taubaté (com 19 mil e 7 mil operários, respectivamente) havia um excedente entre 6 e 7 mil pessoas.

Premidos pelo fantasma da demissão em massa, os operários de Taubaté aceitaram discutir a proposta da montadora.

O mesmo não ocorreu em São Bernardo. No dia 1º de dezembro realizava-se na porta da fábrica uma assembléia que reuniu cerca de 10 mil trabalhadores dos turnos da manhã e da tarde. Metade, segundo o Sindicato, teria votado contra a proposta patronal e metade a favor. O presidente do Sindicato optou, então, pela rejeição, dispondo-se a aguardar a reação da diretoria da empresa e as novas discussões entre os próprios funcionários.

A resposta da direção da montadora foi imediata: ia começar a preparar a lista de demissões na fábrica de São Bernardo do Campo. Reagindo, o presidente do Sindicato, ao mesmo tempo que confirmava estarem as negociações suspensas, declarava que seria organizada uma resistência a qualquer demissão que ocorresse no momento. Por sua vez, a Volks emitia comunicado fixando o dia 11 de dezembro como prazo para que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a comissão de fábrica negociassem a proposta feita pela empresa para reduzir os custos com a folha de pagamento.

No dia 7 de dezembro os metalúrgicos da Volks, em assembléia, apresentavam sua contraproposta.

Concordavam em abrir-mão do reajuste salarial, remetendo para 1999, quando a produção se normalizasse, as negociações sobre a reposição da inflação de 1998, o eventual aumento real e o pagamento da participação nos lucros e resultados. Aceitavam ainda começar o ano trabalhando apenas quatro dias por semana, desde que não houvesse descontos nos salários vigentes nem corte de benefícios e supressão de direitos, como 13º salário e abono de férias.

Essa alternativa trazia prejuízos aos metalúrgicos, mas a proposta da montadora era pior. E, assim, imediatamente após a assembléia, o presidente do Sindicato retomava as negociações com a direção da empresa.

Foi então que, sempre brandindo a ameaça das cerca de 7 mil demissões, a montadora conseguiu o desfecho que já vinha encaminhando durante o mês de pesadelo a que submetera os operários. Em assembléia realizada no triste dia 10 de dezembro de 1998, era quebrado o

princípio pelo qual a CUT não aceitava redução de salários: os trabalhadores concordavam com a diminuição temporária da remuneração em 15%, em troca da manutenção do emprego. Ninguém se inscreveu para combater publicamente a proposta, tal o atordoamento produzido pela decisão.

Segundo o acordo, os metalúrgicos trabalhariam apenas quatro dias na semana, até que o mercado melhorasse. Para compensar a perda no ganho mensal, receberiam, como se fosse um abono não incorporado ao salário, a participação nos lucros e resultados parcelada em 12 vezes. Também seria paga a reposição da inflação passada de 2,98%, enquanto durasse a redução dos salários. Mas a incorporação plena desse percentual só ocorreria quando as concorrentes Fiat, General Motors e Ford também concedessem o reajuste.

Pelo mesmo acordo, a montadora poderia reduzir gradualmente o quadro de funcionários através do desligamento de aposentados e demissões voluntárias nos cinco anos subseqüentes. Esse sistema, segundo seus executivos, permitiria que a empresa se reestruturasse sem precisar efetuar cortes em massa daí para a frente. Com a saída gradual de aposentados (previa-se uma cifra de 1.300 em dezembro de 1999) e pacotes de demissões voluntárias que seriam abertos três meses por ano, a Volks pretendia fechar número substancial de postos de trabalho em cinco anos, “sem traumas”, listas de demissões ou “terror na fábrica”. Fernando Tadeu Perez esperava assim reforçar a imagem da Volks perante o consumidor, como uma empresa que tratava “com respeito” seus trabalhadores...

Enquanto as vendas estivessem baixas, o turno da noite seria suspenso na fábrica, com remanejamento para o dia, o que economizava 25% em salários, ao se evitar o pagamento de adicionais. No total, a Volks calculava para 1999 uma economia de 200 milhões com a folha de pagamento.

O acordo teria a validade de dois anos. Nada constava explicitamente sobre garantia de emprego. Mas segundo Tadeu Perez, as demissões voluntárias, a saída dos aposentados, tudo fora pensado para evitar cortes “por um bom tempo”.

Em seguida a esse desfecho, os metalúrgicos entravam em férias coletivas até o dia 11 de janeiro, pelo tempo de cerca de um mês, portanto.

Eufórico, o vice-presidente de Recursos Humanos da Volks concedia entrevista à imprensa festejando o acordo de redução de salários. (5)

A negociação, sentenciava ele, “deve basear-se em conces-

sões de ambos os lados”. E expunha a sua versão do episódio.

Segundo o executivo, ocorrera que, a partir de janeiro de 1999, os 26 mil trabalhadores das fábricas de São Bernardo do Campo e Taubaté teriam sua carga de trabalho diminuída e, conseqüentemente, os salários reduzidos em 15%. Mas esse sacrifício, afirmava, ia garantir cerca de 7 mil postos de trabalho. Para a montadora, é verdade, havia uma economia de 200 milhões de reais na folha de pagamento. Porém, essa importância era inferior à que seria obtida com o corte de pessoal e sua adoção apenas revelava a disposição da empresa de cumprir “seu papel social ao não promover demissões em massa”.

Mencionava também a reposição da inflação passada de 2,98%, concedida como abono. Lembrava que a intenção da empresa no início era não dar nenhum reajuste, diante da crise e da falta de caixa. Mas, em nome de um *acordo histórico*, decidira fazer essa concessão. Em última análise, ponderava, todos continuavam ganhando 100% do salário mensal anterior – e empregados! Em suma, a Volks estaria praticando a modernização das relações trabalhistas!

Mas – e quanto à segurança no emprego? Resposta: “O que não temos neste acordo nem os sindicalistas queriam, é aquela estabilidade total e suprema que acabou arruinando o Leste Europeu (sic). Nós temos um mecanismo garantindo para a nossa comunidade que, mantido esse mercado mesmo reduzido, não teremos nenhum sobressalto, nenhuma demissão em massa. É evidente que se houver outra crise e em vez de produzirmos 30 mil veículos por mês tivermos de produzir 20 mil, *vamos ter de conversar novamente* (grifo nosso). Mas nenhum de nós trabalha com essa perspectiva”.

Mais uma vez louvava a preocupação social da empresa, ao mesmo tempo que esnobava (e humilhava) a nossa Detroit, o ABC. “Se fôssemos pensar somente do ponto de vista técnico e financeiro, o ideal seria fechar o complexo de São Bernardo do Campo (sic) e abrir outro, para ter as vantagens das novas empresas que estão chegando”. Mas também acenava: “Nossos motores são produzidos na fábrica de São Carlos e a pré-montagem comprada do México e da Alemanha. Se houver viabilidade técnica e econômica talvez se passe a fabricar essa pré-montagem na fábrica da Anchieta”.

Na CUT, a redução de salários negociada pelo sindicato do ABC levantou uma polêmica envolvendo todas as correntes políticas da Central. Na prática, tratava-se de vincular a remuneração do empregado ao desempenho da empresa. O próprio vice-presidente da CUT e presidente do Sindicato dos Bancários de

São Paulo, confirmava que o acordo com a Volks criara um inegável constrangimento.

Defrontado com proposta análoga, embora referente a uma empresa bem menor, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, também da CUT, declarou que não a aceitaria de forma alguma. “Aquilo foi uma rendição, não um acordo, e desmontou toda a estratégia da Central de resistência à política do governo de retirar direitos dos trabalhadores”.

Mais conciliador, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, embora não condenasse o acordo do ABC, declarou que “desejava evitar isso na sua base”. Contudo, estranhou que o Sindicato do ABC não houvesse exigido estabilidade por pelo menos um ano, em troca da redução de salários. Aliás, lembrava, o próprio Vice-Presidente de Recursos Humanos da Volks deixara claro que se a produção caísse ainda mais, haveria nova negociação sobre empregos.

Houve críticas também por parte do presidente do Sindicato de São José dos Campos.

De qualquer forma, em reunião posterior, os sindicalistas da CUT votaram a favor da resolução que reafirmava o princípio cutista de preservar direitos. Não se estava desautorizando a opção do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A CUT apenas reafirmava aos filiados a orientação de não aceitar redução de salários.

Já o setor patronal comemorava. Empresas de consultoria falavam abertamente em mudar a legislação trabalhista para permitir maior flexibilidade. Na opinião de um desses consultores, o acordo da Volks mostrava que os empregados estavam cada vez mais interessados em se alinhar à estratégia de negócio da empresa, “que precisa ser competitiva”. Quanto à Anfavea em particular, Pinheiro Neto, seu presidente, exultava com a *maturidade* alcançada pelas relações entre capital e trabalho. “Há dois anos era impensável levar para as negociações uma proposta como a da Volks”. (A segunda parte será publicada no próximo número) 

Paula Beiguelman é professora associada da USP e autora do livro *Os companheiros de São Paulo, Por que Lima Barreto*, entre outros.

Notas

- (1) V. *O Estado de S. Paulo*, edição de 15 de agosto de 1998.
- (2) V. *Folha de S. Paulo*, edição de 16 de agosto de 1998.
- (3) V. *O Estado de S. Paulo*, edição de 16 de agosto de 1998.
- (4) V. *O Estado de S. Paulo*, edição de 18 de outubro de 1998.
- (5) V. *O Estado de S. Paulo*, edição de 14 de dezembro de 1998.



Catullo Branco, um pioneiro

ZILLAH BRANCO

Fonte eólica de geração de energia

Como militante comunista denunciou permanentemente o papel do neocolonialismo e do imperialismo na manutenção do atraso social e econômico do Brasil

No último dia 30 de maio, por iniciativa do deputado Nivaldo Santana, líder do PCdoB, a Assembléia Legislativa de São Paulo homenageou o centenário do engenheiro e ex-deputado comunista Catullo Branco. *Princípios* publica o texto de Zillah Branco, sobrinha de Catullo, com base em sua participação no evento

EM POUCAS palavras poderemos traçar a biografia de Catullo Branco: nasceu em São Paulo, a 30 de maio de 1900, cresceu em ambiente de classe média que prezava a formação cultural e a participação nas lutas sociais, formou-se como engenheiro pela Escola Politécnica em 1924, trabalhou na Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo de 1929 a 1959 tendo se ausentado de 1946 a 47 quando foi eleito deputado estadual sob a legenda do Partido Comunista do Brasil (então PCB). Tudo estaria dito se omitíssemos as suas qualidades individuais traduzidas na sua simpatia e respeito humano irrestrito, o seu notório talento de inventor, artesão e autor de projetos de desenvolvimento nacional, os elevados princípios éticos que definiam a sua honradez, a seriedade com que enfrentou os seus deveres de cidadão dedicando a vida à defesa dos interesses do seu povo, o destemor com que seguiu um caminho revolucionário enfrentando todas as dificuldades impostas aos comunistas, das perseguições políticas e policiais ao confronto com as forças imperialistas. Era um forte que se apresentava com extrema modéstia.

Catullo Branco foi casado com uma mulher do porte da sua grandeza, Josephina Murgel Branco, que o acompanhou sempre na vida profissional e partidária, dando inestimável colaboração. Formaram um casal indissociável, o que nos obriga a falar sempre de ambos pelo entrelaçamento das personalidades, das atividades, dos sacrifícios, dos ideais, da vida. Os seus amigos foram muitos, mesmo entre os que seguiam diferentes caminhos ideológicos. Curiosamente, ainda hoje, continua a cativar os que tomam conhecimento daquela vida exemplar de brasileiro coerente com a sua formação.

Catullo Branco viveu com dedicação plena ao desenvolvimento das condições de vida do povo brasileiro, foi

pioneiro em obras de engenharia hidráulica, sofreu perseguições políticas que impediram a realização de vários projetos hidrelétricos no Estado de São Paulo e que o levaram à prisão quando participava da campanha pela paz mundial. Seguiu serenamente a sua vida, com modéstia e perseverança, combatendo as injustiças que têm privado o povo brasileiro do bem-estar a que tem direito, sem nunca desistir da contribuição que queria e podia dar ao seu país com o seu trabalho criativo.

Desde jovem, aderiu à corrente de pensamento que buscava os caminhos de desenvolvimento para o Brasil. Não separava a modernização tecnológica, que traz o progresso, das condições do povo, tendo sempre como meta o desenvolvimento integrado da população brasileira e dos seus meios de atuação e crescimento econômico. Essa exigência – da integração dos cidadãos nos passos históricos do desenvolvimento global – esteve na base do seu pensamento democrático, do profundo respeito que cultivava pelo ser humano, pela natureza, pela organização da sociedade.

Em todos os seus trabalhos, assim como no relacionamento com pessoas de todos os quadrantes ideológicos, deixou gravada esta sua marca despojada de ambições mesquinhas e aberta a novos conhecimentos. Era um homem simples que se considerava um caboclo bem brasileiro, “fazedor de relatórios”, como dizia para explicar que não tinha facilidade para escrever livros. Deixou, no entanto, uma vasta obra de engenharia hidráulica, estudos de energia eólica, acurada investigação do potencial de energia hidrelétrica existente no estado de São Paulo.

A sua contribuição para o desenvolvimento nacional teve início muito cedo, mesmo antes de 1928, quando passou a integrar os quadros da Inspetoria de Serviços Públicos da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Fez estudos aprofundados sobre a energia eólica e hidrelétrica, produzindo textos pedagógicos como “Manual do Engenheiro”, “Noções sobre a Lubrificação”, “Produção Hidroelétrica” e “Técnica Hidroelétrica”, com o objetivo de facilitar a compreensão dos importantes temas, tanto para os seus alunos do Instituto de Tecnologia de São Paulo, quanto para os que, nos trabalhos rurais, necessitavam do impulso da energia para a sua evolução. Realizou outro projeto pioneiro, antes de ser construída a linha de Metrô na cidade de São Paulo, de implantação de uma linha de ônibus elétrico ligando Vila Mariana ao centro da cidade.

Aproveitando um período de licença-prêmio, e por sua “própria conta”, como fazia questão de frisar, o casal visitou a grande obra do Tennessee Valey, nos Estados Uni-

dos, em 1941, de onde trouxe inspiração e experiência para os seus estudos. Impressionado com a abrangência daquela obra de múltiplos aproveitamentos (produção de energia elétrica, controle de enchentes, navegação fluvial, saneamento, turismo, piscicultura e irrigação) serviu-se do seu modelo para a fundamentação dos seus vários projetos de usinas hidrelétricas para o estado de São Paulo. Aprofundou o conhecimento da história norte-americana e, sobretudo, do grande esforço realizado por juristas nas Cortes de vários estados daquele país para evitar as nefastas conseqüências da formação de *holdings* e *trusts* que monopolizavam serviços de interesse público. Nesses aspectos fez parceria com seu irmão, engenheiro Plínio Branco, que desenvolveu uma extensa obra sobre administração pública na Prefeitura de São Paulo para fundamentar as teses de encampação das empresas estrangeiras que controlavam os serviços públicos de distribuição de gás, energia elétrica e telefone.

Dos seus grandes projetos, destacam-se a Usina de Caraguatatuba, no bojo de um amplo projeto de desenvolvimento para o vale do Paraíba, a Usina de Barra Bonita, no rio Tietê e a Usina de Capivari-Monos, na Serra do Mar. Foi o autor do primeiro plano integrado de aproveitamento múltiplo das águas no vale do Paraíba e da primeira hidrovia nacional – que os que o querem esquecer insistem em substituir o nome oficial que é Hidrovia Engenheiro Catullo Branco – e hoje liga o rio Tietê ao rio Paraná abrindo o caminho mais econômico para o Mercosul.

Convencido de que o desenvolvimento nacional só seria alcançado através de amplo programa de eletrificação, propôs desde o início a forte presença do Estado na condução e implantação desse programa, sendo, por isso, muito combatido por aqueles que defendiam a exclusiva participação da iniciativa privada nessa área. O tempo mostrou que ele estava com a razão, pois foi a iniciativa governamental na produção de energia em São Paulo, dando origem a um dos maiores conglomerados de produção de energia elétrica do mundo, que assegurou a pujante industrialização do estado.

Ideal de independência nacional

Sem entrar no velho debate sobre desenvolvimento, crescimento econômico e desenvolvimentismo, Catullo Branco fundamentava o seu trabalho na busca de melhores soluções de aproveitamento dos recursos nacionais para propiciar à população as condições de progresso e bem-estar necessárias à sua evolução pessoal e social. Tinha um raciocínio lógico orientado pelo bom senso e pela sua formação marxista.

Para compreender as suas preocupações ressalta, na sua formação, o ideal de justiça, que desde muito jovem norteou a sua conduta, inspirado nas lutas sociais do século XIX, e a vivência numa época histórica em que no Brasil eram confrontadas as posições da velha oligarquia conservadora no poder contra as manifestações republicanas que abriam caminho à moderna sociedade industrial com todas as alterações institucionais e culturais já experimentadas nos países mais desenvolvidos. Este quadro político que servia de referência aos jovens estudantes das cidades brasileiras no início do século XX foi marcado por novas situações que expunham o conflito entre os que buscavam o caminho do desenvolvimento econômico e social sem o sacrifício da independência nacional e os que preferiam atrelar o país a forças externas que importavam as vantagens tecnológicas alcançadas por outros países. Os *nacionalistas* contra os *entreguistas*, como eram conhecidos na época.

Curiosamente, tanto os grupos econômicos que se infiltraram na estrutura de poder do Brasil quanto os debates jurídicos e políticos a favor da independência nacional que mais o impressionaram vieram dos Estados Unidos e do Canadá. Nos anos 30 e 40 aquelas nações *exportavam* os produtos do sistema capitalista que consideravam indesejáveis para o seu próprio desenvolvimento interno: **o poder empresarial que ameaçava o Estado com a constituição de monopólios de serviços de utilidade pública**, e internamente condenava a corrosão com a qual a ganância capitalista ameaçava o poder institucionalizado.

Catullo Branco recolheu dos vários exemplos históricos da sua época – levante do Forte de Copacabana, Revolução Libertadora do Rio Grande do Sul, Rebelião de São Paulo em 1924, Coluna Prestes, Revolução Constitucionalista de São Paulo, levante da Aliança Nacional Libertadora, que ocorreram no bojo das manifestações internacionais que culminaram na Revolução Socialista – os elementos formadores da sua ideologia revolucionária e, paralelamente, consolidou a sua formação profissional com aprofundados estudos da experiência norte-americana, tanto nos aspectos técnicos do aproveitamento dos recursos hídricos quanto nos conceitos de administração pública, tendo em vista a responsabilidade das instituições do Estado em relação à população e ao próprio território. Tornou-se um comunista capaz de apreciar as valiosas conquistas científicas e tecnológicas alcançadas no sistema capitalista.

Como cidadão brasileiro rejeitou sempre a presença de for-

ças estrangeiras no sistema de poder nacional e desenvolveu uma luta sem tréguas contra as imposições do grupo empresarial Light & Power que atuava na área da energia elétrica, de gás e transporte urbano.

Como militante comunista denunciou permanentemente o papel do neocolonialismo e do imperialismo na manutenção do atraso social e econômico do Brasil com a consolidação dos laços de dependência e submissão em relação aos países desenvolvidos. Catullo tinha a convicção de que o papel da Light era o de **retardar** a implantação de fornecimento de energia (e **encarecê-la com projetos absurdos**), para dificultar o desenvolvimento nacional.

Como deputado comunista bateu-se pela encampação da Light em 1947, mantendo elevado nível de diálogo com políticos de campos ideológicos diferentes que, como ele, defendiam a integridade e a independência nacionais. Depois de afastado da Assembléia Legislativa de São Paulo por ocasião da cassação de mandatos do Partido Comunista do Brasil (PCB), contou com a dedicação de homens de valor como os deputados Cid Franco, Jaurez Guisard, Jethero Faria, Chopin Tavares de Lima, de diferentes partidos, que deram prosseguimento aos seus trabalhos de denúncia.

Como engenheiro especializado em aproveitamento dos recursos hídricos estudou os projetos do engenheiro Billings e outros que integraram a empresa Light como Hugo Cooper que trabalhou no Brasil em 1898 e em 1932 dirigindo a construção das obras hidrelétricas de Dniepro-Petrovsk na União Soviética. Não era um tecnocrata, tinha a visão integrada dos problemas da sociedade, por isso também estudou os projetos do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito para o governo do Estado de São Paulo, os textos do deputado Homero Batista e do jurista Alfredo Valadão para a criação de uma legislação sobre o uso das águas no Brasil, a obra do professor Anhaia Melo sobre Serviços de Utilidade Pública, assim como os vários projetos de produção de energia.

Tornou-se um profundo conhecedor da história da energia elétrica no Brasil e palmilhou grandes áreas onde existiam condições para a construção de usinas hidrelétricas.

Catullo Branco repudiava como “entreguismo” todas as formas de submissão ao controle estrangeiro. Procurava promover a capacidade nacional de assimilar o conhecimento existente nos países desenvolvidos e de dialogar com os colegas estrangeiros sem o sacrifício da dignidade brasileira.

Deputado comunista

Catullo Branco não tinha a personalidade de um político tradicional. A sua atuação como deputado deveu-se exclusivamente à consciência de cidadão brasileiro em-

penhado em tudo fazer pelo desenvolvimento do seu povo e pela defesa da integridade nacional. Encontrou na militância comunista o caminho da participação na luta coletiva e não cedeu às suas próprias características de estudioso das questões hidrelétricas e de homem simples que o manteriam à margem dos embates sociais e políticos que dinamizaram a sua época. Enfrentou um ambiente que não era o seu, onde a sua natural boa fé era transformada em ingenuidade exigindo contínua preocupação para não sacrificar o essencial da sua batalha. Contava com os seus companheiros, com o seu Partido, para desempenhar aquele novo papel social para o qual não estava vocacionado e retribuiu levando o seu conhecimento profundo à tribuna parlamentar e aos comícios em praça pública.

No ano de 1947 ocupou o lugar de Deputado eleito na Assembléia Constituinte do Estado de São Paulo, tendo sido indicado por 64 dos seus colegas dos vários partidos para a função de 2º Secretário da Mesa, no dia 14 de Março.

Os Anais da Assembleia registram desde o dia 8 de Abril de 1947, quando Catullo Branco pela primeira vez fez uso da palavra naquela tribuna, até o dia 12 de Janeiro de 1948 em que foram cassados os mandatos dos deputados comunistas, uma seqüência de discursos que revelam o empenho e a dedicação de um cidadão patriota. Cerceada a sua liberdade de exercer o mandato para o qual fora eleito, foi mantida com a sua contribuição política, a imagem de honestidade, competência, combatividade e inigualável espírito humanitário, como patrimônio histórico que engrandeceu a memória da Assembléia Estadual de São Paulo que a cassação dos mandatos dos deputados comunistas não conseguiu apagar.

Quando o Tribunal Superior Eleitoral, em cumprimento à determinação do presidente da República Eurico Gaspar Dutra, comunicou à Assembléia de Deputados do Estado de São Paulo a decisão de cancelar o registro do Partido Comunista do Brasil impondo a cassação dos deputados comunistas que estavam no desempenho da função para a qual foram democraticamente eleitos, Catullo Branco recusou participar da Mesa na qualidade de seu 2º Secretário, declarando-se contra a cassação de mandatos e denunciando aquele ato arbitrário e anticonstitucional.

A Nação brasileira foi a grande derrotada naquele momento porque os que foram privados da liberdade de expressão nos Parlamentos enfrentaram a derrota política com a honra de que só são capazes os que carregam consigo os valores éticos e os ideais mais puros.

Os temas abordados pelo deputado Catullo Branco foram vários, mas sempre tendo como meta “*a luta por um Brasil melhor, por um povo mais feliz*”, como dizia. Como era natural na sua formação profissional, a sua maior contribuição foi na denúncia da enorme deficiência de abastecimento de energia elétrica no estado de São Paulo. Resaltava a importância de um suprimento farto e barato não só para a população em geral como para o desenvolvimento da indústria e da produção agrícola.

Estabelecendo o vínculo entre a disponibilidade de energia e o desenvolvimento das indústrias de base – como a do alumínio, dos aços especiais, dos nitratos necessários à fabricação de adubos para a agricultura – apontava o interesse antagônico do “capital colonizador” aplicado através da grande empresa Light & Power que avançava no seu objetivo monopolizador. “*É que, com energia elétrica barata e farta, teríamos também as indústrias básicas e, com as indústrias básicas, deixaríamos de ser país semi-colonial, país de economia dependente.*”

Na primeira intervenção em Plenário, Catullo Branco relatou a grande crítica que fazia à empresa Light que requeria (e obtinha do governo) autorização para lançar as águas do rio Paraíba no rio Tietê cujo nível ficava a 190 metros acima exigindo bombeamentos que encareciam a energia produzida, em lugar de levar o Paraíba seria abaixo num projeto que seria mais barato e capaz de produzir 1 milhão de H.P. “Esta política de tolher o nosso desenvolvimento elétrico é conhecida mundialmente como barreir de chutes”, e acrescentava: “visava ainda impedir a terceiros a concessão do desvio do Paraíba em Caraguatatuba”. (...) “Em torno dos nossos grandes mananciais, onde poderiam ser montadas grandes usinas, tem-se desenvolvido uma verdadeira sucessão de lutas, em que o esforço nacional é absorvido em atritos.” (...) “Foi o caso que se deu, por exemplo, com relação ao Capivari em seu desnível de 680 metros na Serra do Mar, obra impedida pela Light apesar dos estudos feitos em 1919 pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro e em 1939 pela Estrada de Ferro Sorocabana que indicavam a possibilidade de abastecer a baixo preço aquela região.

Pelas perguntas apresentadas por vários deputados e elogios “ao belíssimo trabalho apresentado” constata-se, na leitura daquela ata da 16ª sessão ordinária, o reconhecimento da importância das informações sobre uma realidade mal conhecida pelos representantes do povo de São Paulo. Catullo Branco citou a experiência do Vale do Tennessee, que fora conhecer nos Estados Unidos, pelo êxito de um projeto de aproveitamento múltiplo que, além de produzir energia a baixo custo,

favorecia as populações pela regularização dos rios, o abastecimento de água potável e a irrigação dos terrenos agrícolas. Inspirado naquele modelo e apoiado em trabalhos anteriores desenvolvidos por técnicos brasileiros, como o do engenheiro Saturnino de Brito, Catullo Branco desenvolvera um projeto para o Vale do Paraíba que oferecia todas as condições para o desenvolvimento de indústrias básicas e agricultura.

No decorrer de todo o ano de 1947, em que transcorreu a atuação dos deputados comunistas eleitos, foram sendo apresentados os graves problemas que o estado de São Paulo enfrentava relacionados à carência de energia elétrica, ao alto preço das suas tarifas, ao encarecimento do transporte por bondes, às enchentes dos rios que causavam sérios danos às populações ribeirinhas. O cenário que a sociedade apresentava comprovava o acerto das posições daquele engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas investido das funções parlamentares. A 22 de Dezembro, o incansável deputado ainda explicava: “*A enorme inundação que estamos presenciando no Tamanduateí é apenas uma consequência da elevação enorme do nível das águas do rio Tietê que não foi regularizado*” e a grave situação de saneamento que as famílias que vivem na zona ribeirinha estão enfrentando, com ameaça de doenças “*deve-se ao mau funcionamento do sistema de esgotos, cujas águas estão refluindo, inclusive para dentro das casas*”.

No ocaso da vida contou com os amigos

No final da vida, lutando ainda pelo magro salário de funcionário público aposentado, Catullo Branco e Josephina receberam o fruto da sua inesquecível simpatia e da permanente disponibilidade para ajudar. Contaram com o conforto e a solidariedade de adultos e crianças que um dia por ali passaram, assim como de destacadas figuras do cenário nacional que acompanharam a vida de luta e coragem do casal. Ele morreu em 1987, vários anos após o falecimento da sua grande companheira Josephina.

Catullo Branco foi duramente combatido, mas nunca ce-deu nos seus elevados princípios. Os seus projetos foram arquivados por imposição de interesses antinacionais. Mas, assim como, ainda hoje, os problemas que ele estudou estão por resolver – as enchentes que destroem casas e vidas, a perda irreparável das águas que deveriam abastecer as cidades, as carências de energia elétrica e o seu alto custo – estão também os seus conselhos técnicos que, quando retomados, evitarão o sofrimento e os prejuízos que a população em São Paulo tem injustamente suportado. 

Zillah Murgel Branco.

Declaração de Catullo Branco contra a cassação dos mandatos comunistas

Entendo que falece competência à Mesa da Assembléia para declarar a extinção de mandatos. As atribuições da Mesa são reguladas pelo Regimento Interno, onde nada se encontra, expressa ou implicitamente, relativo ao assunto. Nem se pode admitir que essa atribuição de 'declarar a extinção de mandatos' possa ser outorgada à Mesa da Assembléia por uma lei federal. Nos termos do artigo 18 da Constituição Federal cabe a cada Estado reger-se pela Constituição e pelas leis que adotar, com a restrição única dos princípios estabelecidos na mesma Constituição Federal. Não se encontra nessa Constituição Federal nenhuma norma que limite a competência exclusiva da Assembléia de regular sua economia interna, distribuir funções e competências, nesse particular, a seus diferentes órgãos, à Mesa e outros. E foi na base dessa faculdade que implicitamente a Constituição Federal outorgou às Assembléias Estaduais, que a Constituição do Estado estatuiu, em seu artigo 21, alínea "a", que "é da competência exclusiva da Assembléia eleger sua Mesa, regular a sua própria polícia, votar o Regimento Interno, etc." Cabe, portanto, exclusivamente à própria Assembléia estabelecer e regular as funções da Mesa; e não pode uma lei federal imiscuir-se em tal matéria, uma vez que não se encontra na Constituição Federal, entre os poderes atribuídos à União e entre as matérias de competência legislativa federal, essa de regular as funções de um órgão interno da Assembléia.

Assim sendo, mesmo sem entrar na apreciação da parte substantiva da lei n.º 211 (isto é, o seu artigo 1º) que será em tempo oportuno julgada pelos Tribunais, entendo que o artigo 2º, que dispõe sobre a declaração de extinção de mandatos pela Mesa, é inaplicável, por não encontrar fundamento constitucional para essa função que se quer impor à Mesa.

Acresce que o artigo 15 da Constituição do Estado estabelece que as vagas na Assembléia **somente** se darão por falecimento, renúncia expressa ou perda de mandato; estando os casos de perda do mandato enumerados no artigo 13 e seu parágrafo único; e não

se encontrando entre esses casos nenhum que tenha relação com o estatuído na lei 211.

Nessas condições, estamos em face de dois textos legais em evidente contradição, e entre eles temos de escolher: Juridicamente não pode haver dúvidas que deve prevalecer o da nossa Constituição, porque trata-se de matéria eminentemente constitucional, e nesse terreno, a competência do Estado encontra-se claramente estatuída no citado artigo 18 da Constituição Federal.

Preferir o disposto na lei n.º 211 é, portanto, além de francamente inconstitucional, uma clara manifestação de voto político em favor da cassação dos mandatos parlamentares. Para os juristas, invoco a inconstitucionalidade; para o povo em geral desmascaro e aponto essa posição de "cassadores" de mandatos legitimamente conferidos por esse mesmo povo.

E, nesta hora trágica para a democracia em nossa terra, quero aqui deixar declarado, da forma mais clara possível, o meu repúdio à cassação de mandatos de representantes do povo nas Assembléias Legislativas de nosso país. No meu caso particular, como 2º Secretário da Mesa desta Assembléia Estadual, recuso-me a tomar parte na deliberação em que a Mesa declarará vagas as cadeiras dos deputados comunistas, porquanto esta cassação é particularmente inconstitucional no que se refere aos nossos deputados, por ferir a autonomia de nosso Estado.

Quero, porém, encerrar esta declaração fazendo minhas as palavras proferidas por um grande político paulista: refiro-me à declaração de voto do deputado Altino Arantes. A sua declaração é a seguinte: **"Declaramos que votamos contra o projeto 900 que cassa o mandato dos deputados comunistas por considerar essa medida inconstitucional na sua essência e contraproducente nos seus efeitos, representando um inexplicável crime contra a democracia"**.

Estas são palavras daqueles que querem um Brasil melhor, independente economicamente, capaz de lutar contra o imperialismo e, assim, lutar contra a fome e a miséria em nossa Pátria.

Anísio Teixeira: cem anos do pensador da educação

HAROLDO LIMA

*A defesa da escola pública, universal e gratuita
foi o aspecto mais palpitante de sua atividade*



Era 8 de maio de 1968. Na Câmara dos Deputados, a CPI que investigava a situação do ensino superior e universitário no Brasil ia tomar um depoimento fundamental, o de Anísio Teixeira.

ANÍSIO JÁ era consagrado como um talento poderoso, ao ser descrito por Delgado de Carvalho como um “vulcão de idéias”, dotado, como diria Josaphat Marinho, de uma “estupenda organização expositiva”, qualificado por Darcy Ribeiro, como, “aquele, entre os muito inteligentes que conheci, que é o mais inteligente e o mais cintilante de todos”. Anísio fez exposição vasta e magistral sobre a origem, a evolução e o significado da universidade no mundo e no Brasil.

A instituição universitária, disse Anísio, surgiu na Idade Média, pelos séculos XI e XII, quando realizou um trabalho extraordinário de unificação do pensamento humano até então. Ela chega a seu clímax no século XIV, após o

que se torna uma grande força conservadora. Ela não aceitou, por exemplo, nem o Renascimento nem a Reforma e, durante os séculos XV, XVI, XVII e XVIII, o que fez foi se defender das forças exteriores de transformação. Nas alturas do século XVIII essa universidade medieval entrou em completa decadência. A Revolução Francesa chegou a fechar a Universidade de Paris.

A universidade só vai renascer nos princípios do século XIX, por obra de Humboldt, na Universidade de Berlim. E é aí que se opera, segundo Anísio, a grande renovação da universidade, quando ela deixa de ser “o comentário sobre a verdade e o conhecimento existentes, e passa a ser o centro da busca da verdade e da criação do conhecimen-

to novo”. Anísio mostra como foi na Universidade de Humboldt que a Inglaterra, a Holanda e a América do Norte foram buscar o modelo para suas modernas universidades.

Entretanto, observa Anísio, essa nova universidade não se refletiu no Brasil, entregue à educação dos jesuítas, que repetia o modelo medieval. E embora Portugal não tenha permitido a implantação de universidade por aqui, abriu-nos as portas para a Universidade de Coimbra, tipicamente medieval, dirigida pelos jesuítas, onde 2.500 brasileiros estiveram de 1550 a 1808. Os brasileiros, matriculados em Coimbra, recebiam educação aristocrática e ornamental.

Anísio Teixeira mostra nesse quadro como foi que se formou a resistência à universidade no Brasil, onde, durante todo o período monárquico, 42 projetos de universidade foram formulados, desde o primeiro de José Bonifácio até o último de Rui Barbosa, todos recusados pelo governo e pelo parlamento. Anísio mostrou trechos de uma intervenção proferida no Congresso de Educação realizado em 1882 pelo Conselheiro Almeida Oliveira que a certa altura afirmava: “A universidade é uma coisa obsoleta e o Brasil, como país novo, não pode querer voltar atrás para constituir a universidade; deve manter suas escolas especiais, porque o ensino tem de entrar em fase de especialização profunda; a velha universidade não pode ser restabelecida”. Sobre essa opinião, aparentemente esdrúxula, a mente de Anísio Teixeira lobrigou um sentido oculto e disse que “ela não é de todo despida de lucidez”. E a histórica resistência à universidade no Brasil é examinada por Anísio Teixeira de uma outra forma. Diz ele: “Tenho refletido longamente sobre isto. Sempre estranhei esse comportamento do governo brasileiro, desde o tempo do Império. Vejam bem, um imperador como Pedro II, razoavelmente culto e até altamente inclinado para as coisas intelectuais, não abriu uma só escola superior no Brasil (...)”. E a República, continua Anísio, continuou na mesma tradição. Mas, estimulavam as escolas agrícolas, os liceus de Artes e Ofícios e o ensino técnico-profissional. Na verdade, resistia-se à tendência ornamental da cultura, enquanto procurava-se promover educação mais utilitária. A Regência, diz Anísio, criou o Colégio Pedro II, francamente ornamental, mas foi só, e o Império não o multiplicou, tampouco a República. Em contraposição, Império e República criaram diversos liceus de Artes e Ofícios e escolas técnico-profissionais. Resistia-se à tendência ornamental da cultura, enquanto procurava-se promover educação mais utilitária.

A resistência no Brasil à universidade era à universidade medieval, a única conhecida no Brasil. No mesmo Congresso de Educação de 1882, o conselheiro Almeida Oli-

veira acrescentou: “Nós não podemos ter universidade (...) universidade é a expressão de uma cultura do passado, e nós vamos ter uma cultura do futuro, que já não precisa mais dela”. Entretanto, diz Anísio, os governantes que resistiam ao saber ornamental e que fundavam escolas de profissões não criaram ginásios ou escolas secundárias. Daí por que foi se forjando no Brasil a idéia de uma sociedade utilitária, de serviços úteis, que não teria muito a ganhar com o saber ornamental da velha universidade, mas que tampouco tinha projetos para produzir conhecimentos novos a partir do Brasil.

A República, segundo Anísio, só em 1920, dá o nome de universidade a quatro escolas superiores que existiam no Rio de Janeiro, implantadas como universidade somente em 1937. Prevalencia a visão de uma educação superior utilitária, formadora de profissionais. A exemplo da Universidade de Coimbra, a universidade preparava para a profissão e para a cultura. Só que a cultura que transmitíamos era européia, o que nos conduzia, segundo Anísio, a duas alienações, à cultura voltada para o passado e sobre o passado, que nos levava ao desdém do presente, e à cultura de origem estrangeira, européia. “E nisto tudo – conclui Anísio – o Brasil era o esquecido”.

A nova universidade, afirma Anísio, “tem de formular o conhecimento que vai ensinar, o qual não existe ainda. Quando se fala que a universidade deve passar à pesquisa não significa que lhe devemos acrescentar mais uma tarefa e ela viraria universidade de pesquisa. A universidade só será de pesquisa quando passar a *formular* a cultura que vai ensinar”. Nesse sentido, diz Anísio, “todas as vezes que eu estiver dando uma cultura que não foi elaborada nacionalmente para ser ensinada, estarei prestando informações, não educando”. E “só conseguiremos educar, quando transformarmos as nossas instituições culturais em instituições embebidas no solo brasileiro, na terra brasileira, na forma de pensar brasileira, no modo de pensar brasileiro”. Na Alemanha, assinala Anísio, a universidade recriada por Humboldt surgiu como forma de se criar a cultura germânica, o que quer dizer que a universidade é ciência e nação; é pesquisa e nação. Anísio Teixeira conclui sua exposição dizendo que o esforço educativo é o esforço para criar e transmitir a cultura nacional e o grande objetivo da educação é formar a consciência nacional.

Só por este apanhado do que disse Anísio na Câmara dos Deputados, vemo-lo como homem de Estado, tomado pela idéia de que a educação era meio insubstituível da construção nacional. Por isso Hermes Lima chamou-o de “estadista da educação”.

No Brasil, na década de 20, ocorreram fatos de grande

significado transformador, como a Semana de Arte Moderna, que abriu horizontes nacionais libertadores; o episódio dos 18 do Forte, que desembocou na Revolução de 1930; a fundação do Partido Comunista do Brasil, que deu origem ao pensamento social progressista e começou a organização dos trabalhadores entre nós. Na década de 20 também, foram feitas as três primeiras reformas educacionais brasileiras, encabeçadas por Anísio Teixeira, na Bahia; Lourenço Filho, no Ceará; e Fernando de Azevedo no antigo Distrito Federal. Anísio tinha nessa época 24 anos.

Daí por diante sua cruzada pela renovação educacional brasileira só foi interrompida nos momentos em que reacionários regimes de força intervieram para alijá-lo, em 1935 e 1964.

Falar de Anísio Teixeira, como disse Florestan Fernandes, é falar do aspecto mais palpitante de sua atividade, a defesa da escola pública. Aquele que foi, segundo Florestan, “o nosso primeiro e último filósofo da educação”, fez dessa defesa seu estandarte principal, que apontava o rumo para todas as outras intensas atividades. Formulou e sustentou, em situações de grande pressão, a tese de dinheiro público para a escola pública, embora percebesse e apoiasse o papel complementar da escola privada.

Anísio verberou contra o arcaísmo da estrutura educacional brasileira. Em 1953, na Fundação Getúlio Vargas, disse que o mais singular entre nós é que o ensino reflete a teoria medieval do conhecimento, onde as informações são passadas e decoradas para os exames. Disse ainda que acrescentamos algo a essa teoria. Enquanto o lente medieval nada mais fazia do que lidar com seus alfarrábios, entre nós o professor pode ser qualquer pessoa que saiba mais ou menos ler. E acrescentou: encurtamos o período de aula e “encurtamos” os professores. Em nossa escola brasileira tudo pode ser dispensado: prédio, instalações, biblioteca, professores. Somente não a lista completa de matérias.

Mas, a despeito desse arcaísmo, Anísio acentuava ter essa escola a função de formar privilegiados, pessoas que desfrutariam de uma vida mais fácil e sobretudo afastada do trabalho manual, em um contexto onde a democracia escolar era vista como a possibilidade do pobre ascender ao privilégio. Para manter essa escola, empenhou-se por muito tempo a classe rica e dominante, segundo Anísio, “mais dominante do que rica”.

É assim que afirma-se Anísio como o “revolucionador de estruturas caducas”, no dizer de Jaime de Abreu, e como o arauto da escola pública, universal e gratuita.

Nesses dois sentidos desenvolveu-se seu pensamento e sua obra, ambos portentosos, expressos – o pensamento – em vasta produção literária, com diversos livros, inúmerá-

veis artigos, conferências, discursos, ensaios – e a obra – em longa série de grandes realizações como a antiga Universidade do Distrito Federal, da qual foi Reitor; a Escola Parque, de Salvador; o plano da educação pública de Brasília; a Universidade de Brasília, fundada com Darcy Ribeiro; o Instituto de Pesquisas Educacionais; a Fundação Nacional da Ciência; o Instituto de Educação, pioneiro no Brasil na formação em nível superior de professores para a escola primária; o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais que coordenava Centros Regionais em Pernambuco, com Gilberto Freire; na Bahia, com Luís de Sena e Carmen Teixeira; em São Paulo, com Fernando de Azevedo; em Minas Gerais, com Abgar Renault e no Rio Grande do Sul, com Elooch Kunz. Integram ainda o acervo das realizações de Anísio Teixeira, milhares e milhares de salas de aula por todo o Brasil, integrantes de inúmeros ginásios, escolas e centros cujas construções promoveu, enquanto passava, duas vezes, pela Direção da Educação e Cultura da Bahia, Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, 12 anos na Direção do INEP, Secretaria Geral da Capes, Presidência da SBPC, Conselho da Unesco etc. Anísio sabia pensar e fazer.

A marca anisiana de encaminhar a modernização e a democratização do ensino brasileiro em todos os níveis, com originalidade, praticidade e muito dinamismo, esteve presente em toda sua atividade. Iniciativas implementadas ou propostas, como o Plano Nacional de Educação, os Conselhos de Educação, inclusive Conselhos Municipais, a pesquisa educacional, a educação em tempo integral, o Fundo Escolar Permanente, pensado na base de determinada quantia por criança escolar recenseada ou matriculada – precursor do Fundef – rubricaram de forma indelével a educação no Brasil. A tese de doutorado da professora Clarice Nunes da PUC/RJ, intitulada *Anísio Teixeira, a poesia da ação*, assinala que “tudo que se faz hoje em educação no Brasil remete a Anísio Teixeira”.

Anísio via a educação como atividade cara, onde se deveria investir. Era investir no Brasil. Em seu pensamento não cabia se beneficiar um setor, como o ensino fundamental, deixando à míngua outro, como o universitário. Criticava a idéia de que se educa de qualquer forma, debaixo de árvores, em casebres ou galpões. Educação, para Anísio, precisa de prédios bons, aparelhamentos escolares, verbas de custeio, vencimentos condignos do professorado e docência, preparados, até na atitude de ensinar. Em carta a Edvaldo Boaventura, ex-secretário da Educação da Bahia, escreveu: “Se alguém deseja ser professor, é como estudante que vai ensinar”. Dizia enfim: “Depois da guerra nada é mais caro que a educação”.

Mas ressaltava que sem uma administração, planejamento e controle adequados o dinheiro tende a esbanjar-se em improvisações, em sofisticação elitista dos recursos e em fraude. Sua força persuasiva foi tal que, ao dirigir pela primeira vez a educação na Bahia, com 24 anos de idade, conseguiu triplicar a receita estadual para o setor, entre 1924 e 1927, como registra Luís Viana Filho.

Aos que achavam essa visão de educação-grande visionária e estapafúrdia, Anísio respondeu: “Na realidade, estapafúrdios e visionários são os que julgam que se pode hoje formar uma nação pelo modo por que estamos destruindo a nossa”.

Incompreensões acompanharam toda a vida de Anísio. Em 1958, um memorial dos bispos do Rio Grande do Sul, encabeçado pelo arcebispo D. Vicente Scherer, desencadeou uma formidável campanha nacional contra a suposta ameaça para as instituições brasileiras que Anísio Teixeira representava na direção dos altos cargos que ocupava. O memorial era dirigido ao presidente Juscelino Kubistcheck, de quem se esperava a demissão de Anísio, que estaria fomentando, através da educação, a revolução social no Brasil. A permanência do grande educador parecia irremediavelmente comprometida. Hermes Lima conta que Anísio chegou a ser informado de sua exoneração. Foi quando ocorreu talvez a maior manifestação da intelectualidade brasileira de todos os tempos, em defesa de Anísio Teixeira. Cientistas, escritores, lentes renomados, professores de todos os quadrantes do país, instituições respeitadas de ensino e pesquisa, a Associação Brasileira de Educação, a Associação Brasileira de Escritores, Assembléias Legislativas, Câmaras de Vereadores, entidades de classe e a União Nacional dos Estudantes desencadearam outra campanha, contra a intolerância, a injustiça e pela manutenção de Anísio no INEP. O próprio Anísio, que no início pensara em se demitir, já não tinha condições para fazê-lo. Juscelino compreendeu que a demissão de Anísio Teixeira seria uma afronta ao mundo intelectual brasileiro. E confirmou-o no INEP.

O obscurantismo não convivia com o choque de luz que jorrava resplandecente da inteligência de Anísio Teixeira. A “usina de pensamento”, de que falava Abgar Renault, só operava em clima de liberdade. Quando o obscurantismo se impunha e encasulava a democracia, cuidava logo de apagar a flama esfuziante do pensamento de Anísio. Logo no início das perseguições que se seguiram ao levante de 1935, Anísio foi apeado da Secretaria de Educação do antigo Distrito Federal e da Reitoria da Universidade do Distrito Federal que havia criado. Mais que isso, teve de se

Para ele, investir na educação era investir no Brasil

esconder, até meados de 1937, no alto sertão da Bahia. O golpe de 1964 coincidentemente encontra Anísio de novo na Reitoria de outra Universidade que ajudara a criar, no novo Distrito Federal, a Universidade de Brasília. E não faz por menos: autoriza a entrada de tropa a cavalo no campus universitário. Vale reproduzir o que a professora Zahidê Machado Neto, testemunha ocular dos momentos finais da tomada da Universidade escreveu: “Anísio estava sentado, fumando o restinho do cigarro. Estava tranquilo, mas a gente sentia que alguma coisa lhe acontecia por dentro. A voz estava serena; num fim de frase me pareceu meio trêmula. Dizia que precisávamos ficar, que tudo podia ser fruto de desentendimento e que a ressaca podia passar (...) Todos nós que o ouvíamos estávamos em redor dos trinta anos. Todos professores, moços, cheios de ideais, de sonhos e de esperanças dávamos ali, naquele planalto, naquela Universidade o melhor pedaço de nossas vidas. Trouxeram um pouco de café, pois Anísio tomava-o o tempo todo. A mão tremia levemente. E veio a frase que não pude esquecer: ‘Vejam o que fazem. De mim sinto que esta será a última vez. A primeira foi em 35. Se ocorrer outra, eu já poderei estar morto.’ Anísio não parecia vencido mas cansado” – conclui a professora Zahidê.

Afastado dos cargos que engrandecia, abriram inquérito contra Anísio para apurar malversação de bens públicos. Disse ao coronel que o investigava: “O que vocês pensam que é o comunismo, é o que vocês estão fazendo conosco”. Descobriram então que Anísio havia depositado todos os salários que recebera de Reitor da UnB em conta do Tesouro Nacional, para não acumular vencimentos, o que não considerava ético, embora fosse legal. O inquérito encerrou com elogio à sua administração judiciosa. Mas o exílio foi o que lhe restou. Convidado, foi dar aulas nos Estados Unidos, depois, no Chile. Certa feita escreveu a Abgar Renault: “Sou um homem a quem a vida dá e tira com certa grosseria”. E a Fernando de Azevedo: “Se tivesse de viver de novo, viveria como vivi (...) apenas pediria que a vida fosse mais curta”.

E a vida de Anísio Teixeira foi muito curta para o Brasil que só o teve até os 70 anos, quando, de forma até hoje não bem explicada, um mês depois da morte de Rubens Paiva, apareceu morto no fundo do poço de um elevador, no Rio de Janeiro.

Anísio Teixeira não foi um intelectual marxista. A

Hermes Lima chegou a confidenciar que o insuficiente contato com o marxismo era uma falha de seus estudos. Entretanto, tinha uma concepção revolucionária que vai sendo reexaminada por estudiosos como o professor João Augusto de Lima Rocha, da UFBA, que desenvolve o pensamento de Florestan segundo o qual, “Anísio foi um homem de seu tempo. Mas, dentro de seu tempo, seu pensamento não defendia meia revolução, defendia toda a revolução”. Em 1945 Anísio disse não ter dúvida em admitir que, pouco a pouco, os partidos de esquerda irão crescendo de prestígio no país, até algum dia conquistarem o poder (...) E acrescentou: **“Mas isto só se dará se eles souberem conservar-se no princípio, como partidos de esclarecimento e de vigilância, devotando-se a um lento trabalho de pesquisa dos problemas brasileiros e de educação da consciência nacional (...)”**.

Anísio era avesso a homenagens, mas o ambiente brasileiro da época não achou por bem ressaltar o papel de quem se comprometera tanto com a defesa da educação pública. O professor Luiz Antônio Cunha, da UFRJ, conferiu que as atas da última reunião em que Anísio participou no Conselho Federal de Educação não faz menção à saída do grande educador que lá estivera por seis anos. O Ministério de Educação e Cultura foi lhe conceder a comenda da Ordem Nacional do Mérito Educativo, no grau de Grande Oficial, só depois de Anísio morto, como que numa reparação histórica, a partir de iniciativa do então ministro Jarbas Passarinho.

Mas verdadeiramente dramático é que, com o alijamento de Anísio do papel de formulador principal da educação brasileira, a partir do regime militar, foi se mudando completamente a orientação da educação do país. Acordos foram assinados entre o MEC e a Usaid, entidade norte-americana, com o objetivo de implantar reformas na educação no Brasil, inspiradas nas recomendações do famoso Relatório Atcon, entre as quais, “estabelecer programas de ação educacional em todos os níveis (...)”, “transformar a universidade estatal em fundações privadas (...)”, “eliminar a interferência estudantil na administração (...)”, “colocar o ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes (...) etc.” Hildérico Pinheiro, auxiliar de Anísio durante anos, observa que se foi destruindo sistematicamente a obra de Anísio Teixeira. Extinguiram os Centros de Pesquisa, desativaram os programas do INEP, desfiguraram a Escola Parque da Bahia, acabaram com a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência. Muitas outras de suas idéias, embora desconectadas de sistema uniforme, reapare-

cem na prática educacional de hoje, como na discussão da última Lei de Diretrizes e Bases, em Brasília, sobrevivem na Universidade, nas doze Escolas Classe e cinco Parques e, no Rio de Janeiro, na rede dos CIEPs, implantada por seu seguidor mais destacado, Darcy Ribeiro, no último governo de Leonel Brizola.

Anísio não formulava máximas fora do contexto da labuta. Mas de suas formulações pode se extrair esparsas lições de política, de filosofia e de vida, tais como: “é fácil organizar um hospital sem doentes, uma escola sem estudantes. A presença da vida é que complica”; “a burocracia no Brasil não é um fato, é uma ideologia”; “no Brasil, a cultura isola, diferencia, separa”; “a universidade não tem nenhuma verdade a dar a não ser a de buscá-la”; “nunca procurei fazer discípulos; às vezes mais perturbo que educo”; “ciência é antes método de se obter conhecimento razoavelmente seguro do que um corpo imutável de conhecimentos”; “a escola primária tem de ser a mais importante escola do Brasil, depois a escola média, depois a escola superior”; “podemos ser capitalistas por contingência da evolução histórica, mas ninguém mais o é por convicção”; “a sociedade do lucro precisa de certas roupagens socialistas para se tornar segura”; “costuma-se dizer que a esquerda brasileira é uma esquerda festiva. Poderemos também fazer um capitalismo festivo?”; “o ato de pensar, matriz das invenções, é justamente o mais vigiado de todos”; “na Grécia criou-se a tecnologia das tecnologias, a arte de pensar, e surgiu daí um novo tipo de homem, (...) o criador do pensamento e do saber, distinto do estudioso do saber já feito”; “entre nós, impressiona muito a escassez em quantidade e pouco a escassez em qualidade”; “nada há mais fácil nem mais sutil que a iniquidade”; “realmente, parece que algo incoercível compele o país a fazer do público o privado, a dar ao privado as regalias e privilégios do público”; “a infância que frequenta escolas de um turno, está abandonada em metade do dia; entre nós quase toda a infância, com exceção da de família abastada, é infância abandonada”; “neste país, só o que é rotineiro é sólido”.

Que o centenário de Anísio Teixeira sirva como momento de reflexão, especialmente dos educadores, trabalhadores em educação e responsáveis pela educação em nosso país, e como oportunidade de revitalização da luta pela escola pública, universal e gratuita. E de Anísio recolhamos esta diretriz: **“Acostumemo-nos a estar sempre combatendo por alguma coisa. Temos sempre uma missão a cumprir e a missão dos homens é social”**.

Haroldo Lima é deputado federal pelo PCdoB/BA e exerce seu quinto mandato na Câmara dos Deputados.



A Universidade hoje



MARILENA CHAUI

A universidade operacional não forma nem cria pensamento; destrói a curiosidade e a admiração que levam o conhecimento para frente, e elimina toda a pretensão de intervenção consciente nos rumos da história

A greve das universidades paulistas, que terminou no dia 16 de junho de 2000, parando a academia durante 52 dias, impõe a reflexão sobre os rumos da educação no país, principalmente, do ensino superior. Ela revela a precariedade e os problemas enfrentados não só pelas três universidades públicas de São Paulo (USP, Unesp, Unicamp), mas também por outras instituições públicas de ensino superior brasileiras, estaduais e federais.

Contra a intenção do governo federal, de privatizar essas instituições, professores, estudantes e funcionários levantaram alto a bandeira da "defesa do ensino público, gratuito e de qualidade". Mas qual universidade se defende nessa luta? O governo federal não admite a existência da crise, e exhibe indicadores que – diz o Ministério da Educação – revelam um aumento nas vagas

na rede pública, maior qualificação dos professores e aumento no volume de pesquisas em andamento.

Contra esses números, a comunidade acadêmica apresenta seus orçamentos cada vez menores, salários que não correspondem ao nível de formação profissional, crescimento nos gastos com aposentadorias, dificuldades essas diagnosticadas no relatório A presença da universidade pública, elaborado pela Comissão de Defesa da Universidade Pública, instituída junto ao Instituto de Estudos Avançados, da USP, formada por uma extensa lista de professores universitários, e coordenada pelo professor Alfredo Bosi. O relatório mostra que, com um terço das 1,8 milhões de vagas no ensino superior, as universidades públicas têm dois terços dos professores com doutorado e mais de 80% dos professores em tempo integral. Além disso, a esmaga-

dora maioria dos cursos de mestrado (87,1%) e de doutorado (89,2%) são oferecidos por universidades públicas. De 3.918 grupos de excelência I e II identificados pelo CNPq, 78,3% são de universidades públicas e 5,2% de entidades públicas isoladas. Em 162 auxílios aprovados

Desde seu surgimento (no século XIII europeu), a universidade sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Por isso mesmo, a universidade européia tornou-se inseparável das idéias de formação, reflexão, criação e crítica. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber, seja para reativar essa idéia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como idéia reguladora, nem pôde furtar-se a responder, afirmativa ou negativamente, ao ideal socialista.

Numa palavra, por ser uma instituição social, a universidade não pôde colocar-se à margem da luta de classes nem das questões ideológicas que, sabemos, são sua questão própria, pois cabe-lhe indagar (ou fugir da questão) qual o lugar das idéias no processo da produção material da sociedade.

Ora, que significa passar da condição de instituição social à de organização social?

Uma organização difere de uma instituição porque se define por uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios par-

*A universidade funcional é
voltada para a formação da
mão-de-obra qualificada para
servir ao capital*

no Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex), 82,1% foram para grupos de universidades públicas e 135 para institutos públicos de pesquisa.

O texto que aqui publicamos, de Marilena Chauí, é contribuição para essa reflexão necessária e urgente.

ticulares para obtenção de objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar objetivo particular que a define. É regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é crucial, é para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe.

A instituição social aspira à universidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isto significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização, tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

Como foi possível passar da idéia da universidade como instituição social à sua definição como organização prestadora de serviços?

A forma atual do capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizaram a identidade de classe e as formas da luta de classes. A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si. A Sociedade e a Natureza são reabsorvidas uma na outra e uma pela outra porque ambas deixaram de um princípio interno de estruturação e diferenciação das ações naturais e humanas para se tornarem, abstratamente, "meio ambiente" perigoso,

ameaçador e ameaçado, que deve ser gerido, programado, planejado e controlado por estratégias de intervenção tecnológica e jogos de poder. Por isso mesmo a permanência de sua estrutura interna é muito mais de sua capacidade de adaptar-se celeremente a mudanças rápidas da superfície do “meio ambiente”. Donde o interesse pela idéia de flexibilidade, que indica a capacidade adaptativa a mudanças contínuas e inesperadas. A organização pertence à ordem biológica da plasticidade do comportamento adaptativo.

A passagem da universidade da condição de instituição à de organização insere-se nessa mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma do capital, e ocorreu em duas fases sucessivas, também acompanhando as sucessivas mudanças do capital. Numa primeira fase, tornou-se universidade funcional; na segunda, universidade operacional.

Universidade funcional era a universidade voltada para a formação rápida de profissionais requisitados com mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho. Entre os vários caminhos trilhados, um deles foi decisivo: a chamada parceria com as empresas, na medida em que estas não só asseguravam o emprego futuro aos profissionais universitários e estágios remunerados aos estudantes, como ainda financiavam pesquisas diretamente ligadas a seus interesses.

A universidade operacional, enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento e a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela qualidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc. Virada para seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age. Não surpreende, então, que esse operar coopere para sua contínua

A universidade operacional opera, e não age, sofrendo contínua desmoralização pública e degradação interna

desmoralização pública e degradação interna.

Que se entende por docência e pesquisa, na universidade operacional, produtiva e flexível?

A docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência ricos em ilustrações e com duplicata em CD. O recrutamento de professores é feito sem levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimento de sua disciplina e as relações entre ela e outras afins – o professor é contratado ou por se um pesquisador promissor que se dedica a algo muito especializado, ou porque, não tendo vocação para a pesquisa, aceita ser escorçado e arrochado por contratos de trabalho temporários e precários, ou melhor, “flexíveis”. A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente no mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação.

A docência é formadora quando aceita que seu ponto de partida é a assimetria entre professor e aluno e seu ponto de chegada, a simetria entre ambos. Para que esse processo se realize, é preciso afastar a ideologia do “diálogo”, do professor popular e querido porque “dialoga” com seus estudantes. Acredito que a verdadeira docência é aquela em que o professor cria as condições do diálogo do estudante com o saber, e não com ele. Em outras palavras, há docência quando o professor não se interpõe entre o aluno e o saber, não se oferece como substituto, imediato e fácil dos conhecimentos, vedando o acesso ao conhecimento. Merleau-Ponty, numa bela passagem da *Fenomenologia da percepção* escreve que o bom professor não é aquele que diz “faça como eu” e sim, “faça comigo”; como o professor de natação que não ensina a nadar na areia, com gestos abstratos, mas lança-se n’ água com o aluno e deixa-o conviver com ela, ser acolhido e repellido por ela para que, com ela (e não com ele) aprenda a nadar. A docência formadora, creio, é a que diz “faça comigo” para que, ao fim e ao cabo, ali onde havia

um professor e um aluno, haja dois professores.

A desvalorização da docência teria significado, compensatoriamente, a valorização excessiva da pesquisa? Teria esta assumido o lugar formador que antes cabia à docência?

Ora, o que é a pesquisa na universidade operacional?

À fragmentação econômica, social e política, imposta pela nova forma do capitalismo, corresponde uma ideologia automeada pós-moderna. Essa nomenclatura pretende marcar a ruptura com as idéias clássicas e ilustradas, que fizeram a modernidade. Para essa ideologia, a razão, a verdade e a história são mitos totalitários; o espaço e o tempo são sucessão efêmera e volátil de imagens velozes e a compressão dos lugares e instantes na irrealidade virtual, que apaga todo contato com o espaço-tempo enquanto estrutura do mundo; a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcísica, e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso de estratégias montadas sobre jogos de linguagem, que representam jogos de pensamento. A história do saber aparece como troca periódica de jogos de linguagem e de pensamento, isto é, como invenção e abandono de "paradigmas", sem que o conhecimento jamais toque a própria realidade. O que pode ser a pesquisa numa universidade operacional sob ideologia pós-moderna? O que há de ser a pesquisa quando razão, verdade, história são tidas por mitos, espaço e tempo e se tomaram a superfície achatada de sucessão de imagens, pensamentos e linguagem, se tomaram jogos, constructos contingentes cujo valor é apenas estratégico?

Numa organização, uma "pesquisa" é uma estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado. Em outras palavras, uma "pesquisa" é um *survey* de problemas, dificuldades e obstáculos para a realização do objetivo, e um cálculo de meios para soluções parciais e locais para problemas e obstáculos locais. Pesquisa, ali, não é conhecimento de alguma coisa mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por que realizar-se. Em contrapartida, no jogo estratégico da competição no mercado, a organização se mantém e se afirma se for capaz de propor áreas de problemas, dificuldades, obstáculos sempre novos, o que é feito pela fragmentação de antigos problemas em novíssimos micro-problemas sobre os quais o controle parece ser cada vez maior. A fragmentação, condição de sobrevivência da organização, torna-se real e propõe a especialização como estratégia principal.

Compreende-se, então, o que vem acontecendo com a pesquisa na universidade operacional brasileira. Começa-se dizendo que uma pesquisa não tem como realizar-se por um

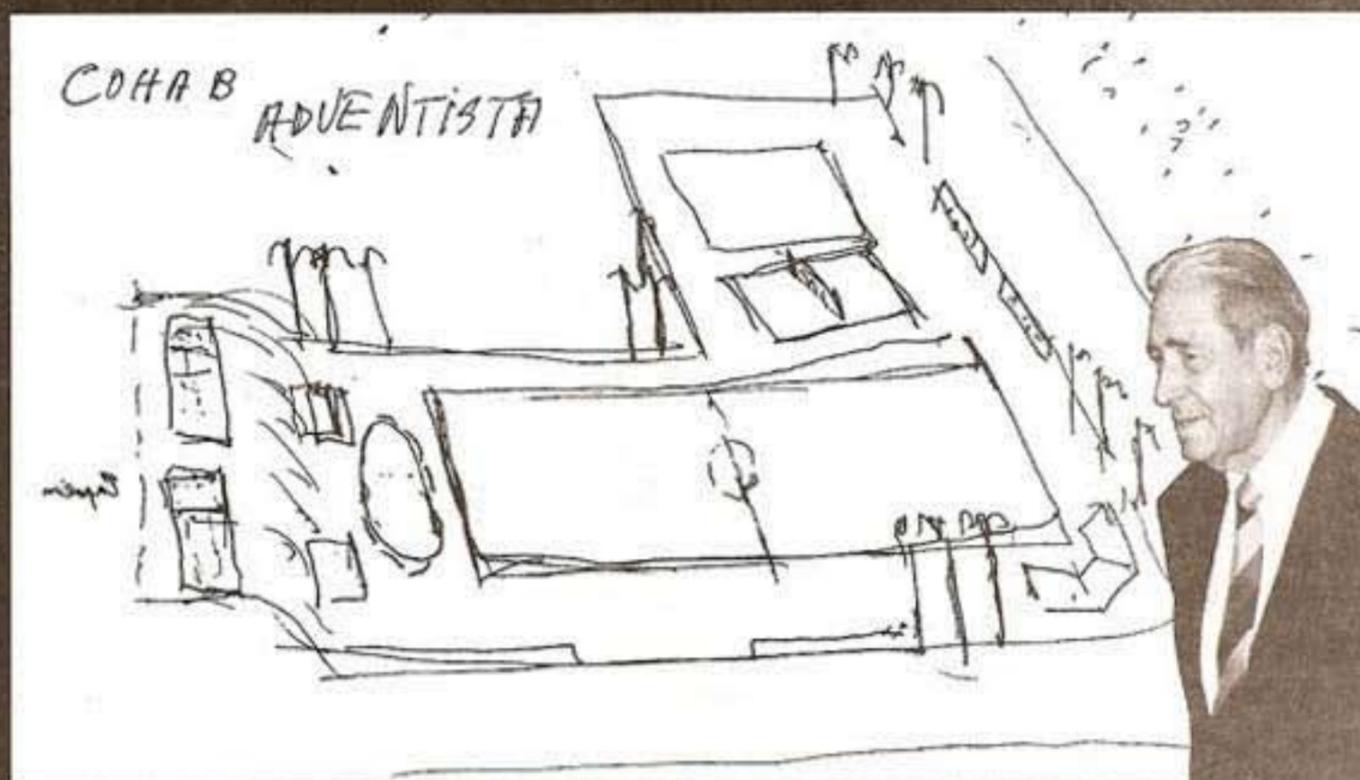
único pesquisador, mas este precisa estar associado a outros que tratam de diferentes aspectos do mesmo problema (entenda-se: problema e não questão). Para que haja associação dos pesquisadores, define-se uma "linha de pesquisa" e, a seguir, passa-se a receber estudantes que se associam à "linha de pesquisa", cada um deles, como na antiga fábrica fordista, posto na linha de montagem, contribuindo com alguma pecinha muito especializada para a fabricação do artefato. Como tem-se dado a definição da "linha de pesquisa"? De duas maneiras principais: 1) ou pelo ajuntamento de docentes-pesquisadores que trabalham numa mesma disciplina e foram informados de que, se formarem um grupo, núcleo ou centro, terão subvenções (contratos de gestão) para seus trabalhos; 2) ou porque um notável consegue uma "parceria" com uma empresa que encomenda uma "pesquisa", isto é, uma estratégia de intervenção e de controle sobre alguma coisa. Em outras palavras, as "linhas de pesquisa" são, de um lado, maneiras de conseguir subvenção, recurso e complemento salarial, e, de outro, exprimem a idéia organizacional da "pesquisa" como delimitação estratégica de um campo de intervenção e de controle. É evidente que a avaliação desse trabalho só pode ser feita em termos compreensíveis para uma organização, isto é, termos de custo benefício, pautada pela idéia da produtividade, que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido. É evidente também que os responsáveis pela "linha de pesquisa" não sejam pesquisadores e sim gestores de contratos e programas e que saibam ser "flexíveis" para mudar o curso da "pesquisa" quando assim for necessário.

Em suma, se por pesquisa entendemos a investigação de algo que nos lança na interrogação, que nos pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação; se por pesquisa entendermos o trabalho do pensamento e da linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensando nem dito; se por pesquisa entendermos uma visão compreensiva de totalidade e sínteses abertas que suscitam a interrogação e a busca; se por pesquisa entendermos uma ação civilizatória contra a barbárie social e política, então, é evidente que não há pesquisa na universidade operacional.

Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas.

Marilena Chaui é professora do departamento de Filosofia da USP, escritora e ex-secretária municipal de Cultura de São Paulo. Este artigo foi publicado originalmente na revista *Sinpro-Rio/Cultural*, outubro de 1999.

Uma proposta para a cidadania



AZIZ AB'SABER

O cotidiano das famílias esquecidas nas periferias das regiões metropolitanas, submetidas a um perverso subdesenvolvimento, exige soluções viáveis

Em pleno contexto de preocupação social, econômica e política com a dramaticidade da violência urbana, discursos e soluções de caráter superficial e até mesmo fascista têm aparecido em vários meios de comunicação e meios políticos. Setores e candidatos propõem mais investimento na repressão, mais cadeias, mais polícia – alguns falam em maioria penal para os jovens e outros até em pena de morte.

O professor Aziz Ab'Saber, presidente de honra da

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e um dos dirigentes do Instituto Florestan Fernandes, que coordena o programa de governo da candidata Marta Suplicy (PT, PCdoB, PCB e PHS), em São Paulo, pensa e escreve o contrário.

Para o eminente cientista, a saída é emprego, educação, saúde, cultura e lazer.

Assim, conectado com outros programas públicos que possam atender tais demandas essenciais aos se-

res humanos que habitam as grandes cidades brasileiras, ele propõe uma solução simples, viável, barata e avançada para ser levada em conta por governos progressistas, democráticos e que queiram viabilizar espaços de cidadania para os jovens, ao invés de encarcerá-los; espaço de lazer com cultura; ao invés de condená-los à droga e às escolas de crime – para depois reprimi-los.

O professor Aziz, em seus estudos, experiências acumuladas e andanças por todo o Brasil, e com base em pesquisas que demonstram a diminuição da violência em lugares onde há opção de lazer, fez uma síntese das tipologias dos parques urbanos e desenvolveu

a proposta das *mini vilas olímpicas*, aqui fundamentada como pré-projeto. Um espaço público, adaptado às áreas metropolitanas, que congrega opções para os jovens, as crianças, os pais, os idosos, enfim os habitantes das regiões periféricas das grandes cidades – “os que não têm condições de participar dos espaços abertos da chamada metrópole central” – a partir da iniciativa do poder público, gerido pelas entidades comunitárias.

Aziz Ab'Saber já recebeu inúmeros prêmios no país e de instituições internacionais pela concepção de projetos de grande repercussão a baixo custo – a exemplo do projeto *Floram*.

AS OPORTUNIDADES de lazer que as populações das periferias possuem são tão exíguas e deploráveis, que nos obrigaram a uma incursão demorada sobre o seu mundo real. Na realidade, a idéia de realizar uma campanha pública a favor de *mini vilas olímpicas*, consolidou-se em função de uma (re)visita meditada sobre o cotidiano do homem e das famílias, nas margens esquecidas de uma região metropolitana submetida a um perverso subdesenvolvimento. Os resultados dessas observações nos deixaram algumas imagens a serem consideradas por todo um conjunto de cidadãos.

A concepção: do lazer à cidadania e à defesa da democracia

Sem emprego e sem dinheiro, a maior parte da população periférica não tem condições de participar dos espaços abertos da Metrópole Central. Sendo que a Metrópole Intermediária – em diversos sentidos tão dinâmica – não possui infra-estruturas minimamente adaptáveis às expectativas dos jovens e adultos, moradores de periferias carentes. Nessa conjuntura, plena de limitações, as comunidades pobres se sentem enclausuradas e impotentes. Aos sábados e domingos – os dias mais im-

portantes para os jovens desterrados da periferia urbana – utilizam pequenas glebas, ocasionalmente vazias, para treinos e jogos, limitados ao mais popular dos esportes praticado no Brasil, o futebol. Os espaços dessas práticas, na maior parte dos casos, são os terrenos de fundo de vales, ainda não ocupados, pertencentes ao(s) município(s), ou particulares, ansiosos por mercadejar seus terrenos periféricos, indiferentes às restrições de uso no eixo desarranjado dos pequeninos cursos d'água. Agora, o antigo riacho meandroso ficou na categoria popular de águas espreiadas, perdendo fluxos por meses devido à urbanização caótica. Nesses fundos de vales ou em terraços artificiais talhados nas colinas e vendidos a preços aviltados por prefeitos bisonhos, existem os únicos espaços factíveis para o esporte preferido dos jovens. Espaços de disponibilidade temporária, a qualquer hora sujeitos à construção de fábricas ou galpões, ou loteados para a obtenção de lucros fáceis e garantidos. Em raros casos, dentre eles, ocorrem grupos de espectadores, curiosos em observar o desempenho de alguns jogadores, que cedo se destacam. Quando começam a aparecer barraquinhas de petiscos baratos e venda de refrigerantes, as

autoridades deveriam se alertar sobre o fato de que ali existe um embrião de uma *mini-vila olímpica*. Converia logo, comprar, readquirir ou desapropriar o aludido terreno, com vistas a implantação progressiva, sob projetos em módulos, de um espaço público polivalente, de elevado interesse comunitário. É possível pensar que *mini vilas olímpicas*, que venham a ser implantadas – em repiquete – nos mais diferentes e factíveis terrenos pré-identificados pelos jovens, possam se constituir num componente da transformação social e cultural, de importantes setores das imensas periferias de São Paulo. Em um exemplo a ser seguido por outras grandes cidades do país. Não se pode pensar, entretanto, apenas num projeto construtivo caro e limitador. O principal – a essência mesmo do projeto – deve estar voltado para o cultural e a conquista da cidadania. Pensamos em uma *mini-vila olímpica* que se dobre em uma festa semanal das comunidades do entorno. Um ponto de encontro em que as mães estejam mais próximas de seus filhos, protegendo-os em relação ao manhoso aliciamento por narcotraficantes. Um espaço preferencial aos sábados e domingos, que seja capaz de retirar os pais adultos das margens dos bal-

ções dos bares e restaurantes, onde apenas existe a possibilidade de tomar a sua cervejinha tradicional. Um lugar de desdobramento de práticas esportivas interessando às diversas preferências da comunidade, sobretudo dos jovens. Uma área de maior abrangência esportiva, voltada para o futebol, o vôlei, o basquete; incluindo espaços para corridas, passeios em trilhas. Talvez um dia, a piscina; mais de imediato, a “escola” de capoeira, o coral e o teatrinho comunitário. E, a oportunidade de alguns iniciarem a discussão dos problemas de seu bairro, exigir a atenção dos poderes públicos, e implantar centros de alfabetização de adultos. Acrescentando inovações educativas informais, paralelas ao ensino público informal, tão degenerado e insuficiente culturalmente falando, ainda que com muitas e raras exceções. Num processo crescente e desdobrativo, em que se dê respaldo e melhor categoria às rádios comunitárias; e em que se faça um efetivo combate à violência e aos valores negativos da condição humana. Enfim, um feixe de objetivos que realize a passagem de uma mini-vila olímpica em um rústico porém funcionante clube da comunidade periférica e, sobretudo, em um centro de defesa da democracia.

A implantação: passo a passo

Para tornar possível a implantação de uma mini-vila olímpica é necessário começar pela identificação dos diferentes tipos de terrenos vazios onde as crianças, e sobretudo os adolescentes, praticam futebol nos feriados ou fins de semana. Cada terreno observado possui uma conformação diferente ou similar, obrigando a ligeiras adaptações dos projetos. Sendo que para eles serem viáveis, é necessário que sejam modulares e de implantação progressiva. Pelo

menos em sua fase inicial, independentemente de melhorias futuras, pressupõe-se pequenos projetos, simbólicos e de baixo custo. Para não dizer, de baixíssimo custo.

Tratando-se de terrenos vazios, de meio a dois ou três hectares, pensa-se em uma seqüência de implantações. Primeiramente, em um tratamento linear do entorno, marcado por três a seis palmeiras imperiais, nos quadrantes extremos do terreno, sob espaçamento de 8 metros. No canto mais próximo das moradias dos pais, há de se estabelecer um pequeno rancho das crianças, bem ideado, incluindo bancos laterais e mesas para exercícios de desenhos, concurso de redação – por mais singela que elas sejam. Incluindo, se possível, um “baú” de livros infantis, pré-selecionados e atraentes. Alguém da comunidade se encarregará de distribuir pranchetinhas e papel para os exercícios de desenho e modestos concursos de redação, ou listagem dos problemas de seu bairro, segundo a ótica de cada um. Os recursos necessários para construir o “ranchinho da cultura” orçariam apenas em algumas centenas de reais, ao par com esforços costumeiros da autogestão comunitária (mutirão).

Os outros componentes do embrião de uma mini-vila olímpica seriam dois ranchos mais amplos, a serem implantados em sítios ligeiramente mais elevados, para que se

possa ter uma visão mais abrangente do espaço total. Um desses ranchos deveria ser dedicado à presença das mães, a fim de que as mesmas possam ficar mais próximas de seus filhos em uma área de lazer organizado. O outro, seria um espaço para os adolescentes dele se utilizarem em dias de chuva, ou para descanso entre as práticas esportivas mais cansativas, ou ainda para capoeira, coral e teatro popular. Próximo dos edifícios rústicos, sanitários femininos e masculinos, de uma aprimorada qualidade e asseio, sob uma certa vigilância comunitária. Dois anexos que funcionem como vestiários decentes para os esportistas.

Nessa idealização para a fase inicial das mini-vilas olímpicas, pode se pressupor doações de pessoas esclarecidas e sensíveis: fogões para a cozinha comunitária semanal ou quinzenal no pequeno pavilhão das mães; refrigeradores usados funcionantes; livros e cartilhas para o chamado “baú de livros” destinado a crianças e adolescentes; materiais para as diferentes atividades esportivas (bolas, raquetes, redes, faixas demarcadoras coloridas; entre outros); pratos e talheres para a cozinha comunitária (quinzenal ou semanal); banquetas para os principais edifícios das mini-vilas olímpicas, entre outros equipamentos funcionais, indispensáveis e prioritários. Daí por que um compartimento fechado, relativamente pequeno, no rancho das mães e outro

*Implantar um espaço público polivalente
de elevado interesse comunitário,
em módulos progressivos, cuja essência
é a conquista da cidadania e a defesa
da democracia*

no rancho dos adolescentes. O tempo se encarregará de implantar o palco do teatrinho popular, enquanto a escola de capoeira permaneça no rancho dos adolescentes, segundo dias e horários pré-estabelecidos. E, assim, um dia, chegará a vez de uma piscina, no momento em que as mini-vilas olímpicas, dirigidas por comunidades de moradores, venham a se transformar em ativos clubes das comunidades da periferia. Nada obsta em modificações e acréscimos de funções e atividades na trajetória de cada mini-vila olímpica. O que está acima de tudo é a constituição de um novo e atraente patrimônio da comunidade capaz de dignificar crianças, adolescentes e adultos, utilizando os valores culturais mais nobres de uma rica cultura popular.

Devemos esclarecer, nesse sentido, que nos inspiramos muito nas atividades desenvolvidas em alguns pátios escolares, incluindo nisso, a força de que é dotada a merenda para uma alimentação mínima para as crianças e adolescentes. Nossa proposta, porém, procura atender ao imenso volume da população pobre periférica, assim como melhorar e incentivar as iniciativas que partiram dos próprios adolescentes que elegeram as práticas esportivas como uma de suas preferências essenciais.

No que se refere à educação – como já expomos em muitas ocasiões – o problema é mais amplo e complexo. Os pátios das escolas, por menores que sejam (e alguns são relativamente grandes) deveriam receber oficinas de diversas naturezas, na condição de treinamento para conhecimentos técnicos modernizantes, capazes de facilitar e qualificar os menores na sua futura inserção profissional e sócio-econômica. Mesmo porque, entendemos que o melhor tratamento que se possa dar à educação em um país de escala continental e de sociedade ex-

tremamente desigual, será aquele em que se apóie em três blocos potencializadores e indutores: a recuperação seletiva do conhecimento acumulado; um esforço permanente para abranger a regionalidade física, ecológica, social e cultural da área de vivência do alunado; e, um conjunto de “oficinas” para treinamento e identificação de vocações. Uma escolha variável (caso a caso, e sobretudo, de região para região). Computação, quase sempre. Na beira mar, oficinas para a feitura de um barco, rede de pesca, um aquário significativo, culminando com ensinamentos sobre a engrenagem e o funcionamento de um motor de popa. Uma oficina para culinária nutritiva com gastos mínimos. Outra, para o bom uso das águas e precauções para evitar a poluição hídrica. Uma oficina para que enfermeiras residentes na região expliquem e realizem medidas de pressão, índices de glicemia, importância diferencial dos alimentos. Em muitos casos, uma oficina “tipo caixa-econômica”, para que os meninos premiados por suas notas e educação tenham um dinheirinho quando terminarem seus cursos. No mesmo local, um rol de pequenos equipamentos escolares, a preço de custo: canetas Bic, lápis de cor, cadernos, papéis, régua, cola, borrachas ou corretores, pranchetinhas para desenhos e exercícios. Oficinas para o desenvolvimento da arte de fazer maquetes: a maquete da escola; a maquete ideal de uma mini-vila olímpica; a planta de uma “casa dos meus sonhos”. A oficina do recorte e classificação de artigos e notícias de jornais, com (re)leitura crítica semanal, para os interessados. Enfim, oficinas selecionadas, entre muitas outras idéias para um aprendizado que faça um paralelo e minimize a formalidade da escola tradicional. Tudo com aaju-

da voluntária e graciosa de alguns missionários da nacionalidade. Estratégias simples para a verdadeira construção da cidadania.

A viabilidade da proposição desse novo tipo de parque distrital, adaptado às áreas metropolitanas periféricas é um fato absolutamente incontestável, desde que se adotem estratégias factíveis, como algumas detalhadas no presente estudo. Às vésperas de eleições municipais, é possível comprometer partidos e candidatos com a idéia mestra de uma campanha por mini-vilas olímpicas. Devido ao fato de que a Grande São Paulo comporta mais do que duas dezenas de municípios, alguns dos quais dotados de amplas, densas e violentas emergências dos valores humanos menos nobres, seria ideal que o plano-mestre das mini-vilas olímpicas fosse realizado por uma instituição pública de abrangência metropolitana, que fosse ativa, antiburocrática e disposta a discutir idéias. Na lamentável ausência de um órgão metropolitano dotado de inteligência e poder, a campanha por uma rede de mini-vilas olímpicas tem de seguir outras trajetórias, bem mais lentas e frágeis.

O detalhamento aqui realizado na categoria de pré-projeto e tendo por base uma área-piloto em teste, constitui um apelo aos cidadãos sensíveis e de bom senso, voltados para o social, no contexto do desenvolvimento desigual. Talvez outros tenham idéias e projetos diferentes e de implantação mais rápida e menos sofrida. Tanto melhor! Alegarão outros – com evidente superficialidade – que seria melhor abrir o pátio das escolas municipais e estaduais para uma clientela mais diversificada. 

Aziz Ab'Saber é presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC).

10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

Redução da maioridade penal: solução ou demagogia?



Crianças brincando em atividade educacional

MARCELO RAMOS

A saída para a delinqüência juvenil está na efetiva aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, na melhoria e ampliação da rede educacional pública em todos os níveis, na garantia de espaços democráticos para a prática de esportes, no acesso à cultura e ao lazer; e, principalmente, na garantia de emprego para a juventude.

No dia 05 de outubro de 1988, após mais 20 anos de ditadura militar, era promulgada a Constituição Federal. Fruto do processo de redemocratização do país e de conseqüente efervescência dos movimentos sociais, a Carta Magna expressou em seu conteúdo reivindicações do movimento popular em seus mais variados setores. Entre os avanços registrados foi significativa a constitucionalização da idade mínima para a imputabilidade penal em 18 anos, assim disposta no artigo 228: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”.

AINDA SOB efeito das lutas reivindicatórias pós-ditadura, foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nominada **Estatuto da Criança e do Adolescente**, fruto de uma intensa luta das entidades ligadas aos Direitos Humanos e à defesa dos direitos da criança e do adolescente. O Estatuto representa uma das legislações mais modernas do mundo no trato da questão e importante avanço no sentido da humanização do trato com o jovem infrator.

Neste ano 2000 o Estatuto completa 10 anos sem nunca ter sido colocado em prática mas, a *contrario sensu*, ferozmente atacado pelas elites, que tentam através disso e, em especial, com a proposta de redução da maioridade penal, esconder sua total incompetência para sanar as causas da violência crescente em nosso país.

Para caracterizar melhor o problema há de se retomar o histórico de desenvolvimento das legislações referentes ao limite de idade para imputabilidade penal.

É certo que o primeiro registro histórico de trato normativo diferenciado entre “maiores” e “menores”, foi aquele instituído em Roma pela Lei das XII Tábuas, de 450 a.C., que distinguia os infantes, púberes e impúberes. Essa legislação já previa um

trato diferenciado aos mais jovens que eram punidos sob a máxima: “os pupilos devem ser castigados mais suavemente”.

Na legislação nacional a Lei Orçamentária nº 4.242, de 1921, foi a primeira a tratar os mais jovens em situação penal especial. Em 12 de outubro de 1927 passou a vigorar o Código de Menores, tendo o Código Penal de 1940 limitado a menoridade penal em 18 anos. Em plena ditadura militar foi promulgada a Lei nº 6.697 de 1979, instituindo o novo Código de Menores que durou até 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente que veio superar as limitações daquele.

Quanto à questão do limite para a imputabilidade penal, a legislação brasileira a tratou de forma diferenciada no decorrer do tempo, adotando durante longo período o critério do discernimento, ou critério psicológico, segundo o qual seria necessário averiguar a capacidade do agente de discernir a ilegalidade de sua conduta delituosa, situação esta só estabilizada com a promulgação do Código Penal em 1940 que em seu art. 23 normatizou a idade limite de 18 anos.

Antes de adentrar na discussão política em relação à proposta de redução da maioridade penal, é necessário problematizar alguns aspectos jurídicos relevantes nesse debate.

Sobre o tema foram apresentadas em 1999 duas proposições: uma do senador Romero Jucá, a Proposta de Emenda Constitucional nº 18 que altera o artigo 228 da Constituição Federal reduzindo a inimputabilidade penal apenas para os menores de 16 anos nos casos de crimes contra a vida ou contra o patrimônio efetuados com violência ou grave ameaça, e outra do senador José Roberto Arruda, Proposta de Emenda Constitucional nº 20 que altera o mesmo artigo 228, reduzindo a maioridade penal para 16 anos, e determinando que em relação àqueles menores de 18 e maiores de 16 prevalecerá o critério da capacidade de discernimento.

Pelo fato de a regra do limite para imputabilidade penal ter sido constitucionalizada pelo artigo 228 da CF/88, não há possibilidade de legislação infraconstitucional tratar da redução, mas mesmo sendo a matéria tratada por meio de Proposta de Emenda Constitucional, é expressiva a corrente doutrinária que entende ser o artigo 228 uma cláusula pétrea e portando imutável mesmo através de Emenda à Constituição. Os que defendem tal entendimento, decerto o mais correto, fundamentam sua posição na regra do parágrafo 4º, inciso IV, do artigo 60 da Constituição Federal de 1988 que veda a possibilidade de Emenda Constitucional tendente a abolir direitos e garantias individuais, arguindo que, a despeito do limite para imputabilidade penal não constar no artigo 5º da Constituição, que trata dos direitos e garantias individuais, este artigo caracteriza-se perfeitamente como tal. O que é perfeitamente admissível por força do parágrafo 2º, do art. 5º, que informa não ser o rol taxativo,

existindo outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição, entre estes o da proteção especial à criança e ao adolescente.

Portanto, numa análise puramente técnico-jurídica resta claro que o artigo 228 da Constituição Federal é uma cláusula pétrea, não podendo ser alterado mesmo por emenda constitucional. É de se registrar que este é o entendimento do Conselho Penitenciário Nacional, manifestado em análise à Proposta de Emenda Constitucional nº 301/96 de autoria do Deputado Jair Bolsonaro.

Adentrando na análise mais política do tema, temos de reconhecer que é profundo o apelo da proposta de redução da maioria penal perante a sociedade, em especial, os próprios jovens, massacrados pela mídia e amedrontados pela onda de violência crescente. A sociedade tem caído no canto da sereia de uma proposta demagógica e irresponsável. Para enfrentarmos o debate com os defensores da redução é fundamental desmistificarmos algumas questões.

Entre os defensores da redução podemos distinguir dois segmentos: o primeiro, formado pelos ingênuos e desinformados que desconhecem os termos do Estatuto e insurgem-se contra o que não conhecem; e o segundo formado por aproveitadores de toda ordem desde a grande burguesia e o governo federal – que buscam esconder os reais motivos do crescimento alarmante dos índices de violência –, até os oportunistas de plantão que, valendo-se da situação de desespero do povo diante da criminalidade, travestem-se de justiceiros e adotam um discurso com um viés neonazista latente.

O argumento com mais apelo é aquele que afirma que os menores de 18 anos não são punidos pelos crimes que cometem, o que não é verdade (1). Os adolescentes não ficam impunes pelos crimes que cometem, pois são imputáveis perante o Estatuto que prevê medidas sócio-educativas que podem ser: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; regime de semiliberdade e privação da liberdade. Sendo assim, podemos dizer que os menores de 18 anos têm responsabilidade estatutária juvenil, através de medidas sócio-educativas, enquanto os maiores têm responsabilidade penal, através da pena, o que na prática significa dizer que um menor que comete um homicídio, por exemplo, vai ser responsabilizado e punido com a privação de sua liberdade, como o maior, apenas não irá para uma penitenciária e sim para um centro de recuperação.

Insistem, ainda, os defensores da redução que se os jovens podem casar, votar e querem dirigir, por que não poderiam responder pelos seus crimes. É necessário esclarecer que até 21 anos os jovens só podem casar com autorização dos pais, por força do artigo 185 do Código Civil Brasileiro. Quanto ao voto aos 16 anos é facultativo e expressa uma conquista da

*“Se o Código Penal, válido
para os maiores de idade,
impedisse crimes ninguém iria
cometê-los depois do
18º aniversário”*

juventude garantida com muita luta, enquanto a imputabilidade é compulsória. Em relação a dirigir, os adolescentes não podem e se pudessem a grande maioria não usufruiria do direito, visto que no Brasil automóvel ainda é um bem para poucos, ou seja, seria Carteira de Habilitação para os filhos dos ricos e cadeia para os filhos dos pobres.

Estranha-se o fato de não haver, por parte dos defensores da redução da maioria penal, qualquer movimentação no sentido de reduzir a maioria civil, fato perfeitamente explicável quando se envolve questão de direito sucessório e de patrimônio, no que a burguesia não tem o menor interesse de colocar em risco suas riquezas.

É também esclarecedor o dado de que 66% dos jovens responsabilizados na forma do Estatuto cometeram crimes contra o patrimônio, o que demonstra a clara face das elites de buscar não a recuperação de jovens infratores e sim, única e exclusivamente, a proteção de seu patrimônio, conquistado à custa da fome e da miséria do povo. (2)

Outro argumento com grande apelo em todos os setores da sociedade é afirmar que as crianças e os adolescentes são utilizados como braço dos maiores para a execução de crimes. É estranho que nesses casos os maiores não sejam punidos como co-autores ou em concurso de crimes como prevê o Código Penal. Ademais, reduzir a maioria penal com esse objetivo só causaria a redução da faixa etária dos que são aliciados para o crime, que só o são porque os marginais estão substituindo o Estado e garantindo proteção e amparo àqueles que os governos abandonam, com sua política de exclusão.

Desmistificado o discurso que fundamenta a redução da maioria, é necessário problematizar o porquê da imputabilidade se dar aos 18 anos e que critérios são adotados pelos que defendem a idade de 16 anos.

A despeito do senso comum crer que a idade de 18 anos foi definida com base em um critério biopsicológico, ou seja, a capacidade de discernimento, a definição da imputabilidade penal é uma questão de política criminal, social e educacional, que diz respeito à possibilidade de recuperação, à expectativa de vida, a condições sociais e também a aspectos psicológicos.

Foi o Seminário Europeu das Nações Unidas sobre o Bem-

Estar Social, promovido pela ONU e realizado em 1949 em Paris que indicou a idade de 18 anos como parâmetro para os países da América Latina, Estados Unidos e Europa. (3)

Há de se entender que o Estatuto da Criança e do Adolescente aboliu o efeito intimidatório e punitivo, substituindo-o por oportunizar e facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral e social dos jovens infratores, visando à sua recuperação. O efeito concreto dessa mudança foi a substituição das penas do antigo Código de Menores por medidas sócio-educativas, previstas pelo Estatuto.

A saída para o problema da delinquência juvenil certamente não está relacionada à maior ou menor rigidez das punições aplicadas, até porque os que defendem que os maiores de 16 anos respondam pelos seus crimes na forma do Código Penal se esquecem que esse é o mesmo Código hoje aplicado aos maiores sem dar soluções satisfatórias. Nas palavras do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Jairo Fonseca: "Se o Código Penal, válido para os maiores de idade, impedisse crimes, ninguém iria cometê-los depois do 18º aniversário".

Delinquência juvenil está relacionada à fome, miséria, desemprego, falta de oportunidades, de esporte cultura e lazer, além da forte influência do consumismo pregado pelo sistema capitalista que só valoriza o jovem pelo que tem ou como se veste. Exemplo disso é o crescente aumento do número de furtos de tênis de marca, bonés e outros acessórios juvenis, aos quais significativa parcela da juventude não tem acesso.

A saída para a delinquência juvenil está na efetiva aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, está na melhoria e ampliação da rede educacional pública em todos os níveis, está na garantia de espaços democráticos para a prática de esportes, no acesso à cultura e ao lazer e principalmente na garantia de emprego para a juventude.

Um trabalho do Tribunal de Justiça da Bahia assim se posicionou sobre o Estatuto:

"A cultura punitiva brasileira é a expressão da ideologia dominante do sufoco dos mais pobres, já plenamente realizado na vida econômica mas que se quer estendido ao direito. A FEBEM é o exemplo terrível do quadro mais cruel que é o sistema penitenciário brasileiro. A sociedade da exclusão pensa em vingança contra os excluídos. Profissionais da justiça solapam o Estatuto da Criança e do Adolescente e enganam com suas palavras e conceitos que emanam dos altos postos que ocupam. Cada homem, em sua fragilidade, é responsabilizado pelo seu próprio destino, e antes mesmo que atinja a maturidade. Os adolescentes são vistos do mesmo modo por todos aqueles que, preventivamente e a posteriori, querem que o infrator esteja fora do convívio social, e se possível de forma definitiva". (4)

Nesses 10 anos do Estatuto temos pouco a comemorar,

são raras as experiências de aplicação efetiva de seus preceitos, e é comum a aplicação de medidas sócio-educativas como pena, com as autoridades utilizando-se da humilhação, do desconforto, e não raro do estigma, no trato com os menores infratores. Destarte, por outro lado, podemos comemorar a existência de um arcabouço legal para amparar a luta dos que desejam um tratamento mais democrático e educativo para os menores infratores.

A criançada e os adolescentes precisam de bola, de escola, de tablado e, principalmente, de emprego para os seus pais – e não de cadeia. 

Marcelo Ramos é advogado e ex-membro da direção nacional da União da Juventude Socialista (UJS)

Notas

(1) O jornal *A Crítica* do dia 18.06.2000, o de maior circulação no Amazonas, no Caderno "Papo Cabeça", endereçado à juventude, em matéria sobre a redução da maioridade penal, inicia o texto afirmando que no Brasil os menores de 18 anos não respondem pelos crimes que cometem, claramente induzindo os leitores à idéia de que o Estatuto é um instrumento de impunidade.

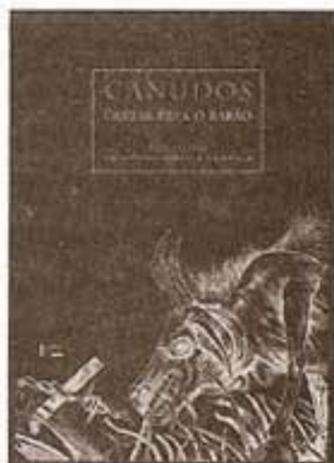
(2) Trata-se do *Perfil dos menores encarcerados no Brasil* elaborado pela Anistia Internacional. Documentário "BRASIL. AQUÍ NADIE DUERME TRANQUILO. Violaciones de derechos humanos contra detenidos y presos", publicado pela Anistia Internacional em 1999. "La edad media de los jóvenes reclusos en instituciones de menores es de 17 años. Los menores que cometen un delito cuando tienen menos de 18 años pueden cumplir una orden de reclusión en un centro para menores hasta cumplir los 21, momento en el que son liberados. Más del 96 por ciento no han terminado la educación básica y, según los informes, más de 15 por ciento son completamente analfabetos. La mayoría de los delincuentes juveniles (el 66 por ciento) han cometido delitos contra la propiedad. Sólo el 8,5 por ciento permanecen reclusos por delitos graves como violación o asesinato, mientras que el total de los que se encuentran bajo custodia por cometer cualquiera de los delitos contra la persona es de poco más de 20 por ciento".

(3) Países como Áustria, Colômbia, México, Peru, Dinamarca, Finlândia, Noruega, Holanda, Tailândia, Argentina, Cuba, Venezuela, Irã, Turquia, Equador, Luxemburgo e República Dominicana, adotam a maioridade penal aos 18 anos. Da legislação comparada conclui-se que 0,5 % dos países adotam o limite de 14 anos; 8% de 15 anos; 13% de 16 anos; 19% de 17 anos; 55% de 18 anos; 0,5% de 19 anos; e 4% de 21 anos. A idade mais baixa é de 14 anos adotada no Haiti e a mais alta de 21 anos adotada no Chile e na Suécia, entre outros. Dados extraídos da Monografia "A delinquência juvenil seus fatores exógenos e prevenção" do Professor César Barros Leal, da Universidade Federal do Ceará (Rio, AIDE Editora, 1983).

(4) A publicação do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia "Crianças e Adolescentes, Medidas Sócio-Educativas e Adoção, dois problemas e duas abordagens", manifesta visão avançada sobre o Estatuto e sua aplicação sendo importante instrumento teórico para os que estudam a questão.

Canudos: o medo dos proprietários

Canudos: cartas para o Barão,
Consuelo Novais Sampaio (org.),
São Paulo, Edusp, 264 pp.



Canudos: cartas para o Barão

é um interessante e rico livro organizado por Consuelo Novais Sampaio (doutora em História pela The Johns Hopkins University e membro da Academia de Letras da Bahia), que reúne 70 cartas recebidas pelo Barão de Jeremoabo – Cícero Dantas Martins –, figura histórica da política brasileira, que atuou nos agitados anos da campanha de Canudos.

As cartas abrangem o período de 1874 a 1897 e são acompanhadas de notas e dados biográficos, o que facilita o entendimento do contexto, da reconstrução do processo histórico das primeiras décadas republicanas e, de modo especial, dos acontecimentos relacionados a Canudos, além de permitir a análise do pensamento dos membros da elite política local.

Constam no livro dois ensaios, um de Álvaro Dantas de Carvalho Jr., descendente do barão, intitulado “Canudos: A Posição do Barão de Jeremoabo”, no qual elabora uma biografia de seu trisavô situando-o no contexto em que se passou a guerra de Canudos. O outro “Canudos: A Construção do Medo”, de Consuelo Novais, organizadora da obra.

Ela sustenta que “a questão de Canudos se agravou em relação direta ao acirramento da disputa pelo poder entre grupos oligárquicos, tanto no plano nacional quanto no estadual e municipal”, salientando que “os anos que corresponderam à guerra de Canudos (1893 – 1897) foram de grande instabilidade política no Brasil, e na Bahia em especial. Os membros da elite política baiana estavam muito envolvidos na luta por cargos na Administração Pública, no Legislativo e no Judiciário, que então se organizavam. Questúnculas partidárias e de interesse pessoal não lhes permitia desviar a atenção para uma multidão de romeiros que haviam decidido acampar em Belo Monte. Foi a disputa pelo poder, na Bahia e na Capital Federal, que conferiu a Canudos dimensão nacional”.

Na capital federal, “jacobinos e florianistas afinados com o vice-presidente em exercício, Manuel Vitorino,

conspiravam pelo não-retorno do presidente Prudente de Moraes ao poder. Como último recurso deram concretude ao fantasma da restauração monárquica, manipulando a figura carismática de Antônio Conselheiro. Ao reassumir apressadamente seu posto, no mesmo dia em que o coronel Moreira César caía fulminado (...) Prudente de Moraes valeu-se do mesmo recurso e convocou todas as forças do país para aniquilar Canudos”.

Na Bahia, “o Conselheiro foi manipulado, tanto pela facção vianista quanto pela gonçalvista. A primeira, afinada com o governador Rodrigues Lima, julgava, pelo menos até a terceira expedição, que Antônio Conselheiro e seus seguidores poderiam ser elementos de desestabilização, no quase inexpugnável (3º distrito) reduto eleitoral dos seus rivais gonçalvistas. Para os membros dessa facção, a alteração da ordem pública que os conselheiristas poderiam causar-lhes seria conveniente, na medida em que lhes permitiria recorrer ao art. 6º da Constituição Nacional e pedir intervenção de forças federais no Estado – único artifício que, no contexto político oligárquico, lhes possibilitaria recuperar o poder”.

Em sua análise, Consuelo, também ressalta que embora Antônio Conselheiro pregasse o respeito total à propriedade privada, o medo que os fazendeiros da região tinham de que suas fazendas fossem invadidas e destruídas fora imenso. “A grande propriedade fundiária foi, assim, fator importantíssimo na mobilização contra Canudos e na aceitação dos resultados devastadores dos combates que então se travaram. Inclusive na imolação de muitos sobreviventes.”

Neste ensaio a autora conclui que “a guerra de Canudos não foi apenas mais um capítulo da história do Brasil. Ela revela com precisão a grande distância que, neste país, sempre separou – e no limiar do século XXI, ainda separa – o ‘povo miúdo’, a população pobre e miserável, das classes dominantes. Em todos os níveis de tomada de decisão, o movimento conselheirista foi manipulado para a satisfação de interesses pessoais e de grupos políticos em luta pelo poder.” Lembra ainda que, “Canudos não foi esquecido. Enquanto perdurarem as condições infra-estruturais que impedem o acesso do sertanejo à terra e estabelecem distâncias inconcebíveis entre os que têm demais e os que nada têm, o homem do sertão estará pronto a seguir aquele que aponte o caminho da esperança e da redenção final.”

Antônia Rangel

Em defesa da História

Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo, WOOD, Ellen Meiksins & FOSTER, John Bellamy, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

Os argumentos “pós-modernos”, “pós-estruturalistas” ou “pós-marxistas” tornaram-se hegemônicos nas academias e meios de comunicação neste final do século XX, tendo como argumento central o fim da era das grandes narrativas oriundas do Iluminismo, entre as quais o marxismo. A crítica a este se tornou constante na maior parte das epistemologias produzidas nos últimos anos. Subestimar as teses “pós-modernas”, considerando-as como simples modismo é ignorar como a reestruturação capitalista e imperialista em curso é produzida também em forma de teoria e ideologia.

No entanto, se hoje ainda não se desenvolveram no campo do marxismo respostas individuais como as de Marx, Engels ou Lênin, algumas obras coletivas têm tomado a iniciativa de se contrapor aos argumentos de que a teoria marxista não consegue mais dar conta da complexidade da realidade. Uma dessas respostas veio da obra *Em defesa da História – marxismo e pós-modernismo*, organizada por Ellen Meiksins Wood e John Bellamy Foster.

Na obra, marxistas da Índia, Inglaterra, Canadá e Estados Unidos procuram responder aos principais desafios da teoria do conhecimento na atualidade, tratando de temas diversos e aparentemente sem relação como linguagem, cultura, nacionalismo, papel dos intelectuais, raça, feminismo e meio ambiente. No entanto, todos esses temas são abordados dentro de uma perspectiva totalizante, em relação ao modo de produção capitalista dominante e sem perder a perspectiva teórica de classe.

Na introdução Ellen Wood evidencia o centro das direções das teses “pós”: “Os pós-modernistas interessam-se por linguagem, cultura e ‘discurso’. Para alguns, isso parece significar (...) que os seres humanos são constituídos de linguagem e nada mais, ou, no mínimo, que a linguagem é tudo que podemos conhecer do mundo e que não temos acesso a qualquer realidade”. Realmente, a tese da incognoscibilidade do real, com o argumento de que tudo que existe é discurso, nada mais é do que a renovação dos velhos axiomas idealistas, mas agora trazendo como “novidade” a negação de qualquer racionalismo e universalismo ou da concepção marxista de emancipação humana geral. Como explica o cientista político David

McNally, em um dos textos no livro, “o novo idealismo e a política que acarreta não são simplesmente curiosidades inofensivas: constituem uma abdicação à responsabilidade política, sobretudo em uma época de feroz reestruturação capitalista, de abismos cada vez mais profundos entre ricos e pobres, de ofensiva da classe dominante contra programas sociais. E são também um obstáculo à reconstrução de movimentos de massa de protesto e resistência”.

Wood acrescenta ainda que os “pós-modernistas enfatizam a ‘diferença’: identidades particulares como sexo, raça, etnia, sexualidade, suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas; e ‘conhecimentos’ particulares, incluindo mesmo ciências específicas de alguns grupos étnicos”; enquanto que o marxismo supostamente reduziria a “variada complexidade da experiência humana a uma visão monolítica de mundo, ‘privilegiando’ o modo de produção como um determinante histórico: a identidade de classe, e não outras ‘identidades’ e os determinantes ‘econômicos’ ou ‘materiais’ em lugar da ‘construção discursiva’ da realidade”. No entanto, em um dos textos, entre muitos sugestivos do livro, abordando a questão racial, um dos temas preferenciais dos teóricos “pós-modernos”, o escritor Kenan Malik, radicado em Londres, argumenta que “se tratarmos a raça como sendo apenas uma ‘identidade’ separada de quaisquer determinações sociais, então ela se torna não uma relação social historicamente específica, mas um aspecto eterno da sociedade humana – da mesma maneira que acontece nas teorias biológicas reacionárias de raça, nas quais as diferenças raciais constituem uma necessidade natural e permanente”.

Percebe-se, assim, mais claramente qual a direção das teses “pós” e de sua visão fragmentária do mundo e do conhecimento. Por isso, também, se entende a máquina de guerra contra a dialética materialista e totalizante do marxismo, levada adiante pelos desconstrucionistas da “pós-modernidade”, inclusive construindo um discurso de que a diferença e a complexidade sempre foram ignoradas pelos marxistas, uma vulgata tão idêntica àquela que os “pós” identificam em certas leituras dogmáticas e positivistas do marxismo, como se fosse o marxismo como um todo.

Dessa forma, os vários textos que compõem *Em defesa da História* são uma resposta para a tentativa de hegemonização do “pensamento único” que vem defendendo o micro e o fragmento como única forma de explicação da diversidade do mundo.

Diorge Konrad

Mensagem de Nexhmije Hoxha



Honrado amigo e camarada João Amazonas

“O seu artigo dedicado ao 15º aniversário da morte de Enver me tocou profundamente. Agradeço cordialmente por essa comemoração e pelas suas apreciações ao que Enver Hoxha fez pela libertação, a independência e a construção da sociedade socialista na Albânia.

Sinto-me orgulhosa com sua amizade sincera por Enver que, como sabe, nutria por você os melhores sentimentos e muito o estimava, tendo grande confiança em sua sabedoria e integridade revolucionária marxista-leninista, como um dirigente eminente do Movimento Comunista Internacional.

Por ocasião do 1º de Maio, faço votos, extensivos à sua família, de boa saúde e muito sucesso ao seu Partido de vanguarda no trabalho com os operários e camponeses desse grande país da América Latina que é o Brasil.

Saudações revolucionárias.”

Nexhmije Hoxha
Tirana/Albânia

Universidade de Buenos Aires outorga título de Doutor Honoris Causa ao sociólogo Octávio Ianni



Representante da UBA entrega diploma a Ianni

A Universidade de Buenos Aires (UBA) outorgou título de Doutor *Honoris Causa* ao sociólogo e professor Doutor Octávio Ianni no último dia 29 de junho de 2000 no salão de Aulas Magnas, que foi pequeno para as mais de 150 pessoas presentes. Após a justificativa formal, feita pelo Decano da Faculdade de Ciências Sociais da UBA, prof. Dr. Fortunato Malimachi, que comunicou aos presentes a decisão do Conselho Universitário, a palavra foi passada ao prof. Dr. Santos Collabella, que discursou sobre o que foi e tem sido a vida acadêmica deste que é hoje, com certeza, o maior sociólogo brasileiro da atualidade.

O professor Octávio Ianni, ainda cumprindo o ritual acadêmico, abordou o tema “As Ciências Sociais e a

Modernidade”, com uma linguagem simples, mas profundamente erudita, mencionando, entre outros autores, Karl Marx por diversas vezes. Ao final da homenagem sincera e necessária, a solenidade foi encerrada tendo feito uso da palavra representantes da direção executiva da Confederação dos Trabalhadores Argentinos.

Em tempos neoliberais e de globalização, homenagens como essa são muito importantes, não só pelo fato de fazer justiça a um intelectual com uma brilhante trajetória acadêmica, como também de enaltecer e fazer difundir uma obra que tem a sua marca firme na ciência, mas também no engajamento por uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

Banqueirite aguda

"FHC
Pelo mundo anda em desfile,
presidente poliglota:
Fala espanhol, fala inglês,
já deu aula pra francês,
já foi famoso no Chile...
Só o povo ele não nota.

Pobre povo brasileiro,
esquecido pela elite,
desempregado e doente.
É que o nosso presidente
só tem olhos pra banqueiro:
tem o mal da banqueirite.

O Econômico, que grana!
Bamerindus, Nacional
E a canalha do Proer.
Banqueiro tem o que quer,
ganha, tira, rouba, afana...
'FHC é genial!' (...)"

Solange Rech
Florianópolis/SC

Contra a barbárie trabalhista

"(...) Não podemos sucumbir aos ventos neoliberais, sob pena de retornarmos à barbárie trabalhista. A humanidade, apesar de todos os percalços, precisa caminhar para um futuro de plena harmonia e fraternidade, sobre o solo germinado pela igualdade social. Precisamos, sim, de mais leis. E de leis que imponham regras à lei da selva capitalista e que protejam o elo mais fraco da cadeia produtiva. Leis que reduzam, por exemplo, a jornada de trabalho. (...)"

Vianey Martins
Fortaleza/CE

Audiovisual brasileiro

"(...) Interessa-nos saber como a cultura audiovisual brasileira vai se inserir dentro desse novo contexto de comunicação que vai tomando lugar no mundo globalizado. Enquanto o *Big Brother* prepara-se para dominar o mundo via online, nem conseguimos distribuir nossos filmes de maneira decente. (...)"

Beto Leão
Goiania/GO

Êxitos do socialismo

"De 1928 a 1955 o crescimento industrial da União Soviética foi em média de 13% ao ano. Entre 1929 e 1937 o ritmo de desenvolvimento anual médio da indústria foi de 20%. Entre 1927 e 1930 a produção de cereais multiplicou-se por dez. De 1917 a 1954 não houve crise de estagnação da produção. Os alunos das escolas primárias passaram de 7,9 milhões antes de 1917 para 29,6 milhões em 1937. O número de livros editados: de 86 passou para 673,5 milhões e jornais publicados: de 2,7 para 36,2 milhões. Em 1935 o número de mulheres nas escolas industriais superiores era sete vezes maior que na Alemanha, dez vezes maior que na Inglaterra e 20 vezes maior que na Itália. Em 1940, a maioria dos médicos (60%) era de mulheres."

Leonir Fernandes
Xanxerê/SC

Princípios

Revista Teórica, Política e de Informação

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editores: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira e José Carlos Ruy

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá, Priscila Arantes e Luiz Marcos Gomes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes - e-mail: princip@ruralsp.com.br

Projeto Gráfico: Gilberto Maringoni

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni

Administração: Márcia Regina Viotto

Departamento de Circulação: Claudia de Medeiros

Editores Eletrônicos: Random Design Ltda

Fotolitos: Digitexto

PRINCIPIOS é uma publicação da
Editora Anita Garibaldi

R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010
São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331 e
3266-4312

E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Barfira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estádio - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6266; USP - Livraria da Edusp - fone: 613-6837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação, Rua Manoel Gaia, 442 - Vila Mazzel (em frente a Madeirense); ARACAJU: Banca S. Francisco - Pça. Olimpio Campos; Banca Ponte do Imperador - Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escariz - Shopping Jardins Ij, 81/83; Livraria Universitária - Didática I (UFS); Livraria Minuano - Didática II (UFS). CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 33-1226. FLORIANÓPOLIS: Banca Pça. 15 de Novembro - centro. RIO DE JANEIRO: Livraria CHE-R Gastão Penhalva, 173 - Andaraí - fone: (021) 570-1181. GOIANIA: Banca do Marçilo - R. 8 c/ Av. Arhanguera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçadão - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311. RECIFE: Livromagazine - Av. Conde da Boa Vista, 688, fone 231-0036; Livraria Modelo - Shopping Center Recife, fonex 465-5919, Shopping Tacaruna, fonex 421-6460 e Shopping Guararapes, fonex 468-4426; Livraria Imperatriz - Shopping Tacaruna, fone 421-6667 e Shopping Guararapes, fone 464-2424; Livraria Síntese - R. do Riachuelo, 202, fone 221-4044; Livraria Potylivros - Av. Conde da Boa Vista, 1413, fone 423-1100; Livraria Sodier - Aeroporto dos Guararapes, fone 326-0883; Bazaar 494 - R. da Hiza, 456, fone 241-9842; Livraria 1001 Livros - R. do Príncipe, 410, fone 221-2270; Banca Globo I - Av. Guararapes, fonex 224-0317; Banca Destaque - Av. Conde da Boa Vista, 814, fone 222-0799; Box Viva Ler - Shopping Boa Vista, quãoque 132; Senhor Martins - Pátio de São Pedro, 25, fone 424-1366. PORTUGAL: Distribuição Editorial Caminho, Alameda Santo Antonio dos Capuchos, 6 - b, 1100 - Lisboa/Portugal.

VISITE A EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES

De 1926 a 1960, o Palácio Tiradentes foi sede da Câmara Federal. Nomes como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Carlos Lacerda ajudaram a construir ali a História do Brasil. A exposição permanente

Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro permite ao visitante conhecer com maior profundidade os principais episódios ocorridos no espaço onde hoje está instalada a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Um espaço com muita história para contar.



- Painéis fotográficos
- Multimídia
- Charges históricas
- Maquetes
- Depoimentos

Rua Primeiro de Março, s/n, Centro.

De terça a sexta *10h às 20h* • Sábado *9h às 19h*

• Domingo *9h às 14h*

Entrada Franca

Visite a home page da Assembleia:
<http://www.alerj.rj.gov.br>

Barbosa Lima Sobrinho

1897-2000

*“No Brasil,
só há dois
partidos: o de
Tiradentes e
o de Silvério
dos Reis.
O que não
transige com
o interesse
do Brasil e
o que atrela
o destino do Brasil
ao destino de uma
nação estrangeira.”*

